Luciana Paula Bonetti Silva

O JORNALISMO NO PROGRAMA DE RÁDIO *A VOZ DO BRASIL* EM PERÍODOS DE CRISE POLÍTICA – ANÁLISE DE COBERTURAS ENTRE 1985 E 2017

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestra em Jornalismo.
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Valci Regina Mousquer Zuculoto

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Luciana Paula Bonetti
O jornalismo no programa de rádio A Voz do Brasil em períodos de crise política - análise de coberturas entre 1985 e 2017 / Luciana Paula Bonetti Silva ; orientadora, Valci Regina Mousquer Zuculoto, 2018.
157 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo Público. 3. A Voz do Brasil. 4. Radiojornalismo. 5. História do Rádio. I. Zuculoto, Valci Regina Mousquer. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Luciana Paula Bonetti Silva

O JORNALISMO NO PROGRAMA DE RÁDIO *A VOZ DO BRASIL* EM PERÍODOS DE CRISE POLÍTICA – ANÁLISE DE COBERTURAS ENTRE 1985 E 2017

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestra” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.

Florianópolis, 20 de agosto de 2018.

____
Prof.ª Cárlida Emerim, Dr.ª
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

____
Prof.ª Valci Regina Mousquer Zuculoto, Dr.ª
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

____
Prof.ª Cárlida Emerim, Dr.ª
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

____
Prof. Eduardo Barreto Vianna Meditsch, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

____
Prof. Luciano Klöckner, Dr. (Videoconferência)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS)

Este trabalho é dedicado aos colegas que lutam diariamente para estar na pós-graduação e aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é o sentimento que melhor define o momento de finalização deste trabalho. Gostaria de poder nomear todos e todas aos quais sou grata, por diversas razões. Mas nomeio ao menos aqueles e aquelas que estiveram mais próximos nesta caminhada.

Agradeço imensamente aos meus pais Nilva Bonetti e Paulo Cezar Pereira da Silva, por todo o suporte, amor e compreensão. Por terem sido meu maior exemplo de busca pelo saber e da formação acadêmica como um caminho para o mesmo. Por terem se esforçado sempre para me garantir um acesso maior e mais facilitado à educação. E por serem ainda os grandes financiadores desta pesquisa, em todas as numerosas situações em que não foram suficientes os recursos da CAPES.

E ressalto, com entusiasmo, a importância da minha segunda família, das minhas irmãs amadas – Daniel Antônio, Felícia Beltrão, Luan Canabarro e Virgínia Broering. Vocês me transformaram, eu sou imensamente grata pelo privilégio ter o amor de vocês na minha vida. Que a universidade possa ser um espaço tão animado e inspirador quanto nossos debates matinais.

À CAPES e aos contribuintes brasileiros, por sua vez, agradeço por ter tornado possível minha dedicação exclusiva a este estudo. Condição que se mostrou fundamental para sua conclusão.

À equipe da Central de Pesquisas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) pela preciosa missão de salvaguardar arquivos de imensa importância histórica. Em especial à Indiara Góes por ter coordenado a digitalização e envio dos arquivos que solicitei para este estudo. Sem seu trabalho junto a esta equipe afinada não seria possível a investigação que apresentamos nesta dissertação.

À minha orientadora Valci Regina Mousquer Zuculoto, pelo exemplo de mulher, pesquisadora, militante. Por representar a face mais humana e afetuosa que conheci da Universidade. Pela dedicação com seus “meninos e meninas”. Pelas incalculáveis contribuições para este trabalho e, acima de tudo, para o meu desenvolvimento.

A cada um dos membros da banca, pelo gesto generoso de trabalhar em prol da qualificação desta pesquisa e da minha formação como pesquisadora. É uma alegria contar com as suas preciosas colaborações. Em especial ao professor Eduardo Meditsch, que me acompanhou mais perto nesta trajetória, no TCC da graduação e no cotidiano do Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (GIRAFA). Aos colegas deste Grupo por serem sempre presentes, acolhedores e colaborativos nesta caminhada.

Talvez não seja possível nomear todos os amigos que me animaram e foram companheiros nesta jornada. Mas não posso deixar de destacar Marina Lis, pela amizade e pela sua seriedade e brilhantismo na pesquisa acadêmica. André Thibes, pelo apoio constante. Renato Francisquini, por sempre se dispor a colaborar neste e em tantos trabalhos. Patricia Krieger, por ser mais que amiga, um refúgio. À Stefany Trojan, que sabe estar por perto mesmo em outro continente. À Andreza Gomes e à Luiza Costa, a quem sempre recorro nos melhores e piores momentos. Ao Jonata Silveira, por se fazer companhia, nos meses de maior isolamento desta trajetória.

Aos colegas queridos do Posjor, companheiros de luta e mesas de bar. Em especial ao querido Luís Gustavo Varela, com quem dividi mais de perto as delícias e angústias da pesquisa, e com quem encarei a delicada missão de ser representante discente do Mestrado. Aos mestres, pelos ensinamentos. Sobretudo à professora Gislene Silva, por seu rigor como mestra e pelo seu entusiasmo contagiante pela pesquisa e pelo Jornalismo e ao professor Carlos Locatelli, pelas imprescindíveis colaborações no momento da qualificação deste trabalho.

RESUMO

O objeto desta pesquisa é o jornalismo do programa de rádio *A Voz do Brasil*, referente ao Poder Executivo, em momentos de crise dos governos entre 1985 e 2017. Como objetivo geral, verificou-se se o conteúdo do programa se manteve coerente com as linhas editoriais que foram estabelecidas ao longo deste período, marcadamente de cunho jornalístico, sendo que a partir de 2003, em amplo diálogo com princípios do chamado Jornalismo Público. Apresentou-se a trajetória histórica do programa com foco na adoção progressiva de linguagem radiojornalística. E dedicou-se à análise do conteúdo de reportagens referentes a notícias que culminaram em crises políticas para os mandatários, de José Sarney a Michel Temer. Adotou-se como referencial metodológico a Análise de Conteúdo, empregando as categorias: valor-notícia; enlace; atualidade; redação radiojornalística; pluralidade das fontes; apuração; estratégias de edição e omissão. A investigação demonstrou que ainda que a adoção de linguagem e formatos radiojornalísticos seja uma característica marcante da história do programa, nos momentos de crise analisados, *A Voz do Brasil* não apresentou um conteúdo coerente com os pressupostos da produção jornalística.

Palavras-chave: Jornalismo Público. A Voz do Brasil. Radiojornalismo. História do Rádio. Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

The purpose of this research is the journalism of the radio program A Voz do Brasil, referring to the Executive Branch, in moments of crisis of the governments between 1985 and 2017. The general objective was to verify if the content of the program remained coherent with the editorial lines that were established throughout this period, markedly journalistic, and since 2003, in broad dialogue with principles of so-called Public Journalism. It was presented the historical trajectory of the program focusing on the progressive adoption of radiojournalistic language. And it devoted itself to the analysis of the content of reports on news that culminated in political crises for leaders, from José Sarney to Michel Temer. Content Analysis was adopted as a methodological reference, using the categories: value-news; link; present; radiojournalistic writing; plurality of sources; calculation; editing and omission strategies. The research showed that although the adoption of language and radiojournalistic formats is a characteristic feature of the history of the program, in the moments of crisis analyzed, Voz do Brasil did not present a coherent content with the assumptions of journalistic production.

Keywords: Public Journalism. A Voz do Brasil. Radiojournalistic. Radio History. Content Analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT – Associação Brasileira de Empresários de Rádio e TV
ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
AC - Análise de Conteúdo
AVB – A Voz do Brasil
BBC – *British Broadcasting Corporation*
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM – Democratas
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DNI – Departamento Nacional de Imprensa
DNP – Departamento Nacional de Propaganda
DPDC – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
EBC – Empresa Brasil de Comunicação
EBN – Empresa Brasil de Notícias
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
JIN – Jornal de Integração Nacional
JN – Jornal Nacional
OFCOM – *Office of Communications*
OCIAA – *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PROJOR – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSB – *Public Service Broadcasting*
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RADIOBRÁS – Empresa Brasileira de Radiodifusão
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SID – Secretaria de Imprensa e Divulgação
SINRED – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa
SP – São Paulo
TeleSUR – *Televisón del Sur*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Amigo fiel de motoristas, de quem trabalha com faxina, de amantes da música, de quem se informa em tempo real, de quem está longe dos grandes centros mas não quer viver isolado, o rádio é um companheiro do dia-a-dia de milhões de brasileiras e brasileiros. Por isso, é importante ouvi-lo, saber o que se fala por suas ondas. Em minha vida ele está presente há muito tempo. São Paulo, minha terra natal e onde vivi até os onze anos, ainda me remete ao som da CBN, ouvida com o pai, e do pagode que a "tia" Lídia sintonizava pela Band FM. Nas férias na casa da "nona" em Chapecó, escutava com estranhamento uma Oeste Capital alheia aos preceitos da segmentação, onde não raro uma música gauchesca seguia-se por sucessos internacionais. Esse universo do rádio sempre me encantou, mas para explicar como cheguei a estudar *A Voz do Brasil* é preciso antes mencionar minha relação com a TV pública. De posse do controle remoto, cresci revezando-me entre novelas mexicanas e a programação educativa que a TV Cultura mantinha com excelência na década de 1990. Eu não era capaz de classificar o que seria uma programação mais adequada para o meu desenvolvimento, assistia ao *Castelo Rá-Tim-Bum* pelo simples fato de achar legal, divertido, interessante.

Anos mais tarde, já graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), este exemplo bem sucedido de programação pública permaneceu me instigando. Com ele se somaram formatos jornalísticos do mesmo canal como o *Roda Viva* e o *Provocações*, do genial Antônio Abujamra. Eu já estava seduzida pela vocação social da programação de veículos públicos, devido ao impacto dela em minha vida, na minha própria formação. Então, quando no primeiro semestre de 2012, eu tive que escolher um tema para meu trabalho de conclusão de curso - na segunda graduação que eu fazia à época, no curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – empolgava-me com a ideia de estudar algum veículo público. Mesmo não sendo mais uma ouvinte tão fiel do rádio na época, ocorreu-me de pronto *A Voz do Brasil.* Afinal, haveria um programa não comercial de maior relevância, alcance e longevidade em nosso país? Assim começou minha relação de investigadora com o programa. Primeiramente com o TCC "A voz do Brasil, a voz da cidadania no rádio: um estudo sobre o programa (2003-2012)" (SILVA, 2012), e dois anos depois com o projeto experimental "A Voz que não se calou: as mudanças no programa A Voz do Brasil a partir do governo Lula" (SILVA, 2014), audiodocumentário com o qual encerrei o curso de Jornalismo e conquistei o prêmio EXPOCOM Sul 2015 Documentário Jornalístico e

Grande Reportagem em áudio e rádio, concedido pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Intercom). Nestes trabalhos pude conhecer mais a fundo o programa e sua trajetória mais recente. Muitas questões, no entanto, ficaram a ser respondidas, e uma delas suscitou a investigação que aqui apresentamos.

Mas antes de falar da nossa pesquisa é preciso apresentar o nosso objeto de estudo. O programa radiofônico *A Voz do Brasil* existe desde 1934 e segue até hoje no ar. Originalmente veiculado das 19 às 20 horas em cadeia obrigatória nacional, em abril de 2018, teve seu horário de transmissão flexibilizado. Atualmente, fica a critério de cada rádio retransmiti-lo entre às 19 e às 22 horas. A sua criação se deu a partir da ideia primeira de integração nacional e também promoção do governo federal, na ocasião o de Getúlio Vargas. Para tal, o então chamado *Programa Nacional* reunia discursos presidenciais e peças musicais e literárias (PEROSA, 1995). Atualmente, A *Voz do Brasil* veicula programas distintos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A produção de cada bloco é independente em seu financiamento e execução, sendo de responsabilidade de cada Poder. O emprego de profissionais de jornalismo no programa, a adoção de linguagem e formatos radiojornalísticos transformaram significativamente *A Voz do Brasil* em relação ao programa da década de 1930, de maneira que reportagens veiculadas em sua versão mais contemporânea conquistaram prêmios de radiojornalismo[1].

Esta mudança não foi abrupta. Em 1946, dá-se um primeiro passo com a concessão do espaço de dez minutos da programação para o Congresso Nacional, que atualmente compreende 30 minutos da uma hora total do programa. Em 1996, o Poder Judiciário passou a ocupar cinco minutos na primeira metade do noticiário e ao Tribunal de Contas da União (TCU) foi concedido um minuto da programação no espaço dos três poderes, em revezamento, nas segundas, quartas e sextas-feiras. De maneira que, atualmente, os primeiros 25 minutos, referentes ao Executivo, são produzidos pela Diretoria de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), os cinco minutos seguintes são uma produção do Judiciário, que também veicula na *Voz* reportagens da *Rádio Justiça*, e os 30 minutos restantes são divididos entre dez de produção da *Rádio Senado* e 20 da *Rádio Câmara*. O TCU produz seu minuto através da Assessoria de Comunicação da instituição (SILVA, 2014).

---

[1] Por exemplo, a reportagem produzida por Carolina Pimentel sobre o Seguro da Agricultura Familiar, que foi ao ar em 10 de setembro de 2004, recebeu no ano seguinte o Prêmio Especial Categoria Extra-Regional, na categoria mídia eletrônica, concedido pelo Banco do Nordeste.

Se levarmos em conta apenas o espaço do Executivo no programa, temos que, mesmo antes da reabertura política, na Ditadura Militar (1964-1985)[2], quanto à linguagem e ao formato, *A Voz do Brasil* buscou pautar-se pelo radiojornalismo e reduzir a veiculação direta de discursos presidenciais (PEROSA, 1995). Na época do presidente Ernesto Geisel (1974 a 1979), por exemplo, os pronunciamentos à nação passaram a ser realizados em transmissões em cadeia obrigatória de rádio e TV, em vez de no espaço dedicado ao Poder Executivo na *Voz* – o que pode ser sintoma também da baixa audiência do programa e da popularização da TV. No governo Sarney, caminhou-se ainda mais nesta direção com a criação do programa *Conversas ao Pé do Rádio*, uma iniciativa que em um primeiro momento acreditamos visar a separação do conteúdo informativo acerca do Poder Executivo da comunicação direta entre presidente e cidadãos, o que não se comprovou em nosso estudo, uma vez que trechos dos discursos de Sarney no *Conversas ao Pé do Rádio* foram retransmitidos pela *Voz*, como pudemos constatar nos áudios analisados em nossa pesquisa. Renomeado no Governo Lula, o *Café com o presidente* inspirou-se na iniciativa do mandatário estadunidense Franklin Roosevelt, que falava com a população de maneira próxima no programa *Conversas ao pé da Lareira*, até usando o termo "meus amigos". A versão brasileira perdurou de Sarney até o Governo Dilma.

Em 2003, *A Voz do Brasil* anuncia a adoção de critérios jornalísticos como consequência de uma reformulação durante a gestão de Eugênio Bucci na Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) – estatal que entre 1988 e 2007 produziu a parte referente ao Executivo do programa (PEROSA, 1995; SILVA,2012). Como trazia o seguinte anúncio na página da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), no campo reservado ao histórico de *A Voz do Brasil:*

> 2003, o foco na cidadania. Em 2003, como parte do novo conceito de comunicação pública do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Radiobrás promoveu a mais profunda reforma editorial realizada no programa. A parte destinada ao Poder Executivo adquiriu enfoque jornalístico e formato atual. A reportagem deixou os gabinetes para sair às ruas em busca da relação entre as políticas públicas implementadas e as necessidades da sociedade. Pela primeira vez, A Voz do Brasil

---

[2] Daniel Araão Reis (2014) considera como marco da abertura a promulgação da Constituição de 1988, ao que nos parece uma perspectiva coerente visto que a eleição de Tancredo Neves ainda se dá de maneira indireta. No entanto, não desconsideramos de todo a cronologia mais amplamente aceita, segundo a qual a posse do vice José Sarney é o primeiro marco da reabertura.

> abria seus microfones para a população perguntar, comentar e avaliar os projetos e ações do governo abordados no programa. "O Guarani" foi remixado ao ritmo de forró, samba, choro, bossa-nova, capoeira, moda de viola e até techno. E o tradicional "Em Brasília, dezenove horas" foi substituído por "Sete da noite, em Brasília", sinal da opção pela linguagem mais simples, usual e em tom de diálogo. Desde então, A Voz do Brasil acumula três prêmios de jornalismo e é reconhecida como canal de acesso a informações precisas e objetivas sobre governo, Estado e Cidadania. (EBC, 2012)

Alguns documentos nos ajudam a entender o que se pressupõe como enfoque jornalístico e informações precisas e objetivas na visão dos gestores responsáveis pelo programa neste contexto. Entre eles estão os manuais de jornalismo da Radiobrás (2006) e da Empresa Brasil de Comunicação (2013), bem como o relato autobiográfico do ex-gestor da Radiobrás Eugênio Bucci no livro *Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação* (BUCCI, 2008).

A criação da Empresa Brasil de Comunicação, em 2007, também reforça a missão de produzir um programa de caráter jornalístico. A instituição se dedica à gestão da radiodifusão pública em âmbito nacional e é a atual produtora dos 25 minutos dedicados ao Poder Executivo na *Voz do Brasil*.

Saindo da perspectiva de quem produz e pensando no público-alvo do programa, desde seu nascimento *A Voz do Brasil* tem a desafiadora missão de informar a todo e qualquer ouvinte de rádio brasileiro. Informar a pessoas de tão diversas regiões, gênero, faixa-etária e nível social é uma responsabilidade ainda maior em um contexto em que o radiojornalismo perde força neste meio. Analisando o perfil das rádios e dos jornalistas, Sant'Anna (2008) observa que a veiculação de conteúdo informativo por parte de fontes públicas e privadas passa a ser, em várias radioemissoras, o único conteúdo informativo a que os ouvintes terão acesso em meio a programações musicais e religiosas. Também segundo levantamento do autor, em 2004, para cada cem jornalistas empregados, sessenta atuavam junto às fontes.

Neste panorama de baixa oferta de radiojornalismo e absorção dos profissionais da área pelas fontes, *A Voz do Brasil* passa a ser relevante na produção e veiculação de informações no meio rádio. Tanto que a relação da população com *A Voz do Brasil* foi assim verificada pelo

Datafolha[3], entre 18 e 19 de fevereiro de 2014: dos 2.901 entrevistados em 135 municípios, 64% consideram o programa como importante fonte de informações das ações e propostas do governo.

Outra questão que torna o programa imensamente relevante para os estudos sobre o jornalismo em nosso país é que aqui temos entendimentos muito particulares sobre esta natureza de prática e saberes. A noção de Comunicação Social, de maneira a abranger áreas como Cinema, Design, Relações Públicas e Jornalismo, marcou a formação dos profissionais em nosso país através de cursos generalistas que culminavam em habilitações específicas. No âmbito da atuação profissional, houve nas últimas décadas uma intensa absorção dos jornalistas pelas fontes, como já indicava Sant'Anna (2004), o que culminou na figura controversa do assessor de imprensa, um jornalista a serviço de fontes e instituições. Papel que em muitos países só caberia ao relações públicas. Sem tomar partidos e sem adensar este complexo debate, entendemos que diante deste panorama *A Voz do Brasil* tem-se mostrado um reflexo destas e outras tantas idiossincrasias. É um programa produzido, em grande parte de sua trajetória história, por órgãos estatais, mas que veio a se proclamar de natureza pública e jornalística – mais notadamente a parte referente ao Poder Executivo – e é produzido há longa data por jornalistas, a partir de seus formatos e linguagens.

Um estudo fundamental para entender sua trajetória é a pesquisa pioneira de Lilian Perosa, profissional que atuou na *Voz* entre 1985 e 1989, e defendeu a dissertação intitulada *A Hora do Clique: a análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República*, na Universidade de São Paulo (USP), em 1991. Até hoje, a obra que foi publicada pela Annablumme Editora em 1995, e reimpressa em 2009, é amplamente mencionada nas pesquisas que têm o programa como objeto empírico.

Por sua vez, a dissertação *'Voz do Brasil': proposta de jornalismo de interesse do cidadão que virou peça de relações públicas do governo*, de Renato Delmanto Barros (2015), dedica-se à fase mais recente do programa. O autor analisou edições entre 2013 e 2015 com foco em seus elementos retóricos e em seus critérios de noticiabilidade.

À mesma conclusão de Barros (2015) chegaram Valquíria Guimarães da Silva e Nádia Sousa Santos (2008) no artigo *Em Brasília, dezenove horas: o governo na pauta do programa A Voz do Brasil,*

[3] No endereço eletrônico: http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/22508-abert-lanca-campanha-pela-flexibilizacao-da-voz-do-brasil

apresentado no XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). As autoras fazem a crítica da cobertura do programa sobre a crise aérea ocorrida após o acidente com uma aeronave da empresa TAM, no dia 17 de setembro de 2007.

A persistência do uso político do programa, por sua vez, foi tema do estudo de Enio Fachin Franco e Carla Montuori Fernandes no artigo *O uso da "A Voz Do Brasil" como mecanismo político-partidário na construção da candidatura de Dilma Rousseff*, publicado pela Revista Temática em 2014. A partir do critério de valência, a pesquisa relaciona a vitória de Dilma Rousseff com a cobertura positiva sobre o Governo Lula no programa.

Dando sequência a estes esforços investigativos que demonstram a importância do objeto empírico para área, a nossa pesquisa toma como objeto de estudo o conteúdo noticioso produzido pelo Poder Executivo no programa *A Voz do Brasil* em momentos de crise política, no contexto da redemocratização até os dias atuais, de 1985 a 2017. Optamos por este recorte, sobretudo por entender que depois da pesquisa de Perosa (1995) não foram mais desenvolvidas investigações que nos permitissem comparar a produção do programa em governos distintos bem como o impacto que a reabertura política e os governos democráticos tiveram no mesmo. O objetivo geral é verificar se este conteúdo é coerente com as linhas editoriais do programa, marcadamente de cunho jornalístico, que foram estabelecidas ao longo deste período.

Entende-se que para alcançar este objetivo geral é importante estabelecer dois objetivos específicos. O primeiro é compreender e sistematizar um histórico da adoção de linguagem e formatos radiojornalísticos pelo programa desde a sua criação até o período de nossa análise, ou seja, de 1934 à 1985, em comparação com a produção noticiosa no meio rádio e a trajetória do sistema público de radiodifusão no Brasil. O segundo é produzir uma análise do conteúdo jornalístico do programa *A Voz do Brasil*, entre 1985 e 2017, com foco em reportagens sobre assuntos que são negativos para os Governos de turno, a partir das categorias: valor-notícia, enlace, pauta, apuração, estratégias de edição, redação radiojornalística e omissão.

O corpus do objeto empírico da pesquisa compreende áudios de edições do programa entre 1985 e 2017 – 35 edições – selecionados com critério qualitativo, de forma a abranger a cobertura de temas que representaram conflito de interesse ou crises políticas dos Governos neste período. O caso do mensalão no Governo Lula e a iminência do *impeachment* de Dilma Rousseff são algumas coberturas elencadas através deste critério de seleção para a análise, uma vez que partimos da

premissa de que são os momentos de crise e conflito de interesse que colocam à prova os fundamentos jornalísticos da produção do programa.

Benetti Machado e Moreira (2005) abordam a questão quando pesquisam os jornalistas públicos, ou seja, aqueles contratados por setores públicos – o que se enquadra no caso da EBC e da Radiobrás. Na conclusão do artigo *Jornalismo e informação de interesse público* (BENETTI MACHADO, MOREIRA, 2005) as autoras defendem que ainda que grande parte dos jornalistas públicos tenha relatado independência e compromisso com o interesse público, a maior parte também admitiu não tomar iniciativa em divulgar informações negativas referentes aos órgãos onde trabalham. Para as autoras, isto impossibilita entendermos o trabalho por eles realizado como jornalismo, e ainda compromete a boa prática da comunicação pública. No entanto, se analisarmos a relação entre os jornalistas e os meios privados de comunicação, os profissionais também não poderão tomar a iniciativa de divulgar informações negativas sobre a empresa em que trabalham. Por isso, não partimos do pressuposto de que os repórteres do programa deveriam dar furos de reportagem contra o governo, mas sim selecionamos edições que foram ao ar em datas em que jornais de grande circulação nacional já traziam em suas capas pautas negativas para os chefes de Estado em questão. Nossa intenção é analisar o comportamento de *A Voz do Brasil* em tais situações e entender se ela age com enfoque jornalístico, noticiando informações precisas e objetivas quando crises do governo, Estado e Cidadania já estampavam capas de grandes jornais. Ou seja, se há congruência entre o valor-notícia do programa e os demais meios jornalísticos.

Para tal, apresentamos a trajetória do radiojornalismo público em nosso país, demarcando qual o conceito de radiodifusão pública que nos orienta, a partir de Zuculoto (2012b), que propõe uma cronologia da deste tipo de radiodifusão. Entre os anos 20 e 40, em sua primeira fase, a radiofonia pública brasileira foi marcada então pelo pioneirismo, com a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em direção a um sistema educativo. Entre as décadas de 40 e 70, a autora evidencia o desenvolvimento do sistema educativo, com a Rádio MEC como exemplo de rádio educativo para as demais – no contexto da Era de Ouro da rádio comercial –, com o episódio da estatização da Rádio Nacional e o da criação de rádios universitárias, como a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1957. Entre os anos 70 e 80, a autora enuncia que a Radiodifusão pública entraria em sua terceira fase, a Era de Ouro da Rádio Educativa, marcada pela intensificação das políticas de incremento da radiodifusão pelos militares e de projetos grandes de educação não formal pelo rádio, como o projeto Minerva. Já nos anos 90, na quarta fase

da radiodifusão pública, houve uma explosão das rádios educativas e universitárias, e as próprias emissoras passaram a se autodenominar públicas. A quinta e última fase apontada pela autora, seria a partir dos anos 2000, marcada pela busca por Sistema Público de Rádio, inclusive com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável por gerir a radiodifusão pública. Assim sendo, quando buscamos a história do radiojornalismo público, interessa-nos aquele praticado no contexto destas naturezas de rádios: educativas, estatais, universitárias e públicas.

Para refletir sobre a criação e a trajetória histórica de *A Voz do Brasil*, por sua vez, foi preciso se debruçar sobre os conceitos de populismo e cidadania. O populismo é um conceito importante por demarcar um tipo de relação entre povo e governantes através dos meios. Para Martin-Barbero (1997), Getúlio Vargas, no Brasil, e Juan Domingues Perón, na Argentina, são expoentes desta política. *A Voz do Brasil* desta forma precisa ser estudada levando-se em conta que no contexto de sua criação, os meios massivos, entre eles cinema e rádio, construíram seu discurso tomando base no imaginário da massa a partir da memória narrativa, cênica e iconográfica popular para mobilizar um imaginário e sensibilidade nacionais (MARTIN-BARBERO, 1997). Para o autor colombiano, as classes populares na América Latina guardariam a singularidade de constituírem-se como atores sociais através da crise que acompanha a industrialização, nos anos 1930, a qual coloca estas classes em relação direta com o Estado. O populismo teria assim nacionalizado e outorgado cidadania às massas. O apelo ao popular se daria pelas reivindicações salariais entre outros direitos que carregam o discurso sobre constituição do trabalhador em cidadão. A eficácia do populismo estaria justamente no apelo às tradições populares e à construção de uma cultura nacional. A partir do reconhecimento de que foi através do nacional-popular que se fizeram ouvir no conjunto nacional as reivindicações sociais e políticas das classes subalternas, Martin-Barbero (1997) critica assim uma história dos meios de comunicação que majoritariamente se dedica às estruturas econômicas e ao conteúdo ideológico destes meios, sem se ocupar minimante das mediações através das quais tais meios adquiriram materialidade institucional e densidade cultural.

Já a cidadania nos é um conceito caro por ter ganhado grande proeminência no período que nos propomos a estudar, o processo de reabertura política brasileira a partir de 1985[4]. A Constituição de 1988

---

[4] Ressaltamos uma vez mais que neste trabalho coadunamos com Daniel Araão Reis (2014), que propõe como marco cronológico para o fim da Ditadura Civil-

ficou alcunhada como a “Constituição Cidadã”, palavra que é também chave da já mencionada reforma editorial que *A Voz do Brasil*, referente ao Executivo, sofreu em 2003. Para José Murilo de Carvalho (2006), a partir da consolidação do Estado-nação, cidadania seria sinônimo dos direitos mais básicos do cidadão, resultado do desdobramento dos direitos dos civis, políticos e sociais. Como direitos civis podemos entender aqueles “fundamentais a vida” como: à igualdade, à liberdade e à propriedade jurídicas. Já os políticos seriam os referentes à participação no governo da sociedade em que se vive, através do voto, da organização de partidos. Os direitos sociais, por sua vez, garantiriam a participação de cada indivíduo na partilha da riqueza coletiva de um Estado, como o direito à educação, à salário justo, à saúde e à aposentadoria. No Estado inglês, ressalta o autor, em consequência dos direitos civis se dariam os direitos políticos, e por último, resultante dos direitos civis e políticos, os sociais. Diante do contexto de crise do Estado-nação e também por questões singulares da nossa história, Carvalho (2006) defende que no Brasil houve uma sobreposição da noção de direitos sociais aos demais. Para o autor, a efusão de discursos acerca da cidadania após o fim da Ditadura Militar remete sobretudo aos direitos sociais do cidadão, antes dos civis e políticos.

Já sobre o dito “enfoque jornalístico” (EBC, 2012) de *A Voz do Brasil*, anunciado mais enfaticamente a partir de 2003, como já mencionado, entendemos que é importante nos debruçarmos sobre o que se entende como jornalismo neste projeto editorial. Entendemos que é adequado partir do conceito de Jornalismo Público, com o qual os manuais de jornalismo da Radiobrás (2006) e da EBC (2013) dialogam em dois aspectos. Ao defender parâmetros de objetividade e isenção no contexto do jornalismo praticado em empresas estatais - no caso da Radiobrás - e públicas - no caso da EBC -, tais manuais dialogam com o que Danilo Rothberg (2011) chama de Jornalismo Público, com base na experiência da BBC de Londres. Para o autor, o Jornalismo Público é o praticado com financiamento público, reservadas sua independência e autonomia em relação ao Estado. Um segundo aspecto do conteúdo destes manuais que nos é caro é o de defender um jornalismo engajado com a promoção da cidadania, como enunciou Jay Rosen (2003) que cunhou o conceito de Jornalismo Público no início da década de 1990, com base em iniciativas de mídia impressa e televisiva comerciais nos Estados

---

Militar de 1964, a promulgação da Constituição de 1988. No entanto, até pelas alterações que *A Voz do Brasil* sofreu no Governo de José Sarney, entendemos que o processo de abertura é perceptível já a partir de 1985, com a vitória em eleições indiretas de Tancredo Neves e com a posse de seu vice após seu falecimento.

Unidos, que pautadas em mecanismos de participação do público buscaram um maior engajamento em relação aos interesses do mesmo.

Elencados alguns de nossos principais aportes teóricos, apresentemos nossos procedimentos metodológicos. A pesquisa documental e bibliográfica são um dos principais procedimentos metodológicos que utilizamos nos capítulos em que nos dedicamos à história de *A Voz do Brasil* e de suas linguagem e formatos. Entre as principais referências bibliográficas desta etapa estão as obras de Lilian Perosa (1995), José Inácio Souza (2003) Eugênio Bucci (2008). A primeira por ser a maior referência sobre *A Voz do Brasil*, com a dissertação *A Hora do Clique: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República*, defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, em 1991, e publicada em 1995 pela Annablume Editora. A segunda, *Em Brasília, 19 horas: A guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula*, por ser o relato testemunhal do ex-gestor da Radiobrás, Eugênio Bucci, reunindo referências documentais importantes sobre a reformulação do programa em 2003, bem como da missão e visão da Radiobrás. O *Manual de Jornalismo da EBC: somente a verdade* (2013) é outro documento importante em nossa análise, por enunciar os princípios jornalísticos ainda em vigor na empresa que produz *A Voz do Brasil* referente ao poder Executivo – parte do programa alvo de nossa análise - bem como a natureza de atuação da Empresa Brasil de Comunicação enquanto uma empresa de comunicação pública.

O resultado desta etapa documental é o registro de diversas tentativas ou discursos acerca da adoção de critérios jornalísticos em *A Voz do Brasil*, notadamente a partir de 1985. Para testar tal hipótese analisamos áudios de edições do programa entre 1985 e 2017, selecionados com critério qualitativo, de forma a abranger a cobertura de temas que representaram ou representam conflito de interesse ou crises do Governo[5]. Para tal, recorreu-se mais uma vez a pesquisa documental em acervos de jornais como *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo,* e revistas como *Veja*, para detectar principais pautas negativas e crises de cada governo, repercutidos pelo jornalismo comercial.

Assim, seguimos as etapas de pesquisa: levantamento histórico a partir de documentos e produção acadêmica referentes ao

---

[5] Segue em anexo o formulário enviado à Empresa Brasil de Comunicação com as datas das edições e o critério de seleção de pautas solicitadas. Os principais escândalos e crises de cada governo foi o critério da primeira seleção, uma vez enviado o material, será definido uma ou no máximo duas coberturas jornalísticas de cada governo.

radiojornalismo, à radiodifusão pública e ao programa *A Voz do Brasil*; definição de marcadores a partir de fatos de cada Governo entre 1985 a 2017, cuja noticiabilidade por si mesma represente conflito de interesse ou crises; seleção de cerca de cinco edições do programa AVB para cada um dos marcadores identificados na etapa anterior – bem como transcrição das reportagens a serem analisadas; análise do conteúdo das reportagens selecionadas.

Quando tratamos de levantamento histórico, falamos de uma etapa sem a qual não se faria inteligível nossa proposta de análise de conteúdo jornalístico. Foi preciso não apenas introduzir ao leitor *A Voz do Brasil*, mas também evidenciar que este programa, ao largo do desenvolvimento do radiojornalismo e da radiodifusão pública em nosso país, vem alterando seu formato e linguagem, inspirando-se em técnicas radiojornalísticas e noções e práticas de radiodifusão pública. Ao fazê-lo, entendemos que colaboramos para a construção da memória e da escrita da História da Imprensa em nosso país.

Marialva Barbosa (2013), nos alerta que a comunicação em cada lugar tem historicidade própria. Os aspectos particulares não podem ser contemplados pela transposição de processos da Europa Ocidental, como se fosse possível uma história válida para todos os espaços sociais. Neste sentido, entendemos que a existência de *A Voz do Brasil* pode ser considerada por si só uma particularidade do processo histórico da comunicação em nosso país. Não apenas por não encontrarmos um programa oficial de rádio com uma trajetória histórica comparável - pela sua longevidade e abrangência - em outros países, mas também porque como ressalta a autora somos um país de cultura oral, o que torna o rádio um veículo ainda mais estratégico.

Mas mesmo nos marcos da história da comunicação que podem parecer universais, Barbosa (2013) ressalta singularidades importantes. Por exemplo, para autores como Carey (1997), o telégrafo foi um marco decisivo para a comunicação – por ser através deste meio que ela pôde ser separada pela primeira vez da noção de transporte. No Brasil, o telégrafo também foi um marco decisivo, mas sua implantação teve motivações diversas das potências europeias.

> Se na França a sua difusão liga-se diretamente à extensão da República em mãos do Estado e na Inglaterra esta mesma expansão se produz através da indústria e do comércio, no Brasil o telégrafo participa do esforço de integração territorial e da descoberta da sua sintaxe comunicacional ao permitir vencer distâncias num momento crucial

> como foi a Guerra do Paraguai. (BARBOSA, 2013, p. 13)

Destacamos esta analogia para salientar que, passadas seis décadas da Guerra do Paraguai, na década de 1930, durante a primeira Era Vargas, o emprego de tecnologias comunicacionais para promoção da integração nacional ainda era uma característica da história da comunicação em nosso país. Pois era justamente a integração nacional a razão primeira da criação do *Programa Nacional*.

Outra questão importante suscitada por Barbosa (2013) sobre o o estudo da História da Comunicação diz respeito a produção de memória. Nossa pesquisa se insere em uma época da sedução da memória, causada pela multiplicação dos chamados lugares de memória (NORA, 1984 e 1986 apud BARBOSA, 2013, p.12), pela ampliação da nossa capacidade de produzir e conservar arquivos e acervos.

É intrigante, neste contexto, que o programa não seja objeto de mais estudos, visto suas perenidade e singularidade em relação à comunicação em nosso país. Desde 1985, a parte referente ao Poder Executivo de *A Voz do Brasil* é gravada e salvaguardada pela Radiobrás, posteriormente pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). E a partir de 2009, estes arquivos passaram a ser disponibilizados no site da EBC, junto à transcrição completa do programa. Mas esta possibilidade de acesso às fontes – um imenso privilégio quando tratamos de arquivos de rádio – não desencadeou uma grande profusão de pesquisas a respeito do programa. Situação essa que parece ser explicada por Barbosa (2013):

> A época da sedução da memória é também a época deliberada do esquecimento por proeminência de rastros que guardamos nas memórias de nossos computadores, com a ilusão de que estamos tudo guardando para usarmos num futuro próximo ou distante. Mas esses rastros presumíveis, na maioria das vezes, ficam acondicionados em pastas de arquivos que jamais voltamos a consultar e que se apagam inexoravelmente quando um problema técnico transforma em silêncio e escuridão as telas dos computadores. (BARBOSA, 2013, p.12)

Com esta pesquisa buscamos então não deixar para o futuro a produção de narrativa histórica acerca de *A Voz do Brasil*. Assim sendo, no primeiro capítulo, *A Voz do Brasil: os primeiros 50 anos*, expomos a relação entre a linguagem do programa e os regimes políticos pelos quais atravessa até a reabertura em 1985. Apresentamos de maneira geral os

formatos do programa e sua relação com os formatos radiojornalísticos e com o desenvolvimento da radiodifusão pública no período. Para tal, debruçamo-nos sobre a trajetória histórica do programa, narrando as principais alterações em sua linguagem e estrutura.

No segundo capítulo, *Abertura para o Jornalismo? A Adoção de Linguagem Radiojornalística a partir de 1985*, seguimos o mesmo ritmo do primeiro, mas agora com foco no período de 1985 a 2017. Se até 1985 a estrutura e formatos do programa eram conhecidos apenas por meio de documentos como os Anais do Congresso – referido por Souza (2003); depoimentos de personagens de sua história e outras sortes de fontes, a partir deste ano contamos também com a gravação e salvaguarda sistemática das edições de *A Voz do Brasil* pela Radiobrás, e posteriormente EBC.

No terceiro e último capítulo apresentamos, *Análise do Conteúdo Jornalístico em Momentos de Crise*, por fim, a nossa análise sobre a cobertura de pautas negativas em cada governo. Quanto a José Sarney, analisamos a cobertura do escândalo de corrupção na BR Distribuidora, que foi capa de jornais em dezembro de 1988. Já no governo de Fernando Collor, nos interessa como foi noticiado o processo de impeachment em setembro de 1992. No governo Itamar Franco, nosso olhar lança-se para a CPI do Orçamento e em como o impacto dela no corpo ministerial é noticiada. No governo de Fernando Henrique Cardoso, buscamos reportagens que tratassem do tema das denúncias de corrupção no leilão das privatizações, investigação que foi notícia em 2002. Sobre o governo de Luís Inácio Lula da Silva, interessou-nos sobretudo como foi a cobertura do caso do Mensalão, em 2007. Já no governo Dilma se faz relevante a cobertura do processo de impeachment, em 2016. Por fim, o governo de Michel Temer teve que se explicar quando gravações suas foram vazadas, em 2017, e pouco ou nada foi dito sobre o tema no programa, silêncio este que buscamos problematizar em nossa análise.

Mais especificamente sobre o terceiro capítulo, uma vez delimitado nosso corpus de análise, um grande desafio durante nossa pesquisa foi o de encontrar uma metodologia adequada à análise que nos propomos. Em um primeiro momento chegamos a cogitar fazê-lo através da Análise de Discurso, de longa tradição no campo da linguística, inscrevendo-se no panorama do pensamento Pós-Estruturalista. Algumas vertentes teórico-metodológicas de análise do discurso extrapolam a linguística para um entendimento do contexto social em que se insere o discurso. Michel Foucault, por exemplo, explicita a relação entre discurso e poder em sua proposta de arqueologia do saber. A partir desta percepção, Norman Fairclough, em *Discurso e Mudança Social* (2001),

desenvolve a Análise de Discurso Textualmente Orientada, de enfoque crítico.

> A partir da [Análise de Discurso Textualmente Orientada] ADTO, Fairclough (2001) desenvolve um quadro teórico adequado ao uso na pesquisa científica social. Sua intenção foi reunir uma abordagem linguística do discurso e as visões do pensamento social e político relevantes para o seu estudo da mudança social. Ele operacionaliza na ADTO três dimensões na abordagem do discurso: análise dos textos, análise das práticas discursivas e análise das práticas sociais. Essa operação concebe o discurso em um modelo tridimensional, sendo que a análise de um discurso dentro desse modelo se dá de maneira simultânea nas três dimensões, não havendo uma que deva ser obrigatoriamente priorizada em relação à outra. Também não significa que cada dimensão de análise tem seus limites bem definidos, como por exemplo, na análise textual e das práticas discursivas em relação à produção e recepção textuais. (COSTA, 2008, p. 4)

Assim sendo, no decorrer da pesquisa, com o maior contato com o material analisado – ao qual tivemos acesso a partir de fevereiro de 2018, quando a Central de Pesquisa da EBC nos enviou a primeira metade dos 103 áudios solicitados – entendemos que não seria interessante empreendermos a análise de práticas discursivas e de práticas sociais de maneira simultânea à análise dos textos das reportagens em áudio, ainda que não nos furtemos de fazê-las. Acreditamos que seguindo os passos metodológicos da Análise de Conteúdo – categorização, descrição e interpretação – pudemos expor de forma mais compreensível o mapa lógico que orientou a nossa escuta, bem como dos procedimentos metodológicos e teóricos que pautaram nossa análise. Entendemos, no entanto, e corroboramos com parte das críticas dirigidas à Análise de Conteúdo no campo da linguística, como as elencadas por Rocha e Deusdará (2005).

> Embora a inovação da Análise de Conteúdo tenha consistido em contribuir com procedimentos "científicos" de legitimação de uma dada técnica de leitura, há algo que permaneceu ao longo do tempo: o objetivo de atingir uma "significação profunda" dos textos: "O que é passível de interpretação? Mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com duplo sentido, cuja significação

> profunda (a que importa aqui) só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática". Nesse movimento entre a heterogeneidade do objeto e o rigor metodológico é que se percebe em que modelo de ciência se funda a Análise de Conteúdo: um modelo duro, rígido, de corte positivista, herdeiro, como dissemos, de um ideal preconizado pelo Iluminismo. Centra-se, sobretudo, na crença de que a "neutralidade" do método seria a garantia de obtenção de resultados mais precisos. (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 3)

Todavia, acreditamos também que a principal crítica apontada na AC – o de uma pretensa neutralidade, de sua origem histórica afinada com os ideais positivistas – acaba também por ser a maior razão do sucesso de sua aplicabilidade. Por não se vincular de maneira explícita a nenhuma ideologia ou base teórica – o que a vincula implicitamente com o Positivismo - acaba por ser um método versátil e aplicável a diversas áreas do saber. No caso da pesquisa em Jornalismo, e mais especificamente em Radiojornalismo, reconhece-se a necessidade de desenvolver metodologias mais afins para o campo de pesquisa. É o que defende Kischinhevsky et al (2016), ao demonstrar que a radiofonia, ao longo das últimas décadas, tem sido pesquisada através de teorias e metodologias de diversas tradições, elencando a análise de discurso, de conteúdo, os estudos de recepção e a história oral.

> A arte reside justamente aí: pôr em diálogo tradições distintas, como os estudos de recepção, a análise de discurso, a análise de conteúdo, a sociossemiótica, sem abrir mão da coerência. […] Privilegiar o desenvolvimento de instrumental metodológico próprio é chave para a consolidação em andamento das pesquisas em rádio e mídia sonora no Brasil e na América Latina como um todo, principalmente num momento em que ganham força as iniciativas de internacionalização e as produções coletivas de pesquisadores articuladas em torno de temas, objetos e afinidades teóricas. (KISCHINHEVSKY, et al, 2016, p. 154)

Assim, quando nos referimos aqui à Análise de Conteúdo, buscamos referenciar a origem dos procedimentos metodológicos adotados – categorização, descrição e interpretação – sem necessariamente estabelecer uma relação de filiação ortodoxa entre nossa pesquisa e esta metodologia que é precursora dos estudos linguísticos (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005). Não nos pretendemos neutros nem taxativos em nossa análise, situamos nossas perspectivas teóricas dentro

da área do Jornalismo, trazendo o debate sobre o Jornalismo Público (ROTHBERG, 2011; ROSEN, 2003), e de maneira mais geral dos Estudos Culturais – ao elencarmos autores como Martín-Barbero (1997) – para situarmos nossa visão sobre a relação entre meios de comunicação, política, Estado e História.

Sobre o conceito de jornalismo público, ressaltamos que ele é relativamente recente, tem cerca de três décadas, e está em crescente construção. De origem estadunidense, a expressão significou uma crítica ao jornalismo praticado pelas grandes corporações e tem como princípios básicos, entre outros, o civismo, a participação do público e o engajamento do jornalista. Quando o elencamos neste trabalho, não estamos particularmente interessados na crítica deste movimento ao jornalismo comercial, mas principalmente nas soluções e alternativas elencadas, por elas dialogarem com as soluções e alternativas defendidas pelo jornalismo da EBC em seu manual (EBC, 2013).

Entre as experiências destacadas por Jay Rosen (2003) na afirmação de uma nova noção de objetividade jornalística, está a do jornal *Wichita Eagle*, que em 1990, lançou o *Voter Project*. Através de sondagens utilizando a técnica de grupos focais, o jornal, em consórcio com uma estação de rádio e um operador de TV, identificou quais eram as questões principais que preocupavam os cidadãos. A partir destas questões passou-se a orientar a cobertura da campanha eleitoral, buscando minimizar ataques e contra-ataques de candidatos. Em vez disso, publicou-se artigos aprofundados sobre os temas elencados pelos cidadãos bem como a posição de cada candidato sobre os mesmos. Esta acepção de jornalismo público é adotada pelo Manual de Jornalismo da EBC (2013) quando o mesmo prevê mecanismos de participação do público e se propõe a ter uma abordagem mais educativa e cidadã.

Em outra perspectiva, o mesmo manual se aproxima da noção de Jornalismo Público do pesquisador Danilo Rothberg (2011). Ainda que corrobore com o movimento do jornalismo cívico na ideia de que a prática do jornalismo público não é necessariamente incompatível com a busca do lucro, Rothberg centra seu olhar para o jornalismo produzido através de financiamento público e a partir da exploração de concessões de radiodifusão. Esta é a ideia central de seu livro *Jornalismo Público: informação, cidadania e televisão* (ROTHBERG, 2011), onde estão publicados os resultados de seu trabalho de pós-doutoramento sobre o telejornalismo da BBC, realizado na Open University, na Inglaterra.

Assim sendo, seguindo os passos metodológicos elencados por Bardin (2009), apresentamos a seguir a categorização proposta para nossa análise. No capítulo terceiro, apresentamos a descrição dos textos analisados já com parte da interpretação que será aprofundada nas considerações finais, interpretação essa dada à luz do levantamento que apresentamos nos primeiros dois capítulos sobre o emprego da linguagem jornalística pelo programa ao longo de sua história.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

O maior desafio na criação das categorias de análise de nossa pesquisa é talvez não poder partir com plena segurança do pressuposto de que o programa tem natureza jornalística, para assim buscar a congruência de seu conteúdo com o que se espera do conteúdo de um noticiário jornalístico. Barros (2015), por exemplo, o considera peça de relações públicas. Souza (2013)[6], no título de seu trabalho menciona o programa a partir do conceito mais amplo de "comunicação política". Nesta trilha, poderíamos então nos inspirar na pesquisa de Santos (2015), que se propôs a analisar a simulação de jornalismo na propaganda eleitoral para a presidência, em 2014, e nos lançarmos também a uma busca de tal simulação na linguagem do programa, mas partindo do pressuposto de que ele é uma peça de relações públicas, ou até mesmo propaganda, como muitos atribuem a sua origem histórica na primeira Era Vargas (PEROSA, 1995). Todavia, entendemos que há um contexto que singulariza *A Voz do Brasil*, que não torna fácil responder pela sua natureza, pelo seu dever ser. Porque ainda que os 25 minutos que analisaremos, produzidos pelo Poder Executivo, sejam uma responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (SECOM), o que colocaria o programa em sintonia com a noção de comunicação institucional, o mesmo é produzido pela Empresa Brasil de

[6] Não nos foi liberada até o fim desta pesquisa a consulta ao trabalho *Comunicação política e produção radiofônica: o caso do programa "A Voz do Brasil" (2013)*, dissertação de acesso restrito no repositório online da Universidade do Minho. No entanto, o título nos dá uma pista do olhar do pesquisador sobre o programa e não nos furtamos de mencioná-lo aqui e constá-lo nas referências do trabalho, inclusive para divulgá-lo a pesquisadores que porventura consultem nossa pesquisa em busca de bibliografia sobre *A Voz do Brasil*.

Comunicação (EBC), através da sua Diretoria de Serviços, empresa essa que responde pela radiodifusão pública a nível federal do país, dialogando de tal forma com a noção de jornalismo. Quanto a esta última, principalmente os registros autobiográficos de Eugênio Bucci enquanto gestor da Radiobrás, entre 2003 e 2007, revelam uma reforma editorial no programa, realizada no âmbito da Radiobrás, sem colaboração de membros da SECOM, no ano de 2003, que visava justamente adequá-lo aos pressupostos jornalísticos (BUCCI, 2008). Uma década depois, no lançamento do *Manual de Jornalismo da EBC: somente a verdade* (2013) pudemos compreender melhor o jornalismo que a empresa propõe para suas produções, um jornalismo que entendemos dialogar com a noção de jornalismo público ou cívico, como melhor fundamentaremos adiante.

Assim sendo, na construção das categorias que apresentamos a seguir, assumimos o pressuposto de que o dever ser do programa é sim o de Jornalismo Público, ainda que nem sempre o tenha sido, se o pensarmos desde sua criação, em 1934. Mas as categorias foram elaboradas de forma a buscar congruências com este tipo de produção sem deixar de se atentar a possíveis congruências de seu conteúdo com outras formas de conteúdo informativo, como a comunicação institucional e até a propaganda. De maneira que nos inspiraram nesta categorização a já mencionada pesquisa de Santos (2015) e também a pesquisa de Mota (2014), que em seu mestrado em linguística desenvolveu categorias de análise para produções jornalísticas que tenham afinidade ou pratiquem declaradamente o jornalismo cívico, sendo que a reportagem que ela utiliza para testar suas categorias é uma série de reportagens da TV Brasil, canal da EBC, por justamente ter o mesmo entendimento que defendemos aqui sobre o jornalismo que a empresa busca produzir. Ambas as pesquisas foram importantes para desenvolver as categorias que aqui seguem, mas no nosso trabalho foi necessário elaborar aquelas que julgamos mais adequadas ao nosso estudo em específico.

A primeira delas é **valor-notícia.** Valor-notícia ou critérios de noticiabilidade são conceitos abordados por diversos autores que buscaram entender o porquê determinados fatos devem ou não ser noticiados.

> Ao sistematizar as conceituações dos critérios de noticiabilidade, Wolf (2003) enumera cinco pressupostos implícitos dos quais os valores-notícia são derivados, dentre os quais, os critérios substantivos, relativos ao conteúdo e que articulam a importância e o interesse da notícia. Os valores-notícia são as qualidades da construção jornalística dos acontecimentos e funcionam como "óculos"

> (Bourdieu, 1997: 25) através dos quais os jornalistas operam uma seleção e uma produção discursiva daquilo que é selecionado. Ou seja, são as condições de possibilidades de ver e dizer sobre a realidade social que estão estratificadas na comunidade interpretativa. (AGUIAR, 2008, p.23)

Nossa análise se dá em relação a pautas pré-estabelecidas por nossa seleção, ou seja, que já tiveram seu valor-notícia reconhecido por outros meios de comunicação. Observamos com esta categoria, para além da escolha por noticiar ou não de determinado assunto: o “Tempo dedicado à pauta”; a “Presença da pauta nas Chamadas” e a “Complexidade da apuração: reportagem, nota, presença de sonoras das fontes”. Estas três referências que elencamos nos dão a possibilidade de comparar minimamente o tratamento dado à determinada pauta pelo programa com o tratamento dado pelos demais meios ao mesmo tema - no caso da nossa pesquisa, as capas dos diários *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* e a semanal revista *Veja*. Não buscaremos uma correlação entre minutos e laudas, até por nos restringirmos às capas, mas entendemos que é importante ter uma ideia de quanto espaço o programa dá a pautas que são capas em periódicos de circulação nacional, o que nos dá indícios, de maneira geral, se o programa adota o mesmo valor-notícia dos demais meios jornalísticos ou não. Esta primeira categoria nos permite assim analisar o quanto são reportados os temas em análise no programa. Sendo que a “complexidade da apuração”, ao indicar os gêneros radiojornalísticos empregados, dialoga mais com as próximas categorias que nos indicam “como” são reportados os assuntos.

Ainda em diálogo com outros meios jornalísticos, a próxima categoria utilizada é **enlace**, subdividida em “Presença de informações de outras mídias”; “Postura em relação às informações de outras mídias”. Nos importa assim detectar menção a informações de outros meios e a postura do programa em relação aos mesmos. Se a informação dos demais meios será utilizada para dar credibilidade a uma informação do programa ou se o mesmo está confrontando essas informações em favor do governo de turno. Esta postura de “propaganda tática” é mencionada por Santos (2015), em seu estudo da simulação de jornalismo na propaganda eleitoral obrigatória, durante as eleições presidenciais de 2014. Ou seja, um jornal é mencionado na propaganda eleitoral para que um candidato possa desmenti-lo ou utilizá-lo para aumentar sua credibilidade. É importante entender se o programa se utiliza deste mesmo recurso afastando-se assim, ao nosso entender, da prática jornalística.

Na sequência temos a categoria **atualidade**, que se subdivide em “Notícia em primeira mão” e “Pauta já noticiada em outros meios”. A

atualidade, a obsessão com o tempo, é uma característica constitutiva do jornalismo desde a invenção do telégrafo.

> Como já tivemos a oportunidade de sublinhar, o advento do telégrafo no século XIX ligou o jornalismo mais à atualidade e criou diversões e demarcações adicionais, tornando possível noticiar de mais sítios e, acima de tudo, permitindo ao jornalismo operar dentro um novo tempo: o "presente instantâneo", como escreveu Anthony Smith. O impacto do telégrafo no jornalismo foi significativo porque consolidou tudo o que a *penny press* tinha posto em movimento: 1) permitiu que os jornais funcionassem em tempo real; 2) ajudou a fomentar a criação de uma rede mais vasta de pessoas empregadas integralmente no trabalho de produzir informação, nomeadamente as agências de notícias, que rapidamente alargaram ao nível internacional a sua cobertura jornalística, num processo continuado até hoje na globalização do jornalismo; e 3) introduziu alterações fundamentais na escrita das notícias, nomeadamente a utilização de uma linguagem homogeneizada, rápida, de fatos escassos, numa palavra, telegráfica. (TRAQUINA, 2012, p.53-54)

Uma das principais questões para os jornalistas públicos segundo Benetti e Moreira (2005) é tomar iniciativa em noticiar pautas negativas referentes às instituições nas quais os mesmos atuam. Neste sentido, é importante detectar o comportamento do programa em relação às pautas, já pré-selecionadas pelo seu cunho negativo aos governos de turno. A capacidade de dar notícias negativas em primeira mão, ou ao menos em sincronia com os demais meios, marcaria uma maior congruência do programa com o gênero jornalístico, enquanto que apenas a reação tardia aos escândalos já noticiados pode dialogar mais com os pressupostos da propaganda e das relações públicas, nesta última como estratégia de gerenciamento de crise.

Com a categoria **pluralidade das fontes**, buscamos entender quem tem voz no programa, analisando as fontes a partir dos seguintes critérios: "Oficiais"; "Não-oficiais"; "Presença de sonoras"; "Menção indireta"; "Sem fontes". A presença de testemunhas oculares nas notícias, bem como o desenvolvimento da reportagem com a utilização da técnica da descrição, são inovações que o jornalismo adotou ainda no século XIX. (TRAQUINA, 2012).

> Depois da Guerra Civil norte-americana a utilização da entrevista tornou-se vulgar. Outra técnica nova no trabalho jornalístico, o recurso a fontes múltiplas, tornou-se uma prática estabelecida. Não só as peças noticiosas incluíam cada vez mais fontes múltiplas, apresentando uma diversidade de pontos de vista no mesmo artigo, como também os jornalistas demonstraram ainda mais agressividade na obtenção de elementos informativos: a prática dos correspondentes do Norte durante a Guerra Civil norte-americana, de viajar disfarçados no Sul para evitar serem detectados, forneceu um modelo para o "jornalismo de disfarce" que se desenvolveu nos anos 1980. (TRAQUINA, 2012, p. 59)

Para além de ser uma característica do jornalismo, a pluralidade de fontes foi uma meta a que se propôs o programa. Como um dos principais objetivos da reforma editorial que *A Voz do Brasil* sofreu em 2003 (BUCCI, 2008) era a de dar voz ao cidadão no programa, faz-se pertinente identificar se as fontes das reportagens refletem ou já refletiam, no caso dos programas mais antigos, esta missão de ampliar seu escopo de fontes para além das oficiais. Este é um ponto importante do chamado Jornalismo Público ou Cívico, com qual o *Manual de Jornalismo da EBC: somente a verdade* (2013) dialoga em seu conteúdo. Nota-se que o programa passou a entrevistar fontes não-oficias ao longo da última década, principalmente em reportagens sobre programas sociais, em que beneficiários costumavam falar de maneira positiva sobre as pautas (SILVA, 2012). No entanto, faz-se pertinente analisar se o cidadão tem voz também em reportagens que são negativas.

A **redação radiojornalística** também é importante para nossa pesquisa, ainda que não haja a intenção de desenvolver um estudo linguístico. O jornalismo que conhecemos é caracterizado pela sua linguagem e formatos. Ao longo do século XIX, desenvolveu-se a famosa "pirâmide invertida", na qual se enfatiza o parágrafo de abertura, conhecido como *lead* (TRAQUINA, 2012). Com o advento do rádio e do radiojornalismo, desenvolveu-se ainda a formatos de redação próprios para este meio, para a escuta perfeita das informações, uma vez que o ouvinte não tem como escutar outra vez. Entendemos, assim que alguns aspectos básicos desta linguagem radiojornalística são importantes de serem analisados em um programa que se pretende jornalístico.

Para tal, tomamos como referências "Coloquialismo"; "Sobriedade"; "Ordem direta" e "Adjetivação", por serem aspectos marcantes na linguagem radiojornalística, para além do *lead*, que de antemão detectamos ser amplamente adotado no programa. Saber se os

locutores falam de maneira sóbria sobre os temas que envolvem o governo é mais uma inquietação motivada pelo estudo de Santos (2015), pois a autora notou que os "repórteres" da propaganda eleitoral tinham uma tonalidade mais entusiasmada na narração, uma locução mais afinada com a de um comercial. As demais características que buscamos observar fazem parte de pressupostos que foram historicamente construídos e adotados por repórteres de rádio, entre os quais Ferraretto (2001) elenca:

> - Tenha em mente que está escrevendo um texto para ser ouvido. Redija, portanto, pensando em contar ao ouvinte o que aconteceu.
> - Escreva com simplicidade, lembrando-se sempre que a linguagem utilizada é um intermediário entre o culto e o coloquial. Assim, não seja excessivamente formal ou erudito, mas também não ignore as normas da Língua Portuguesa. A respeito, o *Manual de produção* [(MACCANN-ERICKSON, 1963)], elaborado pela agência de publicidade McCann-Erickson, já aconselhava os redatores do Repórter Esso: 'a linguagem, sempre correta, é, entretanto, a da gente comum, são evitadas as palavras pouco usadas, de grafia ou de pronunciação difícil, bem como vocábulos estrangeiros ou estrangeirismos.'
> - Nunca utilize duas palavras, se você pode usar apenas uma. Além disso, mais do que nos veículos impressos, é imperativo o uso do rádio, a eliminação de dados supérfluos.
> - A força da informação está no modo como você usa substantivos e verbos e não na utilização, desnecessária e condenável, de adjetivos.
> - Na dúvida sobre o uso de uma palavra, expressão ou período, leia o texto em voz alta, procurando analisar seu efeito.
> - Confira sempre a grafia e a pronúncia de nomes próprios complicados.
> - Nunca deixe de revisar cuidadosamente seu texto. Confie em seus conhecimentos e não apenas nos modernos corretores ortográficos informatizados (muitas palavras escapam destes softwares). Caso esteja datilografando e verifique algum erro, risque toda a palavra e não apenas a letra mal colocada. Após, reescreva o vocábulo corretamente acima do termo rasurado, usando caneta esferográfica azul. Se os erros forem excessivos, rebata toda a notícia. (FERRARETO, 2001, p. 205-206)

Dentre estas recomendações que o autor faz, direcionando-se ao repórter, elencamos aquelas julgamos mais aferíveis e pertinentes em nossa análise: a relação com a linguagem coloquial e a presença ou não e adjetivação. O autor menciona ainda a importância da ordem direta na estrutura frasal. "A estrutura mais simples em geral é a melhor, principalmente no caso do texto radiofônico. Assim, a ordem direta deve ter preferência sobre a indireta, em especial no lide" (FERRARETO, 2001, p. 208).

Quanto à categoria **apuração,** buscamos entender se a mesma se dá dentro de parâmetros que Perosa (1995) observou durante o governo Sarney. Para a autora, a maior inovação proposta por esta gestão, foi a veiculação de notícias negativas, como no caso do envolvimento do ministro Mauro Sales nos casos Sulbrasileiro e Brasilvest. Mas tal fato causava estranheza ao corpo ministerial, e chegou a render intimidação quando as perguntas dos repórteres da extinta Empresa Brasil de Notícias (EBN) foram consideradas impertinentes - caso do ministro Roberto Gusmão (PEROSA, 1995). Além de perguntas impertinentes, o programa também buscou dar voz a críticas de adversários políticos. Carlos Marchi, presidente da EBN à época, disse ainda em entrevista ao *Jornal de Brasília*: "os ouvintes da Voz do Brasil tiveram há pouco uma surpresa: esse órgão, que não faz muito tempo era uma central de propaganda do malufismo, pusera no ar a voz de Lula (líder do Partido dos Trabalhadores), e é claro falando contra o governo" (JORNAL DE BRASÍLIA, 26 de março de 1985, p.13). A ideia era que a EBN se tornasse uma agência pública de notícias, com um Conselho Diretor composto por membros da sociedade civil, do governo, jornais, sindicatos dos jornalistas, entre outros, para que houvesse um controle público da atuação da empresa, o que influenciaria *A Voz do Brasil.* Dado este contexto, entendemos pertinente tornar a "Presença de Elemento Contraditório" e a "Postura dos repórteres em relação às fontes e suas informações" referências de análise para esta categoria. Quando abordamos a inclusão de múltiplas fontes, tangenciamos o tema da apuração, não estão desconexas estas noções, ainda que tenhamos criado duas categorias distintas. Porque entendemos que apurar está além de escutar fontes diversas. Outro importante marco para o desenvolvimento do jornalismo no fim do século XIX é o chamado jornalismo de investigação, o que para Traquina (2012) foi um demonstrativo do crescente poder da imprensa na época. Ou seja, os jornalistas passam a buscar ativamente por informações, o que tem um impacto sobre o que o autor chama de formas narrativas. Para elucidar o tema, o autor traz como exemplo o estudo de Michael Schudson sobre a cobertura jornalística do

“Discurso à Nação” do Presidente estadunidense ao Congresso, de 1790 a 1978.

> As notícias sobre o “Discurso à Nação” tomaram três formatos básicos: o registro estenográfico do discurso, de 1790 até 1850; uma cronologia e comentário sobre o acontecimento, de 1850 a 1900; e a reportagem da mensagem, com a utilização da pirâmide invertida, a partir de 1900. O relato estritamente cronológico do acontecimento deu lugar a um relato em que a utilização de um *lead* se tornou uma prática corrente no jornalismo norte-americano, demonstrando o crescente sentimento de autoridade por parte dos jornalistas, a decidir quais são os elementos mais importantes a figurar no *lead*. (TRAQUINA, 2012, p. 60)

Assim, buscamos analisar o quanto os repórteres usaram de sua autoridade não apenas para decidir quais os elementos mais importantes para o *lead,* mas também para assumirem uma postura investigativa em relação aos acontecimentos e às informações trazidas pelas fontes - principalmente as oficiais.

Por fim, em um contexto em que a informação perde espaço no meio rádio (SANT’ANNA, 2004) um programa com o alcance de *A Voz do Brasil* acaba por ser a única fonte de acesso a determinadas informações para uma parte relevante de seus ouvintes, principalmente os que não se encontram nos grandes centros urbanos, melhor providos de canais de rádio e TV, bem como jornais diários. Assim, em **estratégias de edição**, ocupamo-nos de analisar o quão inteligíveis são as notícias para quem tem apenas o programa para se informar sobre elas, e para tal a primeira referência é justamente “Inteligibilidade”. A segunda é “Didática” e com ela buscamos analisar como são apresentadas as informações aos ouvintes, se há dados que ajudem a tornar ainda mais compreensíveis os assuntos abordados para todo o imenso público-alvo - cidadãos brasileiros de diversas regiões, grau de escolaridade e faixa etária. Faz-se pertinente estabelecer tal parâmetro principalmente porque, a partir de 2003, relatou-se que seria criada a figura de um comentarista explicador para justamente dar um maior contexto das informações noticiadas. “Para tornar o texto compreensível, criamos a figura de um comentarista-explicador que, em vez de emitir opinião, dava o contexto, repetia o que havia de essencial na notícia, detalhava o sentido e a utilidade da informação para o ouvinte.” (BUCCI, 2008, p.158) Ou seja, com “Inteligibilidade” buscamos analisar se há informações suficientes

para que o fato seja reportado de maneira coerente, sem necessidade de outros meios para sua efetiva compreensão, e com "didática" se as informações são aprofundadas de forma educativa para um ouvinte que não domina os temas tratados - esta última também abordada como princípio da reforma editorial de 2003.

1 A VOZ DO BRASIL: OS PRIMEIOS 50 ANOS

A Voz do Brasil é um programa que se encaminha para o centenário, faz parte da história do Rádio em nosso país, e mesmo que nossa análise compreenda apenas as últimas três décadas, não é possível ignorar a trajetória de cinquenta anos que antecede o período estudado. Para isso. reunimos aqui dados e pesquisas sobre o programa, especialmente atentos à sua linguagem, formatos e conteúdo. Poucas das pesquisas consultadas têm propriamente este mesmo recorte, até pela dificuldade de ter acesso a arquivos de áudio do programa – dificuldade que se insere numa problemática maior que é da memória do rádio enquanto suporte não material e de possibilidade de arquivamento relativamente recente. *A Voz do Brasil,* no que concerne à parte do programa do Poder Executivo, passa a ser gravada em arquivos pela Radiobrás (Empresa Brasileira de Comunicação) apenas a partir de 1985, e hoje este acervo possui aproximadamente 3400 mídias, salvaguardadas atualmente pela Central de Pesquisa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Desta forma, o que sabemos de *A Voz do Brasil*, da sua criação em 1934 até 1985, tem como fontes documentos oficias, depoimentos, textos em meios impressos e arquivos variados como discursos presidenciais entre outros. A partir desta natureza de fontes, bem como revisão bibliográfica sobre aspectos gerais da história política do período, encontramos pesquisas acadêmicas sobre o programa, sobretudo na área da Comunicação. Entre elas, a mais destacada é *A Hora do Clique: Análise do Programa de Rádio 'Voz do Brasil' da Velha à Nova República*, de Lilian Maria F. de Lima Perosa (1995). Sobretudo, sobre o programa entre sua primeira versão, entre 1934 e 1945, também nos é preciosa em informações a obra *O Estado contra os Meios de Comunicação (1889-1945)*, de José Inácio de Melo Souza, publicada em 2003 também pela Annablume.

O que fazemos a seguir é refazer os passos de Perosa (1995) com foco no que sua obra revela da linguagem e formatos de *A Voz do Brasil*, buscando estabelecer um diálogo entre estas linguagem e conteúdos e o desenvolvimento do radiojornalismo e da radiodifusão pública no país, para além da ação direta de governos de turno em seu formato. Reconhecendo, no entanto, que este desenvolvimento – tanto do programa, quanto da radiodifusão pública e do radiojornalismo – por sua vez foram impactados pelos diversos governos que tivemos desde então, não nos furtamos aqui de destacar aspectos gerais da nossa história política. Além da de Perosa (1995), que investiga o programa em si, nos são caras as periodizações propostas por Valci Regina Mousquer

Zuculoto sobre a trajetória da notícia no ar (ZUCULOTO, 2012a) e sobre as fases e programação das rádio públicas (ZUCULOTO, 2012b).

1.1 INTEGRAÇÃO E PROGRAMA NACIONAL

Antes de falarmos sobre a primeira transmissão de *A Voz do Brasil*, é preciso situar a criação do programa oficial no contexto geral da implantação e expansão do rádio no país. Para tal, é imprescindível mencionar o episódio da inauguração[7] do rádio na comemoração do centenário da Independência em 1922, no Rio de Janeiro, com uma transmissão, através de um telefone alto-falante, instalado nos pavilhões da Exposição Nacional[8].

O evento faz-se importante no nosso estudo, como marco para situar o rádio no país e o contexto em que ele foi inaugurado, um momento em que era preciso mostrar um Brasil moderno. Destacamos que logo após a fala de Epitácio Pessoa, então presidente, o público pôde acompanhar ao vivo à transmissão da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, que estava sendo executada no Teatro Municipal (CALABRE, 2006). *O Guarani*, tomado como símbolo do mito fundacional da nação miscigenada, veio a ser usado como o tema da vinheta de abertura de *A Voz do Brasil* em boa parte da história do programa – na Ditadura Militar optou-se pelo *Hino da Independência* e no governo Collor por *Aquarela do Brasil*, de Toquinho. Neste evento comemorativo, porém, poucos foram os que de fato se encantaram ou se convenceram do potencial do rádio, na ocasião de uma emissão pública e cheia de ruídos, mas entre estas pessoas destacou-se Edgar Roquette-Pinto.

> Quando, por meio de um aparelho telefônico desmantelado, ouviu a voz do operador que vinha da estação do Corcovado, o antropólogo teve a seguinte reação. 'Na minha sala havia um mapa do Brasil. Meus olhos se cravaram naquela imensidade de terra, enquanto aquela voz longe dizia coisas e depressa passou no meu pensamento essa ideia: como é que a gente não aproveita isso para levar o pensamento por essa extensão de terra, levando essa gente toda que está morrendo

---

[7] Há controvérsias sobre qual marco inaugura o rádio em nosso país. Considera-se também a Rádio Clube de Pernambuco, inaugurada em 1919.

[8] Vale ainda mencionar que para a construção destes pavilhões da exposição fora derrubado o Morro do Castelo, episódio que marcou a política higienista carregada do ideal de modernização. Todas as informações aqui trazidas sobre a inauguração do rádio extraímos do livro *O rádio na sintonia do tempo: radionovelas e cotidiano (1940-1946)* da historiadora Lia Calabre (2006).

por aí afora de ignorância?' (BOJUNGA, 2017, p. 197)

Na época havia uma legislação que proibia a prática da telefonia sem fios (STF) por questões de segurança nacional. Por isso, quando os membros da Academia Brasileira de Ciências fundaram, no dia 23 de abril de 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro este foi também um ato de transgressão. A Sociedade era composta por professores e cientistas, entre os quais, além de Roquette-Pinto, estava o ministro Francisco Sá, como presidente de honra. Na primeira transmissão, Roquette-Pinto anunciava que o Brasil receberia "livremente o conforto moral da ciência e da arte pelo milagre das ondas misteriosas que transportam, silenciosamente no espaço, as harmonias" (BOJUNGA, 2017, p. 201). Com a ajuda do ministro o regulamento que proibia que as pessoas tivessem um receptor de galena foi revisto. De maneira que no dia 11 de maio daquele ano foi ao ar a primeira transmissão legal da Rádio Sociedade. Foram lidos um conto de Roquette-Pinto, um conto de Monteiro Lobato e uma página de *Os Sertões,* de Euclides da Cunha.

Até 1925, a programação da rádio não era regular, mas já havia pelas manhãs a leitura das principais notícias feitas pelo próprio Roquette-Pinto, que também comentava e contextualizava em suas palavras as notícias lidas. A partir deste ano, porém, o conteúdo noticioso ganha também o espaço do meio-dia, tarde e noite além do Jornal da Manhã. Os demais horários eram ocupados com programação com números musicais (discos de música clássica, amigos que tocavam piano e cantavam) matéria instrutiva (cursos de biologia, fisiologia, geografia e línguas), ao que parece coadunar com o lema de John Reith, à frente da BBC de Londres: "Entreter, informar e educar". Esta fórmula, seria a considerada como modelo "reithiano" de radiodifusão (BRIGGS; BURKE, 2016, p. 202).

Na década de 30, os reclames passaram a ser autorizados no rádio o que permitiu a expansão do meio através do sistema comercial. Em dezembro de 1933, Roquette-Pinto é convidado a assumir a Seção de Museus e de Radiodifusão do governo de Getúlio Vargas. Já no novo posto, em janeiro de 1934, ele inaugura a Rádio Escola Municipal com funcionários e equipamentos da Rádio Sociedade. Em 1936, incapaz de se adequar às novas exigências técnicas, Roquette-Pinto doa a Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e da Cultura, o que marca o nascimento da Rádio MEC. Este período seria o da fase pioneira do sistema público de radiodifusão, ainda que até 1931 não haja uma distinção entre sistema comercial e não-comercial (ZUCULOTO, 2012b).

É por meio também das legislações da década de 1930 que *A Voz do Brasil* começa a ser pensada e finalmente implantada. O *Programa Nacional*, seu primeiro nome, é referido no decreto 21.111 de março de 1932, que aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Para se ter uma ideia, o capítulo XII desta lei, o qual tem como título "Radiodifusão", possui oito artigos, entre os quais, três mencionam o programa. Elencamos todos eles a seguir:

> Art. 67. O Governo promoverá a instalação e tráfego de estações de radiodifusão, localizadas em pontos apropriados do território nacional, de acordo com o plano por ele organizado, na forma deste regulamento. Parágrafo único. Dentre essas estações, uma será escolhida para o fim de transmitir o programa nacional, que deverá ser simultaneamente retransmitido pelas demais estações da rede. […]
>
> Art. 69. O programa nacional é destinado a ser ouvido, ao mesmo tempo, em todo o território do país, em horas determinadas, e versará sobre assuntos educacionais, de ordem política, social, religiosa, econômica, financeira, científica e artística, obedecendo à orientação que for estabelecida de acordo com o disposto neste regulamento.
>
> Art. 70. As estações da rede nacional poderão irradiar programas regionais, organizados individualmente ou em cooperação com outras estações, mas, em qualquer caso, sempre observando as instruções a que se refere o § 3º do art. 11.
>
> Parágrafo único. Os programas regionais só poderão ser irradiados fora das horas reservadas ao programa nacional. […]
>
> (BRASIL, 1932, grifo da autora)

É interessante pensarmos que as menções ao programa, ao se inscreverem neste capítulo, abrem a possibilidade de lermos a existência do mesmo como uma singularidade mesma do nosso sistema de radiodifusão. Sobre experiências e demais padrões de radiodifusão, Lia Calabre (2006) ressalta que neste *debut* do rádio no Brasil, havia no mundo dois modelos em hegemonia, um pautado na educação e no

controle estatal e outro estritamente comercial, sendo que, de maneira muito geral, os países europeus seriam mais adeptos ao primeiro e os Estados Unidos pioneiro no segundo. O que nos parece é que mais que uma "mistura" de ambos os modelos, no Brasil inova-se em reservar um horário em todos os tipos de rádio – comerciais e não-comerciais – para a transmissão de um programa oficial.

Mas para Souza (2003), antes mesmo do programa nacional ser mencionado em decreto, ainda na década de 1920, o Estado já teria fechado para si a chance da utilização da rádio como instrumento de propaganda política. Ao proibir a transmissão de notícias internas de caráter político sem prévia permissão do governo, o mesmo estaria definindo as bases do que no futuro veio a ser o rádio brasileiro, o que o autor define como "músicas, risos e lágrimas" (SOUZA, 2003, p. 40). Souza vai além e afirma: "o assim considerado soporífero programa da Hora do Brasil estava com seu destino traçado já em 1924" (SOUZA, 2003, p. 40).

A expansão do sistema, no entanto, só se daria mesmo na década de 1930, impulsionada pelo governo com as legislações de 1931, mais especificamente o decreto nº 20.047, e o já mencionado decreto 21.111 de março de 1932. Entre outras medidas, este último, além de preconizar a criação do programa nacional, estabelece o caráter educativo da programação, estipula um prazo máximo de concessão renovável de dez anos, estabelece que dois terços dos funcionários das emissoras deveriam ser brasileiros, e permite a utilização dos reclames. Esta última medida foi fundamental para tornar a radiodifusão rentável, e assim promover a sua expansão. Mas este incentivo à expansão do rádio, em seu segmento comercial, segundo Calabre (2006), já teria vistas à criação do programa nacional, uma vez que ao utilizar-se da capilaridade do rádio comercial, seu sucesso e abrangência dependeriam diretamente do sucesso e abrangência do rádio como um todo.

Sobre o advento do rádio em nosso continente, Martín-Barbero (1997) entende que o Estado assumiria em vários países latinos um forte protagonismo, assumindo o espírito de empresa que é um traço da burguesia comercial nos países capitalistas ditos desenvolvidos. Mas para o autor colombiano, os populismos na América Latina não inauguram apenas uma forma singular de relação de influência do Estado sobre a economia e sobre o processo de industrialização. Martin-Barbero nos convida a olhar para a relação singular que os governos populistas estabeleceram com o povo a partir da mediação dos meios de comunicação. Pontuamos as singularidades do fenômeno do populismo, do qual Vargas seria um expoente, e sua relação com o povo, mediada pelos meios de comunicação de massa.

Mas para se ter um entendimento desta relação entre comunicação de massa e hegemonia, o autor parte da noção mesma de Estado na América Latina. Para isso busca os fundamentos de legitimação do Estado Moderno na relação contraditória a partir da qual se estabelece a relação democracia-povo na racionalidade inaugurada pelo pensamento ilustrado em nosso continente: "está contra a tirania em nome da vontade popular mas está contra o povo em nome da razão" (MARTIN-BARBERO, 1997, p.24). Este princípio político promove, em sua visão, uma inclusão abstrata, a partir do momento em que o povo permanece excluído economicamente. O povo será evocado para legitimar a burguesia mas permanecerá excluído da cultura.

O autor defende ainda que nosso continente teve um acesso dependente à modernidade, o que fará do nosso processo de modernização desigual e de descontinuidade simultânea em relação a Europa e Estados Unidos. Esta descontinuidade se daria através do descompasso entre Estado e Nação, nos desvios que ocorrem no acesso das classes populares ao sistema político e no papel político, não apenas ideológico, dos meios de comunicação na nacionalização das massas populares. A ideia de modernização que orientou a América Latina em geral teria sido mais uma adaptação econômica e cultural que de aprofundamento da independência.

> A não-contemporaneidade de que falamos deve ser claramente distinguida da ideia de atraso constitutivo, ou seja, do atraso convertido em chave explicativa da diferença cultural. É uma ideia que se manifesta em duas versões. Uma, pensando que a originalidade dos países latino-americanos, e da América Latina como um todo, foi constituída por fatores que escapam à lógica do desenvolvimento capitalista. E outra, pensando a modernização como recuperação do tempo perdido, e portanto identificando o desenvolvimento com o definitivo deixar de ser o que fomos para afinal sermos modernos. (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 214)

Entravam em contradição o desejo de ser Nação para assim obter identidade com o fato de que tal obtenção implicava na tradução do discurso modernizador dos países hegemônicos. Assim, onde a diferença cultural fosse considerável e incontornável, a originalidade seria deslocada para o conjunto da Nação. Já onde a diferença não constituísse patrimônio nacional, seria folclorizada. Deste segundo caso, propomos o exemplo do romance indianista de José de Alencar, que inspirou a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, até hoje identidade sonora de *A Voz do Brasil*. Na obra, a relação tensa entre os interesses culturais e políticos

dos povos ditos indígenas e dos colonizadores é esvaziada, a figura do indígena é instrumentalizada na narrativa que busca explicar as origens da nação. Entendemos assim que nestes aspectos ópera encarna de fato o que se pretende com o programa, a construção de um sentimento de brasilidade e pertencimento à nação, esvaziados das tensões e conflitos que fazem parte da história da mesma.

E esta cultura de massa, de início, assim se caracterizaria não apenas por se dirigir à mesma, mas porque na música, no rádio teatro e no cinema se expressavam as formas de ver, sentir e expressar o mundo da massa. Outro aspecto seria a cultura da mestiçagem – mais uma vez expressa em *O Guarani* – e também no emprego de instrumentos modernos na música autóctone e sua difusão radiofônica, a partir da passagem do folclore ao popular.

A política oficial, no entanto, seja ela de direita ou esquerda, encararia com receio as massas e o massivo. A direita por vê-lo como ameaça aos seus privilégios, a esquerda por encará-la como um proletariado sem consciência. Para o autor, apenas os populistas atinaram para a presença das massas políticas enquanto um fato político novo, conseguindo apresentar uma ideologia nova que canaliza as tensões da massa dentro de normas que garantam a manutenção fundamental da estrutura. Este fenômeno se expressaria em todo o continente de forma geral, entre 1930 e 1960, sendo Getúlio Vargas e o Estado Novo a experiência pioneira da mesma.

Assim, as classes populares na América Latina guardariam a singularidade de constituírem-se como atores sociais através da crise que acompanha a industrialização, nos anos 1930, a qual coloca as classes populares em relação direta com o Estado. O populismo teria nacionalizado e outorgado cidadania às massas. O apelo ao popular se daria pelas reivindicações salariais entre outros direitos que carregam o discurso sobre constituição do trabalhador em cidadão. A eficácia do populismo estaria no apelo às tradições populares e à construção de uma cultura nacional.

Os meios massivos, entre eles cinema e rádio, construiriam seu discurso tomando base no imaginário da massa a partir da memória narrativa, cênica e iconográfica popular para mobilizar um imaginário e sensibilidade nacionais. A partir do reconhecimento de que foi através do nacional-popular que se fizeram ouvir no conjunto nacional as reivindicações sociais e políticas das classes subalternas, Martin-Barbero (idem) critica uma história dos meios de comunicação que majoritariamente se dedica às estruturas econômicas e ao conteúdo ideológico destes meios, sem se ocupar minimamente das mediações através

das quais estes meios adquiriram materialidade institucional e densidade cultural.

Sugere-se então que, entre os anos 30 e 50, seja buscado menos a organização industrial e os conteúdos ideológicos dos meios, mas que se atente especialmente para conflito entre massas e Estado e da solução populista e nacionalista para este conflito. Teria sido a partir do cinema e do rádio que em alguns países a população teve sua primeira experiência de Nação, em vivência, sentimento e cotidianidade. Este massivo se veria atravessado por novas tensões nacionais do popular, pela multiplicidade de matrizes culturais e pelos novos conflitos gerados pela transnacionalização. Mais especificamente sobre a influência do rádio, Martin-Barbero elenca a relação entre o circo criollo e a radioteatro, através da união entre a comicidade circense e drama popular. Para ele, o sucesso deste gênero deve menos ao rádio e mais à relação estabelecida com uma tradição de cultura popular.

Neste contexto de relação do rádio com o popular é que se dá a trajetória de *A Voz do Brasil* em seus primeiros formatos como *Programa Nacional* e *Hora do Brasil*. A primeira transmissão do programa foi ao ar em de 24 de maio de 1934. Sobre seu formato e produção temos que:

> Deve-se creditar a iniciativa unicamente à Imprensa Nacional. O “programa nacional” retomava as determinações do decreto 21.111, que Roquette-Pinto tentou abocanhar para a iniciativa privada, organizando-o com uma programação educativo-científica, no horário das 21 às 22 horas, com transmissão dos estúdios da Rádio Clube do Brasil e recepção obrigatória por todas as emissoras que estivessem no ar neste horário. Este programa seria feito com o noticiário nacional e do exterior recebido das agências telegráficas até às 20:30 hora; irradiação de um boletim econômico em francês, inglês e espanhol destinado a divulgação no exterior da economia brasileira (transmissões em ondas curtas); havendo ainda uma nota sobre o problema educacional, comentários e pequenos editoriais dedicados a assuntos em evidência. A proposta de Sales Filho, por outro lado, imbricava-se com uma possível utilização política do rádio. Michael Conniff (1981:104) observou que Sales Filho propôs a Vargas que o programa, além dos aspectos culturais citados, desenvolvesse nos editoriais a política do governo. Vargas aceitou a ideia e dessa forma o embrião de uma Hora do Brasil política começou a se desenhar. (SOUZA, 2003, p. 82)

Ou seja, ainda que haja sim deliberadamente uma estratégia de propaganda política através do programa, é preciso situar que havia um viés educativo e científico marcadamente influenciado por Roquette-Pinto. Outra questão importante é também observar que a ideia de propaganda na época era um tanto mais complexa do pode nos ocorrer sobre o uso de tal conceito hoje. Atualmente, a expressão pode remeter à propaganda de um governo de turno, o que não deixa de ser coerente com o que ocorria então, mais exacerbadamente com o Estado Novo, quando o personalismo na figura de Vargas aumenta já reverberando características populistas. Mas destacamos que a noção de propaganda se atrelava ainda às ideias de nacionalismo, civismo e moral. Sobre este tema, Souza (2003) elenca excertos de artigo do periódico *Diário de São Paulo*, do dia 29 de maio de 1934:

> O governo teve em vista aproveitar as facilidades do rádio para promover a aproximação dos brasileiros e nivelá-los todos no conhecimento dos fatos mais importantes ocorridos durante o dia e pô-los ao mesmo tempo ao corrente dos atos do governo que destarte e sem precedentes na história política do país se liga por um contato mais estreito à opinião pública. […] [O ‘programa nacional’ faria os brasileiros sentirem-se] parte integrante do grande todo que é a pátria comum. E nada pode contribuir mais eficazmente para a formação da consciência nacional una e superior às contingências do círculo regional em que cada brasileiro se encontra que o conhecimento imediato de tudo quanto nos interessa como nação e o esclarecimento constante do que fazemos para progredir e engrandecer cada vez mais o Brasil. (DIARIO DE SÃO PAULO apud SOUZA, 2003, p.82)

Ou seja, para além de exaltar os feitos do governo exalta-se o pertencimento a uma nação através da criação dessa rotina comum a todos de informarem-se à mesma hora pelo mesmo programa. Especificamente sobre o formato de *A Voz do Brasil*, neste seu primeiro momento, dividia-se entre os discursos do presidente e as ditas boa literatura e boa música, aos quais eram dedicados seus minutos finais. Relata-se ainda a presença de convidados:

> De fato, embora tenha sido revelado o seu caráter de divulgadora oficial do governo, principalmente

> dos discursos de Getúlio, à Hora do Brasil coube também a irradiação de programas culturais, uma vez que seus últimos minutos foram dedicados à transmissão de sucessos da música popular brasileira. Nessa fase passaram pelo programa Herivelto Martins, as “cantoras do rádio” Carmem Miranda e Aurora Miranda, Francisco Alves, entre outros. (PEROSA, 1995, p.45)

O olhar lançado por Martín-Barbero, convida-nos a observar *A Voz do Brasil* a partir de uma perspectiva de populismo em que o popular ganha o status de cultura numa dinâmica singular da modernização e construção do Estado-Nação na América Latina. Modernização que, a partir da aplicação de referenciais europeus, estaria baseada na descontinuidade, no descompasso entre Estado e Nação, no acesso desviado que as classes populares tiveram ao sistema político e no papel político - não apenas ideológico – dos meios de comunicação na nacionalização das massas populares.

Podemos pensar ainda nas categorias de folclore e de popular no programa. É interessante partir da referência que Martin-Barbero (1997) faz ao romance indigienista, como exemplo de folclorização da diferença que dá sentido à unidade nacional, pois a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, é justamente uma das principais características do programa desde a sua criação. A vinheta de abertura só foi alterada em dois momentos durante sua trajetória de oito décadas, na Ditadura Militar, quando o programa passou a usar o Hino da Independência como identidade sonora e durante o governo Collor, quando a abertura teve base na música *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso - ainda que ambas músicas também tenham forte apelo ao nacional. Nacional este, que no caso das referências indianistas, é forjado através da folclorização da diferença que acarreta na negação dos conflitos.

Se Martin-Barbero (1997) defende ainda que a partir do cinema e do rádio em alguns países do nosso continente a população teria tido sua primeira experiência de Nação em vivência, sentimento e cotidianidade, *A Voz do Brasil* encarnaria estas três dimensões do nacional em um só programa. E se ainda a eficácia do populismo está no apelo às tradições populares e à construção de uma cultura nacional, o programa estaria diretamente perpassado por ambas as características. A presença de nomes da música popular, como Carmem e Aurora Miranda e Francisco Alves, no programa, podem ser vistos como sintoma do apelo às tradições populares – o samba - para a dita construção do nacional.

Souza (2003) ressalta ainda que as estações de rádio aceitaram pacificamente a retransmissão do programa obrigatório, com exceção das

emissoras paulistas, que o boicotaram por questões econômicas e políticas, já que em 1932 foram porta-vozes da resistência a Vargas apoiando a "Revolução" Constitucionalista. O autor não detalha até quando duraram os boicotes, nomeados de "hora do silêncio" e "fala-sozinho", mas enumera as críticas e exigências que foram realizadas pelos empresários de rádio paulistas. O horário nobre para a publicidade na época era o das 20h30 às 21h30, assim sugeriu-se que os quarenta minutos do programa fossem irradiados às 19 horas – inclusive com a premissa de que o ouvinte do campo já estaria em toque de recolher a partir das 20 horas. Havia o receio de que o governo se utilizasse do programa para sua propaganda, de maneira que uma das reivindicações foi o impedimento de que no programa houvesse alusão político-partidária federal ou estadual. Outro argumento era sobre o programa para estrangeiros, acreditava-se que devido ao fuso horário não haveria ouvintes. Das reivindicações feitas, ficou acordado que o programa teria duração de 30 minutos, das 19h30 às 20 horas; que o governo pagaria pelas linhas telefônicas necessárias à retransmissão; permissão para que as rádios compensassem o horário perdido com o direito de mais um anúncio por hora e por fim a abolição de propaganda político-partidária.

Se na primeira transmissão, em maio de 1934, Sales Filho produziu o programa nacional a partir da Imprensa Nacional, em julho de 1934, é criado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), também sob o comando de Sales Filho, que acumulou a direção da pasta atrelada ao Ministério da Justiça com a já ocupada na Imprensa Nacional. Souza (2003) registra conflitos entre o DPDC e o Ministério da Educação, de Gustavo Capanema, mas aqui nos atemos ao que concerne a produção do programa nacional. Os textos do programa, bem como o serviço de rádio, permanecem tarefa da Imprensa Nacional enquanto o novo departamento não é regulamentado. Nesta época, o programa sofre críticas não apenas dos empresários de rádio paulistas, mas também do Congresso Nacional. Através dos *Anais da Câmara dos Deputados* de 1934, Souza (2003) elenca as críticas do deputado Adolfo Bergamini, sobre o conteúdo "inverídico" do programa, e do deputado Aldo Sampaio, quanto a ineficiência da linguagem da programação para alcançar uma população tida como inculta pelo seu analfabetismo. Sobre o conteúdo do programa, o autor discorre ainda:

> Neste primeiro momento do "programa nacional" de que temos alguma notícia, a sua confecção estava amarrada ao contexto corrente de realização: nada de propaganda política, excetuando-se a politicagem personalista de Sales Filho, se dermos crédito às

> críticas de Adolfo Bergamini, informação factual, cultura certamente de elite, educação moral e cívica, e algumas campanhas educativas. Um balanço dos doze primeiros meses de irradiações mostra que, dentro da programação nacional, de 1.659 temas, 47% pertenciam a área cultural/educacional e 43% a assuntos econômico-financeiros. O restante se dividia entre discursos oficiais e a propaganda turística do carnaval de 1935 (*Anais da Câmara dos Deputados*, 1935 (9): 342-8). Dos 779 artigos divulgados relativos a assuntos educacionais e culturais constavam os seguintes temas: análise de doutrinas e métodos educativos; episódios históricos e perfis de grandes vultos nacionais e estrangeiros; críticas de livros novos, de experiências artísticas e concertos musicais; propaganda em prol dos artistas brasileiros; campanha pela alfabetização, pelo saneamento, pela defesa da criança, pelo desenvolvimento do espírito cívico; campanha contra os ruídos urbanos e pela coordenação do tráfego nas ruas. Os assuntos econômico-financeiros versavam sobre os seguintes pontos: situação financeira do país; indústria e agricultura; problemas de circulação econômica; ferrovias, rodovias e aviação; importação e exportação; estatística da produção dos Estados com comentários; estudos dos principais mercados (714 artigos). Discursos pronunciados pelo presidente da República, diplomatas brasileiros e estrangeiros, jornalistas, escritores e etc., somaram 28 transmissões. Por último, artigos relativos ao turismo, notadamente entre novembro e março, com vistas ao carnaval: 138 artigos. Aforas estas irradiações, tínhamos diariamente noticiário do interior do país e do exterior, tirados das últimas edições dos jornais. (SOUZA, 2003, p. 88)

Sobre a parte internacional do programa, foram 1149 boletins em inglês, francês, espanhol, italiano e alemão. Seguindo o estilo da parte nacional, dividiam-se em três áreas: desenvolvimento cultural brasileiro; pautas econômico-financeiras e turismo. Souza (2003) destaca que só é possível ter registros da audiência do programa internacional, uma vez que há um conjunto de 1806 cartas de ouvintes internacionais do programa, bem como elogios advindos do Ministério da Propaganda alemão.

Vale ainda destacar que é no contexto dos antagonismos políticos entre esquerda e direita, comunismo e integralismo, que o DPDC cresce e ganha um novo diretor geral em julho de 1934, Lourival Fontes. Partidário do fascismo, Lourival corta a relação entre o DPDC e a Imprensa Nacional. Os relatórios burocráticos do programa nacional dariam lugar à renovação trazida por Fontes, o objetivo era produzir uma programação atraente e interessante na recém-nomeada Hora do Brasil. Mas o verdadeiro desejo de Fontes era que o governo contasse com uma estação de alcance nacional, o que nunca se concretizou.

> Na impossibilidade de implantação de uma grande estação, Fontes seguia o que ele chamava de 'modelo mexicano' de serviço de propaganda pelo rádio, isto é, o padrão que vinha sendo praticado desde Sales Filho: a rede de estações, para a qual o DNP já contava com 43 emissoras interligadas na Hora do Brasil. (SOUZA, 2003, p. 95)

Quando menciona a sigla DNP, o autor se refere ao Departamento Nacional de Propaganda, criado após a intentona comunista de 1935, assumindo as funções do DPDC, mas com intenções "nitidamente nazi-fascistas" (SOUZA, 2003, p. 94). De maneira geral, as principais forças políticas que compuseram a Revolução de 30, os constitucionalistas e tenentistas, seguiriam influenciando o governo até 1937, quando ambas foram canalizadas na repressão à tentativa de golpe comunista de Carlos Prestes. A dita ameaça comunista, mesmo antes da organização efetiva da Aliança Nacional Libertadora em 1935, era uma preocupação das alas conservadoras do Congresso, o que culminou na Lei de Segurança Nacional. Sob o pretexto de manter a ordem contra as agitações políticas, não foram conclamadas eleições em 1938, como havia sido definido pelo Congresso que elegeu Vargas em 1934.

É importante destacar ainda que para Lilian Perosa (1995) a primeira transmissão do programa teria se dado em 22 de julho 1935, ou seja, já sob direção de Lourival Fontes e meses antes da criação do DNP. Assumimos neste trabalho a data trazida por Souza (2003) – maio de 1934 - uma vez que consideramos suficientes as fontes apresentadas pelo autor, as menções do *Diário de São Paulo* e dos *Anais da Câmara dos Deputados* sobre a existência do programa em 1934. Mas é pertinente enunciar também o que traz Perosa (1995) sobre o que para ela foi a primeira transmissão de *A Voz do Brasil*, independente da data que assumimos como tal:

> O primeiro programa com a abertura da ópera O Guarani, de Carlos Gomes, foi transmitido dos

estúdios da Rádio Guanabara, no Rio de Janeiro, e apresentado pelo locutor Luiz Jatobá. Nessa ocasião entraram em cadeia oito emissoras brasileiras: PRA-2, PRA-3, PRA-9, PRP-7, PRC-8, PRE-2, PRD-2 e PRF-5. (PEROSA, 1995, p. 44)

A obrigatoriedade da retransmissão também é um dado impreciso na nossa pesquisa. Ela teria se dado a partir de 1937 para Perosa (1995) ou a partir de 1938 para Bucci (2009) e Lidiane Leite Matos (2001). Sendo que Calabre (2006) e Matos (2001) concordam sobre a data de 1939 para a veiculação nacional do programa, uma vez que até então, ele era transmitido apenas no Distrito Federal.

É importante de qualquer forma considerar que o rádio ainda não estava popularizado, de maneira que para Souza (2003) a intenção de, por meio dele, promover a propaganda de Estado nos moldes fascistas não foi possível. Para o autor, este papel coube ao controle da imprensa escrita, que foi melhor sistematizado quando na criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, ainda sob direção de Lourival Fontes. Uma das formas de censura elencadas pelo autor e muito relevante para nosso estudo é a censura das informações sobre crises do governo ou escândalos relacionados a seus membros, não apenas do noticiário oficial, mas sim de toda imprensa escrita. Aspecto que a nossa análise dos últimos trinta anos pretende focar, detectando como esses momentos de crise são noticiados ou não por governos democráticos após a Ditadura de 1964.

O DIP assume as funções do DNP, entre elas a produção da *Hora do Brasil*. Quanto ao programa produzido pelo DIP, destacamos algumas características:

> O discurso oficial sobre a Hora do Brasil sempre foi monocórdio. Como no tempo do DPDC, a audiência do programa nacional podia ser avaliada pelas 12.673 cartas que chegaram de ouvinte estrangeiros antes da guerra (europeus e americanos), comentando as irradiações. Para o interior do Brasil, a Hora do Brasil continuou a prestar o serviço de integração com os grandes centros, sendo, nas palavras de Cultura Política [revista da época], 'esperada com ansiedade e ouvida com interesse e com prazer'. Como em 1935, depois da nova orientação dada por Fontes ao programa, o estilo adotado nas transmissões suprimia qualquer excesso de adjetivação e visava dar ao ouvinte uma resenha diária simples e sucinta, de todos os acontecimentos nacionais, nos diversos setores de atividade. O noticiário fornecido pela Agência Nacional sofria as alterações aconselhadas pela necessidade de síntese

> exigida pelo rádio. A Hora do Brasil, desse modo, recusava a sisudez, apresentando uma variedade de noticiário estimulante de forma a 'tornar possível a recepção, procurando ao mesmo tempo educar o gosto do povo'. (SOUZA, 2003, p.122)

Como também aponta Perosa (1995), o programa então dividia-se entre uma parte falada e outra musical. Na primeira eram reunidas informações governamentais, noticiário local do Rio de Janeiro, dos estados e municípios, noticiário enviado pela Seção Brasileira do *Office of the Coordinator of Inter-Amarican Affairs* (OCIAA) e ainda crônicas sobre economia, indústria, política e história do Brasil. Estas seções assim permaneceram até 1945, sendo que em 1942 teve início as palestras do Ministro do Trabalho, Marcondes Filho. Já a parte musical é dedicada à música orquestral e em menor medida à popular (SOUZA, 2003).

Sobre o programa de Marcondes Filho, o *Quadro Falando aos Trabalhadores* é objeto de estudo de Angela de Castro Gomes (2005), destacando em sua pesquisa sobre o trabalhismo a presença do tema no programa. As leis trabalhistas, para a autora, tiveram de ser apresentadas ao povo através da propaganda varguista uma vez que não haviam sido fruto direto da luta de classes. E nesta apresentação dos direitos trabalhistas, eles são narrados como uma dádiva do Estado. O papel da *Hora do Brasil* nesta propaganda tornou-se assim mais preponderante quando, a partir de 1942, abriu-se espaço para pronunciamentos do ministro do trabalho Alexandre Marcondes Filho, todas as quintas-feiras, durante dez minutos.

O quadro deixou de ser apresentado em 1945, quando o DIP mudou seu foco de atuação e concentrou o programa em meia hora de duração. Ação que refletia um país já envolto no clima de transformação do regime, o que afetava a penetração da propaganda estado-novista. Mas nos três anos de atuação o programa veiculou informações sobre a legislação social trabalhista produzida, regulamentada e reformada a partir de 1930. Cabiam entre seus temas a história das leis, seus conteúdos e pontos polêmicos, bem como casos concretos que ilustravam estes conteúdos. De maneira que aposentados, mulheres trabalhadoras, pais de menores trabalhadores, migrantes entre outros também foram ouvidos, além da voz do ministro do trabalho.

Pensando no programa oficial a partir do contexto geral da programação de rádio e da informação neste meio, Zuculoto (2012a) revela que a notícia tem tímido espaço na primeira fase do rádio, ainda fortemente arraigada na leitura de notícias impressas, estava-se muito

longe da produção radiojornalística que conhecemos. Nem mesmo os radiojornais de Roquette-Pinto, que traziam a contextualização e comentários do mesmo, não chegaram a marcar um modelo para as notícias radiofônicas. Na Era de Ouro, por sua vez, "é quando o rádio informativo e, consequentemente, a notícia realmente se implantam e passam a se desenvolver utilizando características e recursos do veículo mais adequados a transmissão de informações jornalísticas, entre os quais a rapidez e o imediatismo" (ZUCULOTO, 2012, p. 28-29)

É em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, que passa a ser irradiado o *Repórter Esso*, nas ondas da recém estatizada Rádio Nacional[9]. O *Repórter Esso*, nos moldes da rádio estadunidense, distancia-se da forma como se transmitiam notícias no rádio brasileiro. Em apenas cinco minutos, era apresentada o que a autora chama de síntese noticiosa, com textos estruturados em ordem direta e em frases curtas. "Após o noticiário, com as informações internacionais e nacionais, era transmitido, via telégrafo, para cada uma das rádios que irradiava o Esso, contendo um espaço para a introdução de notícias locais." (ZUCULOTO, 2012a, p.87) Tal estrutura a autora atribui à fase do noticiário pós-Segunda Guerra, já que durante a mesma o programa se dedicava quase que integralmente à cobertura do conflito. Até 1944, o programa tinha dois locutores masculinos, mas passou para apenas um, em cada uma das emissoras que retransmitiam o mesmo.

Outro programa que foi exemplo de como se transmitia notícias no rádio foi o *Grande Jornal Falado*, que em 1942 deu continuidade ao *Jornal Falado Tupi*, que estava no ar desde 1939 (ZUCULOTO, 2012a). Em termos de linguagem, os noticiários que não se mantiveram copiando os jornais, passaram a ler integralmente o texto das agências internacionais sobre a Guerra. Ao redigir as notícias buscando o impacto das manchetes, o *Grande Jornal Falado* cria o estilo "manchetado", adotado pela *Jovem Pan* nos anos 1980, como bem observa Zuculoto (2012a). Para a autora, estes dois noticiários, em suas semelhanças e diferenças, são fundamentais na construção do nosso radiojornalismo.

> Ou seja, a notícia de rádio adota uma fórmula que mescla uma edição por assuntos – uma adaptação do modo dos jornais impressos – com uma linguagem objetiva, concisa – ao estilo telegráfico e originado dos telegramas de agências. E aos poucos essa linguagem vai-se tornando leve e coloquial, numa

[9] Criada pelo grupo do jornal *A Noite*, a Rádio Nacional foi estatizada em 1940, tornando-se líder de audiência desta década (ZUCULOTO, 2012).

> adequação à característica do veículo de transmitir apenas através do oral. (ZUCULOTO, 2012, p. 95)

Como pode-se notar, em comparação com o *Esso* e demais rádio-noticiários que ganham público na década de 1940, *A Voz do Brasil* foi lentamente ficando obsoleta em sua linguagem. Podemos imaginar que quem se informava em cinco minutos, com frases curtas e diretas, não teria a mesma relação de escuta com um programa de uma hora, permeado de discursos de agentes do governo

1.2 A VOZ EMBARGADA DA DEMOCRACIA

Entre 1946 e 1964, o programa criado no regime de exceção da Era Vargas convive com a abertura política, com a volta do sistema eleitoral e com a promulgação de uma nova Constituição. Mas tão controversa quanto a abertura, na qual partidos como Partido Comunista Brasileiro (PCB) logo voltaram a ilegalidade, foi o marco dramático que viveu o programa nesta transição. Ainda que narre este episódio nos primeiros parágrafos do capítulo "A Hora da Democracia", Perosa (1995) nos revela momentos de violência, censura e autoritarismo.

> Com a deposição de Vargas em 1945, o DIP foi cercado pela polícia do Exército e os funcionários foram presos. O redator Américo Luiz da Silva, da *Hora do Brasil*, redigiu o noticiário de deposição sob a mira do capitão Pitalunga. Outro redator, Manoel Antunes Macieira, praticamente decretou o desaparecimento da memória do DIP. Nervoso, segundo depoimento do jornalista Henrique Brandenburguer – redator do Departamento desde 1941- ele pôs fogo em preciosos documentos do órgão. (PEROSA, 1995, p. 55)

Ao assumir a presidência, em 1946, Eurico Gaspar Dutra é pressionado pelos empresários da radiodifusão a extinguir o programa, mas desconsiderou a ideia diante de argumentos de setores político-partidários que viam na Hora do Brasil um meio importante de propaganda do governo. No entanto, essas pressões culminam na extinção do DIP e em mudanças no programa que ganhou seu nome atual: *A Voz do Brasil* (PEROSA, 1995).

A partir de então ficava a cargo do Departamento Nacional de Imprensa (DNI) até que em 5 de setembro de 1946, a Agência Nacional

que elaborava todo o noticiário ganhou autonomia em relação a este departamento, através do decreto-lei n. 9788, tornando-se o órgão de comunicação oficial do governo. Neste mesmo ano, o Congresso Nacional conquistou 10 minutos diários no programa, através de projeto de lei de autoria do deputado Angelo Mendes de Morais.

Destaca-se que fora da ilegalidade, num primeiro momento da transição democrática, membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) tiveram voz no programa, nos dez minutos do Congresso, durante a Assembleia Nacional Constituinte - entre dezembro de 1945 e setembro de 1948. No entanto, já em 1947, a ordem democrática enfatizada pela Constituição se mostra restritiva com a volta do PCB a ilegalidade e cassação de seus deputados por ordem judicial.

Com o retorno de Vargas ao poder em 1951, e a manutenção do espaço reservado ao Congresso, *A Voz* foi utilizada tanto pelo presidente quanto pelo seu maior adversário político, Carlos Lacerda. Ou seja, o contraditório, noção basilar da narrativa jornalística passou a ter algum espaço no programa, ainda que de maneira personalista e declaratória.

> Explicável, portanto, que episódios como a criação da Petrobrás (1953), e a revisão do salário mínimo, no mesmo ano, foram sempre abordados como dádivas do governo ou, melhor dizendo, de Getúlio Vargas. O mesmo ocorreu no horário do Legislativo, em que a própria estrutura do programa, voltada principalmente para a divulgação dos discursos da tribuna, favoreceu intensamente o personalismo político. Não foram poucas as vezes que, nesse espaço, o principal adversário político de Vargas, Carlos Lacerda, importante líder da UDN, do Rio de Janeiro, realizou mordazes e agressivos ataques ao projeto nacional-desenvolvimentista do presidente. (PEROSA, 1995, p. 65)

Na edição do dia 13 de agosto de 1954, por exemplo, Lutero Vargas se defende em *A Voz do Brasil* das acusações que lhe recaíram quanto ao atentado contra Carlos Lacerda. Outra edição deste mês turbulento foi a do dia 24, quando a carta testamento de Getúlio foi lida integralmente após a notícia de seu suicídio.

É importante mencionar que durante o mandato do vice João Café Filho, mais uma vez os empresários da radiodifusão pressionaram o governo a acabar com o programa. O que acabou sendo realizado através de decreto. “A Agência Nacional distribuiu a notícia aos órgãos de divulgação. No entanto, foi necessário recolher essa notícia das redações; pois Café Filho precisou fazer um pronunciamento à Nação e só lhe foi

possível nesse período, através da Voz do Brasil.” (PEROSA, 1995, p. 68) Temos assim mais um registro da resistência das empresas de radiodifusão em relação ao programa e a defesa do mesmo por parte do governo, para além da ideia de propaganda, mas também por uma necessidade de possuir um meio de comunicação direto com a população. Considerando ainda que se a Câmara dos Deputados registrou críticas ao programa em seus *Anais* entre 1934 e 1935, agora com espaço dedicado ao Congresso no mesmo, deve ter dividido os parlamentares que lhe impunham resistência.

Passado o curto mandato de Café Filho, assume Juscelino Kubitschek. Lilian Perosa (1995) dá mais ênfase em sua pesquisa, no conteúdo de *A Voz do Brasil* durante os JK, Jânio Quadros e João Goulart, que nas alterações em sua equipe e formatos, afirmando a prevalência de duas antigas características do programa: o tom solene e monocórdio. De maneira que, sobre o governo JK, destaca-se a cobertura especial de *A Voz do Brasil* da construção de Brasília, a qual exigiu o deslocamento de repórteres desde a fase inaugural das obras (PEROSA,1995). No dia 21 de abril de 1960, o programa foi todo dedicado à inauguração da cidade sendo retransmitido pela Rádio Vaticano.

No governo Jânio Quadros, o caráter conservador do presidente se faria notável no programa quando no anúncio de decretos como os da proibição do lança-perfume, dos desfiles com maiô-cavado, e das brigas de galo (PEROSA, 1995). Mas a transmissão mais polêmica foi a da condecoração de Ernesto Che Guevara com a grã-cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em agosto de 1961.

O governo de João Goulart, assim como Quadros, anunciou na *Voz* seus projetos e fez discursos sobre o posicionamento político do Brasil em meio a um cenário internacional bipolarizado. Isto teria dado argumento para os setores reacionários da sociedade brasileira acreditarem em uma ameaça comunista. A transmissão do comício da Central do Brasil, realizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores, foi uma das mais emblemáticas edições transmitidas no Governo Jango.

O episódio é ainda hoje celebrado pelos partidos trabalhistas, a exemplo do Partido Democrático Trabalhista (PDT), como marco do trabalhismo no país. O comício reuniu membros de entidades sindicais e outras organizações de trabalhadores, servidores públicos civis e militares, estudantes num total de aproximadamente 150 mil pessoas. Em frente à estação ferroviária da Central do Brasil, esta multidão ouviu o anúncio que o presidente João Goulart fez sobre reformas de base e liberdades sindicais e democráticas. Além do discurso de Jango, também foi ovacionado o de Brizola. Tal comício teria gerado como repercussão

na classe média reacionária a famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade (LAMARÃO, 2017).

E foi ainda no governo de Jango que o programa passou a ter uma hora de duração, com a ampliação do espaço dedicado ao Congresso de dez para trinta minutos. Mas agora o programa do Congresso não seria mais produzido pela Agência Nacional, que fica responsável pela meia hora do poderes Executivo e Judiciário, e sim pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado.

Durante a década de 1950, o radiojornalismo já estava em outros paradigmas. Perosa (1995) destaca que a *Rádio Bandeirantes* foi a primeira a dividir o noticiário em pequenos blocos e veiculá-los durante a programação; com o desenvolvimento tecnológico, as entrevistas e reportagens passaram a ser feitas diretamente no local dos acontecimentos. Mas a Agência Nacional e o Congresso Nacional ignoraram estas mudanças, sendo que este último ainda reforçou o padrão antigo. "Reduziu-se ao anúncio ininterrupto e exaustivo das deliberações e ao registro de trechos pré-editados das discussões em plenário" (PEROSA, 1995, p.85)

Para Zuculoto (2012), entre as décadas de 50 e 70, o rádio passa por um declínio diante da implantação da televisão. De poderoso meio de comunicação de massa, o rádio ganha as vezes de "vitrolão", apostando nas programações musicais para sobreviver à TV. No entanto, o desenvolvimento tecnológico permite que o radiojornalismo se reinvente. O gravador magnético, o transistor, a Frequência Modulada (FM) e as unidades móveis de transmissão são novidades que permitem maior qualidade e agilidade de transmissão e recepção. Com a possibilidade de transmissão ao vivo no local dos acontecimentos, há uma mudança importante em relação a linguagem consagrada pelo *Repórter Esso*, uma vez que a necessidade de improviso vai tornando a redação da notícia mais coloquial, menos concisa e objetiva (ZUCULOTO, 2012). A autora destaca a influência da *Rádio Jornal do Brasil* (JB), na virada da década de 1960. Adotando o formato música e informação, a JB passa de dois para quatro o número de informativos, introduzindo:

> […] trechos de reportagens gravadas em seus noticiosos, junto aos textos lidos pelos locutores, divergindo da linha que havia sido implantada pelo 'Repórter Esso' e copiada quase que fielmente por todos os demais noticiários brasileiros. Inaugura, assim uma nova escola para o radiojornalismo brasileiro que vai influenciar os noticiosos pelo país afora principalmente na década seguinte, a de 70. (ZUCULOTO, 2012a, p. 112)

Transmissões em rede, a exemplo do *Grande Jornal Fluminense* (GJF) e a ampliação e das origens e volumes de informações na notícia – com as agências de notícias nacionais – permitem que os noticiários se dediquem também à nacional e à local. Uma característica interessante que autora aponta sobre o GJF é que o mesmo teria alcançado grande sucesso de audiência nos anos 1950 e 1960, noticiando o mesmo tipo de conteúdo de *A Voz do Brasil*: os atos dos três poderes, de forma que o ouvinte interiorano estivesse a par destas informações antes mesmo da chegada do Diário Oficial (ZUCULOTO, 2012a). A menção dos nomes de quem passava as informações é outra novidade, numa época em que ainda não se "assinavam" as reportagens radiofônicas.

Se pensarmos o programa no contexto da radiodifusão pública, no entanto, temos que dos anos 40 a 70 há o uso do rádio para a veiculação de programas de educação formal, tendo como referência a Rádio MEC – nome que ganha a Rádio Sociedade quando na doação ao Ministério da Educação e Saúde –, da implantação de rádio universitárias, como a da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1957 e ainda com a passagem da outorga da Rádio Cultura de São Paulo para a Fundação Padre Anchieta, do governo paulista, em 1969 (ZUCULOTO, 2012b).

1.3 O PROGRAMA DOS MILITARES

Instaurado o Golpe de 1964, a parte dedicada ao Executivo de *A Voz do Brasil* continua a cargo da Agência Nacional. Mas com a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), em 1968, a Agência fica subordinada ao novo órgão, descrito como "[…] efetivamente a segunda tentativa no Brasil de centralização da propaganda política, depois do DIP, durante o Estado Novo" (PEROSA, 1995, p.95).

Sobre a criação da AERP, salienta-se, no entanto, que por parte de seus chefes era importante negar qualquer semelhança com o DIP, com qualquer ideia que remetesse a herança totalitária de Vargas. A maior diferença entre ambos, porém, era a questão técnica, como, por exemplo, a abrangência do veículo da televisão. Sobre as principais características da AERP, Carlos Fico destaca com base no *Jornal do Brasil*:

> Em fevereiro de 1971 seria divulgado um Plano Global de Comunicação Social, durante um encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião foram revelados os objetivos do governo com a propaganda. Falava-se em "mobilizar a juventude";

> em “fortalecer o caráter nacional”; em estimular o “amor à pátria”, a “coesão familiar”, a “dedicação ao trabalho”, a “confiança no governo” e a “vontade de participação”. Todo um receituário que supunha “contribuir para a afirmação democrática” do país e que também pretendia “atenuar as divergências que sofre a imagem do país no exterior”. Tinha-se por fito, portanto, uma atuação complexa, capaz de atingir objetivos bastante vagos (como o “fortalecimento do caráter nacional” e a “vontade de participação”, sem que se dissesse que tipo de participação seria esta) e de crítico dimensionamento moral nos anos 70, época já posterior à chamada liberalização dos costumes – tempos em que, certamente, não soariam modernos os apelos à “coesão familiar” e ao “amor à pátria”. (FICO, 1997, p.94)

Perosa (1995) enumera três semelhanças da AERP em relação ao DIP: promoção excessiva do Estado tecnocrático-militar; encobrimento das contradições sociopolíticas e econômicas e preocupação manifesta com o desempenho de *A Voz do Brasil*, ainda que a televisão passe a ser o veículo estratégico de disseminação do regime. Sobre este último aspecto, a autora menciona a encomenda de pesquisa de opinião sobre a audiência do programa, a qual constatou que apenas 8% dos brasileiros ouviam-no com frequência, enquanto 51% nunca ouviam e 41% raramente ouviam.

Em 1975, foi criada a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) que viria a produzir *A Voz do Brasil* de 1988 até 2007. Até a criação da Empresa Brasil de Notícias (EBN), em 1979, o programa se manteve nas mãos da Agência Nacional. A Lei nº 6.650 de 27 de maio de 1979, decretou também a criação da Secretaria de Comunicação Social (Secom) subordinando a ela a Radiobrás e a EBN. É importante frisar que atualmente a Secom responde por *A Voz do Brasil* mas quem a produz é a Empresa Brasil de Comunicação, através da Diretoria de Serviços. Criada em 2007, a Empresa Brasil de Comunicação se propôs a ser uma empresa de comunicação pública, e não estatal, como o fora a Radiobrás.

A criação e extinção de empresas de comunicação marcou o período da Ditadura Militar. Por exemplo, em 1980, a Secom chegou a ser extinta por Figueiredo através do decreto nº 85.550, de 18 de dezembro, que também subordinou a EBN ao Gabinete Civil da Presidência da República. Em 1981, no mês de janeiro, duas secretarias foram instituídas: a Secretaria de Relações Públicas e a Secretaria de

Imprensa. Dois meses depois, ambas foram extintas e substituídas pela Secretaria de Imprensa e Divulgação (SID).

À parte destas mudanças, a EBN produziu o programa de 1979 até 1988, quando uma entrevista do Ministro Paulo Roberto Camarinha determinou o fim de seu próprio mandato e o fim da empresa que veiculou seu último pronunciamento público. Eugênio Bucci (2008) narra este episódio no capítulo "Com a alma ferida". O brigadeiro, então Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, concedeu no dia 16 de junho, uma entrevista a Eduardo Mamcasz, diretor-superintendente da EBN na época, criticando o governo em questões como: a baixa remuneração dos militares, a manutenção de "marajás" no Legislativo e no Judiciário, a inflação, o congelamento da Unidade de Referência de Preços, índice base para o reajuste dos salários. Desafiando o então ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, a promover o descongelamento: "senão, não precisa ser ministro, fica em casa e despacha papel" (CAMARINHA, 1988 apud BUCCI, 2008, p. 88).

Dois dias depois, os jornais anunciavam a demissão sumária do ministro, sendo que o decreto que extinguiu a EBN saiu no dia 22 daquele mesmo mês, incorporando sua estrutura e funcionários à Radiobrás, que agora passava a se chamar Empresa Brasileira de Comunicação, não mais de Radiodifusão. Estes episódios evidenciam a permanência de um padrão autoritário na gestão das empresas públicas de comunicação por parte do Executivo, entre a Ditadura Militar e nos primeiros após a abertura política. Todavia, consideramos a seguir alguns marcos que demonstram que, quanto ao conteúdo de *A Voz do Brasil*, notam-se importantes rupturas em relação ao modelo de propaganda da Era Vargas, uma vez que entra em auge o pensamento tecnocrata. A partir de então a impessoalidade e a modernização são palavras-chave dos planos de reestruturação de *A Voz do Brasil*.

Sobre as características do programa no governo militar, foi impactante a censura imposta pelo AI-5, em 1968. O pronunciamento de Gama e Silva, ministro da Justiça, após o anúncio deste Ato Institucional e a leitura da primeira lista de cassações foram fatos marcantes nas edições de *A Voz do Brasil*, neste período. Os nomes de Juscelino Kubitschek e Dom Hélder Câmara, personagens importantes e combativas ao Regime, não poderiam ser pronunciados. Demissões também ocorreram nas estatais de comunicação. O programa ganhou um texto de caráter menos personalista, trazendo mais dados. Caberia então aos números falarem sobre o crescimento do Brasil. Para além disso, temos que, a reformulação que iniciou em 1970:

> […] incluiu também a substituição do prefixo musical: a ópera O Guarani cedeu lugar ao *Hino da*

> *Independência*, de autoria de d. Pedro I. Nos dez primeiros minutos A Voz do Brasil passou a divulgar no seu 'Jornal Nacional' (título que a Agência Nacional registrou no Ministério da Indústria e do Comércio), as notícias julgadas de maior importância do país, oficiais ou não, bem como as procedentes do Exterior e cujo conteúdo, segundo a AERP, poderia se constituir matéria de interesse público. Nessa linha, a Voz do Brasil passou a divulgar notícias esportivas, inclusive as que se referiam às partidas programadas pela Loteca e, às segundas-feiras, o número de acertadores e o prêmio que seria pago. O restante do programa, porém, continuou reservado aos textos procedentes da Presidência da República, dos ministérios e dos órgãos subordinados, intercalados por vinhetas musicais de autoria de compositores brasileiros. A produção radiofônica do programa oficial permaneceu dividida entre a Agência Nacional de Brasília (central) e a do Rio de Janeiro (antiga central). Em Brasília, a redação esteve ligada a sucursais instaladas pela Agência Nacional em todas as capitais dos Estados. (PEROSA, 1995, p. 97)

Esta foi a primeira vez que *O Guarani* deixou de fazer parte da identidade sonora do programa. Em 1970, na ocasião da Copa do Mundo de Futebol, o programa cobriu o evento através do quadro "O Brasil na Copa do Mundo", com duração de cinco minutos. No dia da conquista do tricampeonato, no entanto, o programa inteiro foi dedicado a esta cobertura, com entrevistas com os jogadores no vestiário, realizadas diretamente no México, e a repercussão da vitória entre o corpo ministerial. Não apenas o futebol, mas também os elementos nacionais como o carnaval, Hino Nacional, Hino da Independência (na abertura), a Semana da Pátria foram fomentados no programa, bem como o fez Vargas, através do samba e das crônicas literárias. No governo Geisel, e a partir de 1974, percebe-se ainda que:

> [...] o programa oficial tentou assumir características de um radiojornalismo mais dinâmico, ao estilo das emissoras privadas. Para tanto, foram introduzidas vinhetas (pequenas ilustrações musicais intra-noticiário), a participação direta do repórter na apresentação da notícia e gravações de entrevistas ou depoimentos com membros do governo. Além disso, a apresentação do noticiário ficou atribuída a dois locutores, um homem e uma mulher, para suprimir o

> tom linear de uma única locução masculina (PEROSA, 1995, p. 126)

Ou seja, o radiojornalismo que a *Rádio Jornal do Brasil* e que o noticiário *Grande Jornal Fluminense* já praticavam, na década anterior, parece que começam a impactar a linguagem do programa oficial. E mais, algumas características do *Jornal de Integração Nacional* (JIN), criado em 1971, pela *Rádio Jovem Pan*, também parecem ter influenciado a AVB neste período. O JIN era transmitido em rede, e com repórteres em várias cidades, conseguia reportar informações de diversos centros do país, o que ajudou a diminuir o atraso com que as notícias chegavam ao interior, uma vez que os impressos fechavam cedo e só chegavam às bancas pela manhã do dia seguinte ou ainda mais tarde. A inserção de sonoras e linguagem coloquial e menos rígida em questão de objetividade são outras marcas importantes.

> E o fato de o próprio repórter cumprir praticamente todo o processo de produção e inclusive de transmissão da notícia altera até mesmo o texto noticioso que continua a ser trabalhado por um redator ou produtor para ser lido pelo locutor. Enfim, trata-se de uma modificação que se estende a todo texto radiofônico, já que o repórter ou produtor acaba sendo mais coloquial e por trabalhar mais com o imediatismo e instantaneidade do rádio, escapa um pouco das regras rígidas que tornavam, principalmente os noticiosos, mensagens quase telegráficas. (ZUCULOTO, 2012a, p. 132)

Outro aspecto importante ressaltado pela autora é a relação com as fontes inaugurada com a possibilidade do uso de sonoras e entrevistados.

> Também eles são obrigados a aprender a falar de forma adequada à especificidade da linguagem do rádio que, aqui, já se evidencia como própria, embora criada e desenvolvida sob influência de outros meios – especialmente o jornal – e de diversos fatores que vão das inovações tecnológicas aos processos sócio, econômico e culturais da sociedade brasileira. (ZUCULOTO, 2012a, p. 136)

Já a radiodifusão pública, vive entre 1970 e final da década de 1980 seu auge da “Era de Ouro” do Rádio Educativo. Zuculoto (2012b) aponta que se consolida a radiofonia voltada para o ensino instrucional, influenciada por legislação própria, pelos avanços tecnológicos e pela

intensificação de políticas dos governos militares - a exemplo do Projeto Minerva, programa instrucional transmitido logo após *A Voz do Brasil.* A formação de cadeias retransmissoras, tendo a Rádio MEC do Rio de Janeiro e a Cultura de São Paulo como cabeças de rede, passa a ser possível graças a tecnologia do satélite. Assim se forma o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), reunindo emissoras educativas em co-produções e transmissões em cadeia nacional.

Uma vez apresentado este panorama geral do radiojornalismo e da radiodifusão pública, para pensar como os mesmos afetam o programa, elencamos e sistematizamos algumas das principais transformações sofridas pelo programa. *A Voz do Brasil*, entre a sua criação em 1934 e o período de redemocratização política a partir de 1985, adotou: a tempo reserva de tempo destinada ao Congresso Nacional – de dez minutos em 1946, passando para 30 em 1962; revezamento entre locução feminina e masculina e a influência da linguagem do radiojornalismo. Mas Perosa (1995) alerta que por mais que se tenha aderido à linguagem objetiva, e à obsessão por números – em especial na Ditadura Militar – não se garantiu que o caráter propagandístico fosse eliminado, até porque as pautas negativas eram deliberadamente ignoradas.

No Governo Vargas, por exemplo, a elevação do índice inflacionário, durante o ano de 1954, não foi tema "[…] ou quando o assunto fora abordado, o programa assumiu ora postura oficial defensiva, ora exacerbadamente otimista quanto à breve superação de tais problemas." (PEROSA, 1995, p. 66). Também sobre este assunto, mas em um episódio ainda mais dramático, já no governo militar, o programa noticiou que a inflação, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), seria de 15,5% em 1973, pouco acima da meta do governo de 12%. No entanto, os dados foram desmentidos anos depois.

> A afirmação foi contraditória, pois o orçamento doméstico dos assalariados daria sinais de profundo arrocho, enquanto o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (DIEESE), órgão mantido pelos sindicatos de trabalhadores, calcularia, para variação do custo de vida, em São Paulo, o índice de 26, 7%. Em 1977 vieram a público elementos suficientes para comprovar a manipulação. Em julho, a *Folha de São Paulo* revelou que um relatório do Banco Mundial utilizava, na parte referente ao Brasil, um índice de 22,5% para inflação de 1973. No dia 10 de agosto de 1977, o jornal *Gazeta Mercantil* (SP) publicou a íntegra de um relatório do então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, revelando que os índices inflacionários de

> 1973 foram calculados utilizando-se os preços tabelados e não os preços realmente cobrados no mercado. Recalculando o aumento do custo de vida, o ministro chegou ao índice de 26,6%, aproximadamente igual ao DIEESE. (PEROSA, 1995, p.105)

Ainda que nesta situação específica a verdade tenha vindo à tona, atos arbitrários do governo como a proibição de greves políticas e solidárias, a intervenção sobre entidades trabalhadoras, entre outros, foram retratados de forma fria como “dados oficiais”. Esta característica perduraria até a reabertura, a própria votação da emenda Dante de Oliveira foi noticiada pelo governo de Figueiredo como medidas de proteção ao Legislativo, com ênfase na rejeição da emenda por maioria dos votos (PEROSA, 1995). São fatos como esses que instigaram a nossa investigação sobre o jornalismo do programa nos momentos de crise, a qual apresentamos a seguir.

Encerramos aqui este primeiro capítulo de nosso trabalho que buscou tratar da linguagem e conteúdo do programa *A Voz do Brasil*, entre 1934 e 1985, no contexto maior da emergência e desenvolvimento do radiojornalismo e da radiodifusão pública – para onde pretende confluir o programa segundo a reforma editorial de 2003. Deu-se maior ênfase aos primeiros onze anos do programa por duas razões, é este o contexto de sua criação, o que nos é caro entender em maior profundidade para compreender sua permanência e transformações, bem como pela maior fartura de bibliografia acerca da linguagem e conteúdo do programa, graças a pesquisa de Souza (2003). Nos anos seguintes basicamente temos apenas a pesquisa de Perosa (1995) a apontar as características principais e formato de *A Voz*. Nos dois próximos capítulos, seguimos o caminho trilhado até aqui mas agora com a oportunidade de realizar não mais uma pesquisa “surda” sobre o programa. Através da análise de áudios do programa entre 1985 e 2017, além de mudanças em seu formato e linguagem, interessa-nos investigar como *A Voz do Brasil* noticiou fatos negativos de grande repercussão sobre os governos de turno.

2 ABERTURA PARA O JORNALISMO? A ADOÇÃO DE LINGUAGEM RADIOJORNALÍSTICA A PARTIR DE 1985

A Voz do Brasil, até a Ditadura Civil-Militar de 1964, não havia estabelecido uma relação sólida com o que entendemos como uma gestão democrática dos meios, no sentido de frequentemente ser apropriada por governos de turno para a promoção de seus feitos, como nos mostra o estudo supra-referenciado de Lilian Perosa (1995). Essa dissertação encerra seu recorte cronológico em 1991, deixando-nos carentes de pesquisas com recorte cronológico mais amplo – pois há dissertações e artigos que chegam a abranger um governo de turno, como já mencionamos (BARROS, 2015; SILVA, SANTOS, 2008; FRANCO; FERNANDES, 2014). Mas entendemos que há uma carência de estudos que busquem entender a relação que os governos democráticos, até o Golpe de 2016 (JIKINGS et al, 2016), estabeleceram com o noticiário, e qual relação o governo golpista de Michel Temer mantém.

Nosso estudo – sobre o jornalismo do programa em momentos de crise – não responde a esta questão mais ampla, até por não ter este foco, mas seus resultados contribuem para que possamos refletir sobre a mesma. Assim sendo, percebemos necessário escrever o capítulo que se segue, reunindo informações já disponíveis – seja em estudos acadêmicos, legislação, o livro autobiográfico do ex-gestor da Radiobrás Eugênio Bucci (2008), reportagens, documentários – acerca das principais alterações que ocorreram a cada governo, entre 1985 e 2017, nos formatos, linhas editoriais, estilo de gestão do programa e das empresas que produzem o bloco do Executivo. Para tal, nossos procedimentos metodológicos neste capítulo reúnem pesquisa documental e exploratória (GIL, 2008). Em diálogo com o campo da História da Imprensa, nos inspiramos em Martín-Barbero (1997) e buscamos contribuir para a construção de uma história não apenas ocupada das estruturas econômicas e ao conteúdo ideológico destes meios, ao estudar os modos de produção do programa, buscamos elucidar em alguns pontos as mediações através das quais tais meios adquiriram materialidade institucional e densidade cultural. Assim, reunimos neste capítulo informações sobre as mudanças que o programa sofreu em sua linguagem e formato em cada governo, sem nos furtar de ressaltar aspectos que nos pareceram mais marcantes da dinâmica política do período, para que dado este contexto maior, possamos no capítulo seguinte apresentar nossa análise sobre o jornalismo de *A Voz do Brasil* em momentos de crise.

Sobre o governo de José Sarney (1985 à 1989), para Daniel Araão Reis (2014) ele ainda se inscreve no período ditatorial – uma vez que o autor toma como marco da reabertura política a promulgação da Constituição de 1988, sendo o primeiro governo plenamente democrático o de Fernando Collor. Este marco temporal proposto por Reis (2014) é muito pertinente se considerarmos alguns episódios pouco democráticos que marcaram o programa neste período, como o já mencionado caso do depoimento do ministro Paulo Roberto Camarinha, que teceu críticas ao governo em *A Voz do Brasil*, o que foi o estopim para a extinção da EBN em 1988 e para a vinculação do programa à Radiobrás.

Para Sérgio Abranches (1988), no fim da ditadura militar o Brasil, em âmbito macrosociológico, caracteriza-se pelo seu descompasso entre as estruturas social e econômica, que se refletiria no fracionamento da estrutura de classes. Num contexto macroeconômico, isto se daria pelo conflito distributivo, pela disparidade técnica e o desnível de renda entre setores, empresas e regiões. E no âmbito macropolítico, seríamos caracterizados tanto por práticas de clientelismo quanto por comportamentos ideologicamente estruturados. Este contexto gera um grande número de demandas, e para responder a elas, cresce a intervenção do Estado. Quanto maior esta intervenção, menor a capacidade do governo de enfrentamento de crises e de resolução das questões do nosso padrão de desenvolvimento. Estes fatores definem o tipo de configuração política que Abranches (1988) chamou de “presidencialismo de coalizão”. No qual é preciso buscar alianças, desde o momento das eleições, com outros partidos.

A composição dos ministérios, desta forma, refletirá as demandas da coalização, de maneira que, ao contrário do que ocorria na Era Vargas, os ministros não são necessariamente pessoas de confiança do presidente. Além de acomodar os coligados e satisfazer as suas expectativas, o presidente ainda terá que lidar com a pressão dos governadores, os quais nem sempre são coerentes com seus partidos e costumam formar oposições regionais aos partidos com que suas siglas se coligaram nacionalmente, o mesmo comportamento será notável nas casas legislativas. Não seria de todo equivocado afirmar que os mecanismos de composição do Congresso e dos governos estaduais seguem a lógica coronelista da nossa política. Como se a democracia brasileira, pela incapacidade de romper com esquemas políticos tradicionais da Primeira República, tivesse incorporado e acomodado lógicas antagônicas de representação política. Um dos efeitos deste esquema é que os membros e partidos da coalizão sofrem menos o impacto das crises do que a figura do ou da presidente/a, ainda que tenham um poder grande de barganha na gestão dos mesmos. O que explicaria a

estabilidade do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - sigla readotada recentemente pelo que foi o PMDB - diante dos dois processos de impeachment de presidentes que tinham membros do partido como vices. *A Voz do Brasil*, como é de se esperar, não fica imune ao impacto desta dinâmica política. Mesmo tendo como recorte apenas o bloco do Governo Federal no programa é possível reconhecer alguns destes efeitos, afinal muitas das crises que analisamos decorreram das tensões típicas do dito presidencialismo de coalisão.

Mas antes de nos ater a análise do conteúdo do programa nos momentos de crise, resumimos neste capítulo as principais mudanças de formatos e estrutura geral que marcaram o programa nestes governos. A começar pelo de José Sarney, temos a volta do tema *O Guarani* na abertura – ao invés do Hino da Independência que era vinheta de abertura nos governos militares -; inserção de noticiário local e regional; intercâmbio com agências internacionais e maior interação com as rádios educativas e emissoras de TV; estilo de narração mais natural e coloquial; vinhetas com instrumentos regionais; e blocos como *O Brasil e a Constituinte* e *Brasil Entrevistas* (PEROSA, 1995). Estes teriam sido os marcos da gestão de Carlos Marchi na EBN, membro da equipe de Tancredo Neves, que foi mantida por Sarney por um ano (PEROSA, 1995).

Outras mudanças deste período foram a adoção do sistema de pautas jornalísticas, identificação do repórter no fim da matéria, gravações no local e no momento em que ocorriam os fatos. A maior inovação proposta por esta gestão, no entanto, foi a veiculação de notícias negativas, como no caso do envolvimento do ministro Mauro Sales nos casos Sulbrasileiro e Brasilvest. Mas tal fato causava estranheza ao corpo ministerial, e chegou a render intimidação quando as perguntas dos repórteres da EBN foram consideradas impertinentes - caso narrado por Perosa (1995) envolvendo o ministro Roberto Gusmão. Além de perguntas impertinentes, o programa também buscou dar voz a críticas de adversários políticos. Carlos Marchi disse ainda em entrevista ao *Jornal de Brasília*: “os ouvintes da Voz do Brasil tiveram há pouco uma surpresa: esse órgão, que não faz muito tempo era uma central de propaganda do malufismo, pusera no ar a voz de Lula (líder do Partido dos Trabalhadores), e é claro falando contra o governo” (JORNAL DE BRASÍLIA, 26 de março de 1985, p.13). A ideia era que a EBN se tornasse uma agência pública de notícias, com um Conselho Diretor composto por membros da sociedade civil, do governo, jornais, sindicatos dos jornalistas, entre outros, para que houvesse um controle público da atuação da empresa, o que influenciaria *A Voz do Brasil*.

No entanto, estes planos não chegaram a se efetivar uma vez que em 1986, o Ministério da Justiça, ao qual era vinculada a EBN, deixou de ser ocupado por Fernando Lira, considerado muito progressista pelos membros mais conservadores da Aliança Democrática. Isto refletiu na demissão de Carlos Marchi, e a EBN foi assumida pelo então porta-voz do governo Ruy Lopes (PEROSA, 1995). A gestão de Lopes durou menos de um ano, e foi marcada pela assinatura de um intercâmbio de serviços noticiosos entre a EBN e a agência de Notícias soviética Tass, em março de 1987, mas também por maior controle da redação. Logo depois, foi substituído por Getúlio Bittercourt que retomou o prefixo original da ópera *O Guarani* na abertura – que era desde Marchi uma gravação num arranjo especial mais moderno e popular, do maestro Amílson Godoy (PEROSA, 1995).

Quanto ao programa em si, não foram muitas e significativas as mudanças realizadas na transição. O maior impacto foi a extinção dos convênios firmados pela extinta EBN com agências oficiais de países como China, União Soviética, Angola e Moçambique. Mais diretamente do formato do programa, observa-se a apresentação de chamadas, com as principais manchetes narradas como “Destaques do Dia”; a centralização da cobertura no Poder Executivo em detrimento das sucursais, o enxugamento da equipe exclusiva do programa e produção de matérias pela equipe de radiojornalismo da Radiobrás, dividida entre os setores governamentais (PEROSA, 1995).

Através da análise de áudios do programa à época, que nos foram enviados pela Central de Pesquisas da EBC[10], pudemos confirmar que o programa do Executivo ocupava 30 minutos do noticiário total. No início, após a vinheta de abertura, os locutores faziam as chamadas para as principais notícias do dia. *A Voz do Brasil* referente ao Poder Executivo dividia-se em três blocos por Spots de campanhas de diversas áreas do Governo. Na edição do dia 15 de dezembro de 1988, por exemplo, um intervalo para veiculação de Spots ocorreu depois dos primeiros 5 minutos de programa e o segundo após os 22 primeiros minutos. A passagem para o intervalo era marcada por vinhetas de transição e chamadas para o próximo bloco. Os spots que foram ao ar no primeiro intervalo eram sobre: os carnês da previdência - campanha da Previdência Social; e sobre planejamento familiar - campanha do Ministério da Saúde. Já no segundo intervalo entraram no ar os spots da campanha do soro caseiro, da Pastoral da Saúde; a campanha de Natal das emissoras Radiobrás e a repetição do spot sobre os carnês da Previdência. Antes do segundo intervalo, foi ao ar a previsão do tempo para todo o país. O

[10] Ver Anexo A.

horário oficial de Brasília também é repetido ao longo do programa, de maneira geral: no início, no fim, e pouco antes de cada intervalo. Tanto a previsão do tempo quanto o horário oficial são exemplos de informação de serviço, a prestação destas informações se consolidava como uma característica do radiojornalismo naquele período, e segue sendo até os dias atuais .

> A prestação de serviços também tem sua consolidação e sua disseminação nas emissoras brasileiras no início desta fase, que se estende de 1970 a 1990. E foi na área do radiojornalismo que expressou maior evolução. As informações com objetivo de prestar serviço à comunidade no seu cotidiano, suas técnicas de captação, apuração, produção e redação começaram a ser tratadas e desenvolvidas como jornalísticas, por estarem ao encargo dos departamentos de radiojornalismo. Mais que isso, como foi possível detectar na Jovem Pan, este tipo informação passa a ser transmitido com tratamento de notícia, dando início a uma tendência que se tornará muito mais forte na próxima fase da história do rádio. Esta tendência, de dar maior abrangência ao rádio informativo, é identificada e analisada por Eduardo Meditsch a partir do final da década de 90 nas suas pesquisas de doutoramento. Os resultados se encontram no *O Rádio na Era da Informação: Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo* (Meditsch, 2007 apud Zuculoto 2012). (ZUCULOTO, 2012, p. 125)

Quanto às pautas das edições que tivemos acesso deste período, de forma geral, elas trazem como fontes membros do governo federal, como ministros, presidentes de autarquias e funcionários públicos em geral. Os repórteres se identificam, “assinam” a matéria no jargão jornalístico, indicando o local de apuração. A maior parte das reportagens que tivemos acesso foi feita em Brasília, no Palácio do Planalto e ministérios. Mas há também a ocorrência de repórteres em sucursais da Radiobrás espalhados pelas diversas capitais do país, entre elas Florianópolis, Manaus, Natal, São Paulo e Rio de Janeiro. As pautas, em sua maioria, possuem relação direta com o governo.

É importante destacar ainda a criação do programa *Conversas ao Pé do Rádio*, dedicado aos discursos diretos do presidente Sarney à nação, fato que Perosa (1995) atribui a tentativa de resgatar a legitimidade do presidente após o Plano Cruzado. Por outro lado, ao criar-se um espaço alternativo *À Voz do Brasil* para o “diálogo” direto com o povo, temos indicativos que esta missão – comunicação direta entre presidente e

cidadãos - não está sendo efetivada pelo programa, agora marcado por formatos radiojornalísticos. No entanto, não era incomum a veiculação de trechos do *Conversas ao Pé do Rádio* em *A Voz do Brasil*. Isto ocorreu no dia 16 de dezembro de 1988, por exemplo, quando os locutores resumiram os principais tópicos tratados pelo presidente no *Conversas*, tratando este programa como pauta para *A Voz do Brasil*. Quanto aos repórteres, ainda que a locução não seja identificada e se reveze entre duas vozes masculinas, há uma presença equilibrada de repórteres de ambos os sexos e todos se identificam.[11]

2.1 UMA HORA PARA TRÊS PODERES: OS ANOS 1990

Vimos que entre 1985 e 1989 houve mudanças significativas no programa, caminhou-se um tanto no sentido da produção radiojornalística – marcadamente na gestão de Carlos Marchi – e posteriormente buscou-se outros caminhos, retrocedendo na premissa de transmitir críticas e dar voz a adversários do Governo em *A Voz do Brasil*.

Durante o mandato de Fernando Collor (1990 a 1992), verifica-se então um retorno ao modelo de objetividade propagandística do primeiro período da Ditadura Militar (PEROSA, 1995). A abertura do programa mudou mais uma vez e passou a ser executada ao som de *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso. Ao invés do tradicional “Em Brasília, 19 horas”, adotou-se “Em Brasília, são sete horas da noite”. Entre seus novos dirigentes - como Tairo Arrial, gerente da Divisão de Radiodifusão da Agência Brasil -, passou a ser uma preocupação os ouvintes que estavam no trânsito e a produção de notícias visando manter um suporte radiojornalístico para as rádios pequenas e sem condições de financiar coberturas jornalísticas. Todavia, mantiveram-se ainda muitas das características históricas do programa.

> Voltando às suas origens históricas mais obsoletas de ‘veículo de propaganda governamental’, a Voz do Brasil priorizou os nomes em detrimento dos fatos, ampliou seu espaço para notícias de reforço sobre inciativas governamentais polêmicas, e as reivindicações ou pressões sociais sobre o Estado só

[11] A título de registro, das edições que tivemos acesso neste período, assinaram, suas reportagens, entre outros: Cristina Índio do Brasil, Míriam Oliveira, Deise Nascimento, Alana Gandra, Sônia Filgueiros, Jânia Januária, Valquíria Ude, Lourival Macedo, Erineo Taminini, Severino Machado, Oscar Lobo, Herculano Filho e Nazi Brum Junior. Como trata-se de nomes transcritos, não podemos afirmar que não há erros de grafia, e nos desculpamos de antemão por possíveis equívocos.

se transformaram em temas divulgáveis, quando o governo resolveu acatá-los e devolvê-los à sociedade em forma de "doação" etc. (PEROSA, 1995, p. 174)

Como abordaremos mais adiante, nossa análise sobre a cobertura da *Voz do Brasil* sobre o impeachment de Fernando Collor não reflete de todo as críticas acima destacadas, uma vez que o programa, nos últimos cinco dias de governo de Collor, deu voz a fontes favoráveis ao impeachment, a líderes da oposição à época, bem como a Itamar Franco, vice na eminência de assumir o posto de Collor.

Para além da cobertura deste tema em específico, em linhas gerais, nos áudios aos quais tivemos acesso, percebemos que muito do formato do programa permaneceu tal qual o que descrevemos sobre o governo Sarney. Há chamadas de abertura, dois intervalos para Spots institucionais[12], com chamadas para o próximo bloco, praticamente nos mesmos horários – na edição do dia 29 de setembro de 1992, por exemplo, o primeiro intervalo foi ao ar nos primeiros sete minutos e o segundo aos 22. Os repórteres[13] continuam se identificando, percebe-se ainda que alguns permaneceram no quadro do programa, como no caso de Alana Gandra, do Rio de Janeiro. Outra permanência é a ocorrência mais significativa de reportagens em Brasília, com fontes oficiais, ainda que também haja reportagens em diversas capitais do país – na edição do dia 29 de setembro, por exemplo, houve reportagens de Cuiabá, Rio de Janeiro, Curitiba, Natal e São Paulo.

Todavia, algo que mudou, para além da vinheta e identidade sonora, foi a locução, agora intercalada por voz masculina e feminina, mas ainda sem identificação. Na parte das informações de serviço público, manteve-se a repetição do horário oficial em diversos momentos, mas não mais se informou a previsão do tempo.

Sobre o programa do governo de Itamar Franco, acreditamos ser o período com menos referências disponíveis em trabalhos acadêmicos. Através do acesso a áudios deste período, observamos que a vinheta e a identidade sonora se mantiveram as mesmas do Governo Collor. O número de intervalos com spots institucionais aumenta, na edição do dia 12 de maio de 1993, por exemplo, o primeiro fez-se às 19h10min, o segundo às 9h17min e o terceiro às 19h23min. Entre os profissionais do

---

[12] A título de exemplo, na edição do dia 29 de setembro, foi transmitido Spot da Embrapa, do INCRA e da Marinha.

[13] Para não deixar de nomear alguns deles, na já mencionada edição de 29 de setembro foram ao ar: Antônia Márcia Vale, Paula Piotier, Santos Mário, Nielmar de Oliveira, Luis Cezar de Morais, Carlos Barbosa, Lúcia Norgio, Vilma Tilman, Alessandra Anselmo, Flávio Figueiredo, Alana Gandra e Luis Augusto Mendonça.

programa não são perceptíveis muitas alterações, continuam nomes como Cristina Índio do Brasil – com reportagens no programa desde o governo Sarney - e Júnia Januária[14]. Ainda se tem pautas marcadamente relacionadas ao governo e realizadas em Brasília, com fontes oficiais. Mas não são raras as reportagens de sucursais, destacando-se a título de exemplo a edição do dia 12 de maio de 1993, quando transmitiu-se reportagens de Porto Alegre, Manaus e Rio de Janeiro.

Ainda sobre as pautas, percebemos que foram ao ar notícias negativas com críticas e questionamentos a questões que afetavam o governo. Um exemplo, da edição anteriormente mencionada, é a reportagem de Francisco Macedo, sobre a reabertura da Usina Nuclear de Angra I, fechada desde o abalo sísmico de 1988, que prejudicou sua capacidade de operação. O repórter que cobria o Fórum de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro ouviu o presidente deste fórum que falou sobre o documento elaborado pelos participantes do evento. Eles reivindicavam do governo uma avaliação do estado dos reatores afetados, e até de uma assessoria internacional. Este foi um caso atípico em que falta de contraditório desfavorece o governo, a principal fonte de informações das matérias do programa não é ouvida nesta reportagem.

Passando para o Governo de Fernando Henrique Cardoso[15], percebemos a maior alteração que programa sofreu nesta década: a concessão, em 1996, de 5 minutos diários para o poder Judiciário e um minuto semanal para o TCU – que veio a se tornar 1 minuto todas as segundas, quartas e sextas-feiras. Esta mudança é uma das mais marcantes em termos de divisão de tempo desde 1946, quando foi concedido espaço ao Congresso. Até os dias atuais, *A Voz do Brasil* está assim dividida: numa primeira parte, com 25 minutos de duração, dedicada ao poder Executivo; numa segunda, com apenas cinco minutos, para o espaço do Judiciário; na terceira, com dez minutos, a do Senado Federal, e a última, com vinte minutos, o da Câmara dos Deputados. Segundas, quartas e sextas-feiras, um dos três poderes sede um minuto de sua programação para as notícias do Tribunal de Contas da União.

---

[14] Os repórteres que foram ao ar na edição do dia 12 de de 1993, a qual elencamos aleatoriamente a título de exemplo são: Claudia Moreira, Alicia Santiago, Luis Gonzaga Capaverde, Clóvis Resende, Junia Januária, Cleide Lopes, Elisabete Sanchez, Flávio Figueiredo, Cristina Índio do Brasil, Salete Sobreira, Corban Costa, Luís Augusto Mendonça, Alessandra Anselmo e Francisco Macedo.

[15] Vale ressaltar de FHC, enquanto ministro da Fazenda de Itamar Franco, é uma voz de destaque em uma reportagem sobre a especulação e a remarcação de preços por parte dos setores empresariais, que foi ao ar na edição de 21 de dezembro de 1993.

Desta maneira, pela primeira vez o programa criado pelo Poder Executivo, em um regime de exceção, passa a espelhar a tripartição dos poderes do Estado proposta por Charles Montesquieu, abrindo-se espaço para a voz aos poderes Legislativo e Judiciário, para além do Executivo. Ainda assim, podemos dizer que no imaginário coletivo *A Voz do Brasil* parece mais atrelada ao Executivo e à figura do ou da presidente/a, talvez pela sua trajetória histórica, ou também como reflexo de uma conjuntura política característica do período de abertura política, depois do fim da Ditadura Militar, entre 1964 e 1985, marcado pela dinâmica do “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988).

Dos dois mandatos de FHC, também não é farta a oferta de bibliografia sobre o programa. Encontramos a monografia *Voz do Brasil: Do Estado Novo ao século XXI,* Leidiane Matos (2002), do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). No trabalho, a autora analisou edições do programa entre 2001 e 2002, comparando-as com as notícias do telejornal *Jornal Nacional,* da *TV Globo,* e do diário *Folha de São Paulo.* Matos (2002) revela ainda a dificuldade de acessar os arquivos de áudio do programa devido a desordem e difícil acesso ao arquivo fonográfico da Radiobrás.

Em sua análise, Leidiane (2002) nos aponta interessantes fatos sobre o programa e sua relação com demais meios do país. Por exemplo, quando o Código Florestal sofreu alterações sendo pauta nas sessões da Câmara entre 4 e 6 de setembro de 2001. *A Voz do Brasil* repercutiu o tema especialmente no espaço da Câmara dos Deputados, designado de *Jornal da Câmara*, com as opiniões dos parlamentares. O JN também pautou o assunto a partir das opiniões controversas das diferentes bancadas, praticando o chamado jornalismo declaratório em um tom não muito distinto do que o regimento da Câmara acaba impingindo ao programa da Casa, ao vincular os discursos da tribuna à pauta do programa (SILVA, 2014). A *Folha* por sua vez, abordou o assunto apenas através da publicação na coluna *Painel* com texto da então senadora Marina Silva, a qual foi uma das principais fontes jornalísticas nas matérias sobre o tema, no entanto, não destacada pelo *Jornal do Senado,* que não cobriu o assunto. Já o protesto de um ativista da ONG Greenpeace, durante reunião da comissão mista que analisava o alteração do Código, foi notícia tanto no *Jornal da Câmara*, quanto no *Jornal Nacional*.

Outro aspecto interessante revelado pela análise de Matos (2002) é a relação da imprensa com as notícias positivas que envolvem o governo. Em sua análise da semana entre 25 de fevereiro e 2 de março de 2002, constata:

> Completando a semana, o governo anunciou o fim do racionamento de energia. No dia primeiro de

> março, o noticiário do Executivo manifestou o elogio e agradecimento do governo a população, que colaborou evitando o agravamento da crise e o que deveria ser feito dali para frente para evitar situação igual em 2002. O ministro Pedro Parente, da Câmara de Gestão da Crise de Energia, destacou a necessidade de se evitar o desperdício. A Folha de São Paulo não comentou o assunto. O Jornal Nacional lembrou o fim do racionamento com uma pequena nota no final da edição de 28 de fevereiro. O fim nem de longe gerou o mesmo estardalhaço que o início do racionamento de energia. (MATOS, 2002, p. 97)

O trabalho se esmera ainda em enumerar os projetos de lei em trâmite no Congresso que envolviam o programa, desde propostas de flexibilização até um projeto de emenda constitucional que visava condicionar a concessão de radiodifusão à veiculação do programa das 19 às 20 horas, reforçando ainda mais a obrigatoriedade prevista na lei de criação do programa.

Sobre o formato do programa em si, a vinheta e a identidade sonora mudam, e retorna a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, em arranjo original. Permanecem as chamadas de abertura, agora com a data e dia da semana em que ocorreu a edição. Um aspecto interessante é como o horário é narrado, na abertura diz-se "Em Brasília, dezenove horas", no entanto, nos demais momentos opta-se pelo "sete", como já era adotado nos governos anteriores e como já era prática do texto para rádio da época. Ainda sobre a prestação de serviços, observa-se o retorno da previsão do tempo para todas as regiões do país. A locução permanece em revezamento de vozes masculina e feminina, não identificadas, ainda que em alguns momentos, com linguagem coloquial, haja a nomeação de um locutor ao seu referir ao outro, como no exemplo do dia 8 de maio de 2002, quando o locutor, no final do programa se refere à colega pelo seu primeiro nome "Sula". Os repórteres continuam identificando-se e ao local de apuração[16], sendo que pudemos constatar a permanência de Corban Costa.

O critério de noticiabilidade das pautas permanece sendo a relação direta delas com o governo, tal relação também marca a angulação dada às notícias, como já havíamos observado nos governos anteriores.

[16] A título de exemplo, foram ar no dia 8 de maio de 2002, as reportagens de: Lima Rodrigues; Jorge Vanburgo; Corban Costa; Marília de Castro; Cristina Guimarães; Lourival Macedo; Luciana Vasconcelos e Áurea de Castro.

Os intervalos para spots de campanhas institucionais permanecem, no total de dois, o primeiro ia ao ar, seguindo como exemplo o dia 8 de maio, às dezenove e treze, e o segundo à dezenove e vinte e três[17]. As vinhetas para blocos, que até já eram observadas nos governos anteriores mas de maneira um tanto aleatória, são uma marca do programa na gestão de FHC. Citamos alguns exemplos de blocos chamados por vinhetas, entre os dias 8 e 9 de maio de 2002: *Presidência da República; Vice-Presidência da República; A Hora do Campo* e *Economia*. Entrevista com ministros também foram uma marca da linha editorial do programa neste período.

2.2 A VOZ NO NOVO MILÊNIO

O primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2006) trouxe mudanças para *A Voz do Brasil*, as quais ficaram documentadas no relato autobiográfico do ex-gestor da Radiobrás Eugênio Bucci, intitulado *Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula* (BUCCI, 2008). A criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), já no seu segundo mandato em 2007, também impacta a parte do programa destinado ao Poder Executivo, pela primeira vez produzido no âmbito de uma empresa pública ao invés de estatal de comunicação. Assim, entendemos que são marcos importantes para o estudo do programa, a partir dos anos 2000: a gestão de Eugênio Bucci na Radiobrás (2003 a 2007), a criação da EBC (2007), a publicação do Manual de Jornalismo da EBC (2013) e o Governo Temer (2016).

Ex-presidente da estatal, Bucci (2008) narra, na obra dedicada a defender a memória de sua gestão, que priorizou uma série de medidas para que a Radiobrás atingisse os padrões que ele prezava como referência para uma empresa pública. Se a dita Nova República trouxe consigo o emblema da "cidadania", alcunha pela qual se fez reconhecer a Constituição de 1988, a palavra tornou-se slogan no programa a partir dos anos 2000, com a gestão de Bucci. Sobre o discurso da cidadania no período de redemocratização, elencou José Murilo de Carvalho (2006) no primeiro parágrafo da introdução de seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho:*

[17] Foram ao ar na data já mencionada, no primeiro intervalo, o Minuto do TCU e o spot de um concurso fotográfico do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE, e no segundo o Spot sobre o novo sistema de pagamentos brasileiro, do Banco Central.

> O esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. Uma das marcas desse esforço é a voga que assumiu a palavra cidadania. Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais "o povo quer isto ou aquilo", diz-se "a cidadania quer". Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã. (CARVALHO, 2006, p. 7)

O autor contextualiza o desenvolvimento da noção de cidadania no fenômeno histórico do Estado-nação. Cada país percorreu, assim, uma trajetória própria, porém aventando os princípios de cidadania, de lealdade ao Estado e à identificação com a nação. Neste sentido, podemos pensar sobre a noção de Estado presente na trajetória de *A Voz do Brasil*, até o signo da ópera *O Guarani* enquanto identidade nacional, como formas de promover estes dois elementos básicos da cidadania. A partir da consolidação do Estado-nação, a garantia da cidadania se desdobraria no conjunto de direitos mais básicos do cidadão, ou seja seus direitos civis, políticos e sociais[18]. Como direitos civis podemos entender aqueles fundamentais a vida como: à igualdade, à liberdade e à propriedade jurídica. Já os políticos seriam os referentes à participação no governo da sociedade em que se vive, através do voto, da organização de partidos. Os direitos sociais, por sua vez, garantiriam a participação de cada indivíduo na partilha da riqueza coletiva de um Estado, como o direito a educação, a salário justo, a saúde e a aposentadoria. Em consequência dos direitos civis se dariam os direitos políticos, e por último, resultante dos direitos civis e políticos, os sociais.

Para entender o conceito de cidadania que se construía no Brasil, na década de 1990, Carvalho (2006) considera a crise do modelo do Estado-nação, a qual teria se agravado no mundo com a queda da União Soviética e com a formação da União Europeia:

> A redução do poder do Estado afeta a natureza dos antigos direitos, sobretudo direitos políticos e

[18] Esta classificação é baseada na desenvolvida por T. A. Marshall, o qual sugere que a cidadania teria se desenvolvido na Inglaterra, a partir do desdobramento dos direitos civis, para os políticos e por último os sociais.

> sociais. Se os direitos políticos significam participação no governo reduz também a relevância do direito de participar. Por outro lado, a ampliação da competição internacional coloca pressão sobre o custo da mão-de-obra e sobre finanças estatais, o que acaba afetando o emprego e os gastos do governo, do qual pendem os direitos sociais. Desse modo, as mudanças recentes têm colocado em pauta o debate sobre o problema da cidadania, mesmo nos países em que ele parecia estar razoavelmente resolvido. (CARVALHO, 2006, p. 13)

Diante deste contexto de crise do Estado-nação e também por questões singulares da nossa história, Carvalho (2006) defende no Brasil houve uma sobreposição da noção de direitos sociais aos demais. De maneira que a efusão de discursos acerca da cidadania após o fim da Ditadura Militar remete antes de mais nada aos direitos sociais do cidadão, sobrepondo-se aos civis e políticos.

A partir destes parâmetros, podemos analisar a ação do noticiário pela via social, na divulgação dos programas sociais como maneira de promover a lealdade ao Estado; e na divulgação de cânones da dita cultura brasileira, como a já citada ópera de Carlos Gomes, como forma de promover a identificação com a nação.

No trabalho de conclusão de curso *A Voz do Brasil, a Voz da Cidadania no Rádio: um estudo sobre o programa (2003-2012),* defendido no curso de graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, em 2012, defendemos que as principais mudanças detectadas no programa estão relacionadas à noção de cidadania inaugurada no pós-Ditadura Militar, traduzida pelo jornalista e ex-gestor Eugênio Bucci na defesa da informação enquanto um direito do cidadão (BUCCI, 2008).

Um grande influenciador da noção de cidadania do período de redemocratização teria sido ainda a televisão. Para Carvalho (2006), a televisão tornou mais preponderante o efeito da propaganda na elegibilidade de um candidato, já em fins dos anos 1980, em meio ao contexto do analfabetismo e semi-analfabetismo no país[19]. Um caso

---

[19] Esta é a posição de José Murilo de Carvalho, aqui podemos relativizá-la. É comum atribuir-se ao voto dos analfabetos uma suspeita, como se desprovidos de capital intelectual os mesmos estivessem mais à mercê das campanhas televisivas e até radiofônicas. No entanto, se Pierre Bourdieu aponta na obra *Sobre a Televisão* (1997) que a elegibilidade de uma figura conhecida na televisão, não importando o mérito da sua popularidade, é maior que a de um candidato cuja imagem não tenha sido fartamente promovida neste meio, fazendo sua análise no contexto francês, temos que o poder da televisão nas campanhas políticas não é exclusividade do Brasil e nem

exemplar da importância da TV numa campanha seria a eleição de Fernando Collor sobre candidatos com trajetórias políticas mais antigas como Ulisses Guimarães, Mário Covas e Luiz Inácio Lula da Silva.

Sobre esta importância da televisão, vale destacar que, em 2003, a então deputada estadual Perpétua de Almeida (PCdoB/AC) propôs um projeto de lei que previa a flexibilização do horário de transmissão do programa e uma versão televisiva do mesmo também em cadeia nacional obrigatória. Mas o projeto foi tão alterado que quando aprovado no primeiro semestre de 2018, tinha como pauta apenas a flexibilização do horário de retransmissão pelas emissoras de rádio. Desde agosto de 2012, cabe destacar ainda, o noticiário referente ao Executivo de *A Voz do Brasil* vem sendo transmitido ao vivo em vídeo na página da EBC na Internet, onde o programa possui também a sua conta na rede social *Twitter*.

Ainda sobre as características da nossa cultura política neste período, Carvalho (2006) aponta uma excessiva valorização do Poder Executivo, o que se deve ao fato de os direitos sociais terem sido implantados em momentos em que o Legislativo ou estava fechado, ou com força praticamente irrelevante em períodos ditatoriais. Esta noção nos ajudaria a refletir sobre o início da trajetória do programa, que se dedicava exclusivamente ao poder Executivo, na primeira Era Vargas. Mas, como já mencionado, o poder Legislativo é atualmente o que possui o maior tempo no programa, cerca de trinta minutos, enquanto que o Executivo possui 25 e o Judiciário cinco minutos, sendo que produção dos três blocos é independente.

Por este motivo, quando nos propomos a estudar o programa em 2012 (SILVA, 2012), focamos nossa análise no Poder Executivo, o que de fato sofre mais alterações a cada governo de turno e ao qual haveria impactado as reformulações propostas por Bucci (2008).

Ao narrar sua gestão, o ex-presidente da Radiobrás, afirma que já em 2002, em conversa com o então futuro ministro da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, posicionava-se contra a ação dos governos que se utilizavam da máquina pública para autopromoção, que ao contrário, defendia que fosse atendido o “direito” do cidadão à informação. Em suas palavras afirmou: “havia anos que eu insistia nessa tese: assim como a educação, a moradia, a saúde e o trabalho, a informação também era um direito fundamental” (BUCCI, 2008, p.17). Para compreendermos melhor as suas concepções e

---

dos analfabetos, visto que este grupo não possui tanta representatividade na população francesa.

promessas de projetos para a Radiobrás trazemos aqui a transcrição literal do seu discurso de posse no dia 2 de janeiro de 2003:

> A ética da informação e a ética do jornalismo são inseparáveis da ética republicana que deve governar cada instituição da nossa democracia e do nosso país. Não há contradição, ao contrário, há uma complementariedade necessária entre a ideia radical de democracia e a ideia de direito à informação. Há com frequência um equívoco, e esse equívoco é o de achar que nós pomos no ar as informações que nos interessam e ponto. Isso é um equívoco, porque quando as informações que nos interessam não correspondem às necessidades do cidadão a credibilidade começa a ser ferida. Portanto, as informações que nos interessam veicular são as informações a que o cidadão tem direito. Isso é a construção da credibilidade. Quem está no topo de todo este trabalho é o cidadão. É aquele que muitas vezes não exige porque não sabe que pode exigir. E o nosso trabalho é ensiná-lo sobre isso, é ensiná-lo sobre o que ele pode exigir. (BUCCI, 2008, p. 17-18)

Cabe-nos questionar então, quais as informações que correspondem às necessidades dos cidadãos? Este ideal de ensinar o que pode ser exigido nos remete, mais uma vez, às reflexões de José Murilo de Carvalho (2006) sobre a cidadania, quando o mesmo analisa que o grau de escolaridade está diretamente relacionado com o grau de consciência de cada cidadão sobre os seus direitos. A partir do momento que Bucci (2008) promete que o trabalho da Radiobrás passa a será o de “ensinar” direitos. Mas mesmo na obra autobiográfica (BUCCI, 2008) o gestor assume que não cumpriu com tal premissa e acusa as gestões anteriores de também não o fazerem.

> A maioria das instituições encarregadas da comunicação pública no Brasil, quando apresentava noticiários no rádio, na televisão ou na internet, não praticava jornalismo, não informava o cidadão com a objetividade que ele merecia e a qual ele tinha direito. O que se fazia era propaganda, às vezes subliminar, às vezes expressa, das autoridades da vez. (BUCCI, 2008, p. 22)

Sobre este aspecto, Bucci (2008) destaca ainda um possível confronto entre lei versus cultura. Quando menciona a utilização dos meios públicos em benefício da propaganda de Estado ressaltando o

caráter ilícito de tal atividade. Pautado por este pressuposto, ele afirma ter buscado convencer os funcionários e os membros do governo, de que as regras que impedem o uso de um cargo público para bem pessoal, deveriam valer também para a comunicação. Tomando por base a Lei nº 8.112, de 1990 e no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Nacional (Decreto nº 1.171, de 22 de julho de 1994) entre outros. Mas, o autor e ex-gestor não acredita que tais premissas eram respeitadas no âmbito da Radiobrás.

> Criada pela ditadura militar em 1976, sob o signo da Doutrina de Segurança Nacional, ela não serviu para outra coisa além de falar bem dos manda- chuvas federais, mesmo quando para isso era preciso mentir – só um pouquinho ou descaradamente. Sua função propagandística sobreviveu à ditadura, invadindo sem cerimônia o período precariamente democrático que se seguiu a 1985. Fixou-se, desde então, o costume de que o partido do governo, qualquer que fosse ele, poderia aparelhar a Radiobrás. Raramente, muito raramente mesmo, a opinião pública se levantou contra esse hábito. (BUCCI, 2008, p. 25-26)

Para defender seu ponto vista o autor cita um caso que ocorreu em 2000 quando o Ministro Andrea Matarazzo, da Secretaria de Comunicação Social, vetou a participação de João Pedro Stédile, dirigente do Movimento dos Sem Terra (MST), no programa *Opinião Nacional* produzido pela TV Cultura de São Paulo e pela TVE do Rio de Janeiro. Este corte teria afetado todas as emissoras, entre elas a Radiobrás, que retransmitiam o sinal do programa feito então pela TVE.

Naquela ocasião, a empresa não se pronunciou publicamente sobre o assunto. Para Bucci (2008), este episódio seria uma característica do uso da radiodifusão no Brasil, pública ou comercial, sendo que esta segunda, a comercial, para o autor seria ainda mais afetada por esta cultura, através do compadrio entre empresários e políticos na obtenção das concessões públicas da radiodifusão. Neste cenário a informação - defendida por Carvalho (2006) como fundamental para o exercício da cidadania, e por Bucci (2008) como um direito do cidadão - é usada como propaganda política, como tática de markenting pessoal. Para Maurílio Ferreira Lima, gestor da Radiobrás durante do governo FHC, “a Radiobrás é uma emissora do Estado, mas não pode deixar ter uma conotação política!” (SILVA, 2014, p. 35).

Ainda que compreenda como relato jornalístico um quê de propaganda “[...] todo relato jornalístico, de modo aparente, dissimulado,

ou mesmo inadvertido, acaba ordenando, em algum nível, um julgamento moral dos fatos [...]" (BUCCI, 2008, p.74), Bucci, por sua vez, defende a separação entre os dois tipos de discurso, uma vez que entedia a mesma como "[...] uma ampla e profunda expectativa da cidadania e, por isso, pode-se dizer que é uma separação legitimada pela prática da comunicação social" (BUCCI, 2008, p. 75).

A seguir, abordamos como a separação entre publicidade e jornalismo é percebida como característica, não só do exercício da cidadania, mas como fundante para o que Bucci (2008) chama de processos democráticos de comunicação: "mesmo na nossa era, quando as pressões próprias da espetacularização atuam para amalgamar estas vertentes discursivas numa só, a força dos processos democráticos de comunicação atua para garantir a separação entre os dois registros" (BUCCI, 2008, p. 76). Declarando-se contrário a esta prática, defendia ainda que a Radiobrás estivesse incumbida por lei de noticiar sim "os atos do governo, entre outros acontecimentos de interesse geral" (BUCCI, 2008, p.30):

> Para nós ela deveria apenas informar, sem omitir fatos relevantes nem fazer propaganda, pois a mesma lei não incumbia à Radiobrás as funções de assessoria de imprensa, de porta-voz, de publicidade governamental – essas funções pertenciam diretamente à Presidência da República e às suas secretarias. No mais, a Radiobrás, sendo uma estatal, estava obrigada aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, que vedavam qualquer desvio partidário ou governista. (BUCCI, 2008, p. 30)

Ainda sobre a gestão de Bucci temos que, quando assumiu a empresa em 2003, o jornalista encontrou na Radiobrás uma estrutura composta por 1147 funcionários e um orçamento executado, em 2002, de 72,4 milhões de reais. A rede era formada por quatro emissoras de rádio - a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Rádio Nacional da Amazônia e duas no Distrito Federal -; e ainda, duas emissoras de TV - a NBr, correspondente ao Poder Executivo Nacional, que é distribuída pelas operadoras de TV a cabo, e a TV Nacional, com sinal aberto para o Distrito Federal; e a agência de notícias pela internet Agência Brasil.

Como novo presidente da estatal, Eugênio teria priorizado uma série de medidas para que a mesma atingisse os padrões que prezava como referência para uma empresa pública. Para estruturar um plano estratégico, foi contratado o suporte da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e, em três dias de trabalho, foram definidos a missão e

os objetivos da empresa. A missão ficou assim definida depois desta reestruturação: [...] somos uma empresa pública de comunicação; buscamos e veiculamos com objetividade informações sobre o Governo, Estado e Vida Nacional; trabalhamos para universalizar o acesso à informação, direito fundamental para o exercício da cidadania [...]. (BUCCI,2008, p. 102) Com relação ao último ponto, ressaltamos entre os também reformulados valores da empresa o "[...] respeito à cidadania, ao assumir um compromisso permanente com a universalização do direito à informação, por meio de canal direto com o público [...]" (BUCCI, 2008, p.103).

Aqui mais uma vez constatamos o discurso sobre a cidadania e o uso dos meios públicos de radiodifusão a fim de se universalizar o acesso à informação. Vale destacar, a título de comparação histórica, tais pressupostos com os do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ao qual *A Voz do Brasil* esteve vinculada na década de 1930. Ao DIP cabia promover através de sua programação a evolução social rápida das regiões periféricas do país. Já a Radiobrás, a partir de 2003, deveria promover a cidadania por meio do direito à informação, em detrimento da evolução social – meta de discursos nacionalistas e desenvolvimentistas.

Dos projetos que o autor relata ter desenvolvido em sua gestão, um deles foi chamado de *A Nova Voz*, reunindo um grupo de trabalho do qual o próprio Bucci fazia parte. Nele, entendeu-se que:

> O proselitismo seria banido, até onde fôssemos capazes de bani-lo. Notícias boas ou ruins teriam lugar na pauta, desde que tivessem relação com a esfera do Executivo. Para tornar o texto compreensível, criamos a figura de um comentarista-explicador que, em vez de emitir opinião, dava o contexto, repetia o que havia de essencial na notícia, detalhava o sentido e a utilidade da informação para o ouvinte. (BUCCI, 2008, p.158)

Este projeto de reformulação teria iniciado em meio a um relativo sigilo com relação a Secom, uma vez que Bucci relata ter se sentido temeroso de que a burocracia impedisse sua efetivação. No dia 1º de setembro de 2003, segundo sua orientação, os locutores Luca Seixas e Luiz Fara Monteiro anunciaram "sete da noite em Brasília", contrapondo-se ao tradicional "Em Brasília, 19 horas" que voltou a ser proferido no governo FHC. Segue a transcrição apresentada deste programa que foi o marco da adoção do novo modelo pela *Voz*:

> - Queremos cumprir nossa missão de informar sobre as ações do governo, mas com a preocupação de mostrar o que isso tem a ver com os seus direitos. E mais: nossa missão é informar com clareza e de um modo que você goste de ouvir. A Voz do Brasil, agora, cada dia mais, de verdade, é a sua voz. É A Voz do Brasil. - Esta edição da Voz do Brasil trouxe muitas novidades. A começar da música de abertura, O Guarani, de Carlos Gomes, num arranjo inédito, num ritmo forte de atabaques. Os jornalistas que apresentam o programa também são novos na Voz e estão preparados para dar a você a informação mais precisa e mais clara sobre o seu país, sobre os atos do governo do seu país e sobre as consequências que esses atos podem ter no dia-a-dia de cada brasileiro. Esta fase nova da Voz do Brasil vem para atender, com mais eficiência, o direito que você tem de estar bem informado. Isso mesmo, um direito. Vamos repetir: estar bem informado é um direito fundamental que você tem. É por isso e para isso que existe a Voz do Brasil, para que você saiba de tudo que faz diferença na sua vida. Não esqueça, na democracia todo poder emana do povo, quer dizer, o cidadão é a fonte de todo poder. E para escolher melhor, para saber o que decidir e para participar dos rumos de seu país, todo cidadão precisa estar bem informado. É por isso que a Voz do Brasil está mudando: para ser um serviço mais democrático, mais acessível e mais claro, sempre a serviço do cidadão e da cidadã. E de mais ninguém. (BUCCI, 2008, p. 157)

Notamos que o discurso sobre direito à informação que pautava já a missão e os valores da empresa estão presentes na nova proposta do programa. Ressaltamos ainda o valor da informação enquanto pressuposto para que o cidadão possa exercer sua cidadania, no sentido de direitos políticos, num ambiente democrático. Por fim, destacamos a defesa de um trabalho a serviço do cidadão e a “mais ninguém” também enquanto uma crítica aberta ao modelo propagandista. De maneira que seguindo o discurso de que cabe a estatal ensinar ao cidadão sobre o que ele deve exigir, vemos os locutores do programa ensinando aos ouvintes que eles devem exigir seu direito à informação para o melhor exercício da cidadania.

Quanto ao formato do programa, verifica-se o retorno ao modelo de dois locutores masculinos (BUCCI, 2008). No entanto, os locutores

passam a ser nomeados no início do programa, seguindo a tendência das reportagens que já eram "assinadas" pelos repórteres[20]. As chamadas de abertura permanecem, no entanto não há mais a divisão do programa em blocos por intervalos com spots. Agora segue-se os 25 minutos com reportagens intercaladas apenas por vinhetas. As reportagens fora da capital do país, sede do Governo, ficam ainda mais raras. No dia 1 de junho, apenas uma é de São Paulo, e a pauta é sobre um evento que contou com a presença do presidente Lula. Não mais se apresenta a previsão do tempo. Já os créditos de produção e técnica são uma novidade, juntamente com a repetição das principais notícias da edição.

É interessante pensar que a menção da equipe técnica se dá justamente na virada do século, quando os avanços tecnológicos que impulsionaram o acúmulo de funções técnicas pelos repórteres carretou no enxugamento das equipes de técnicos de rádio (ZUCULOTO, 2012a). Para a autora, nesta fase, o modo de produção, operando em computadores e equipamentos digitais em detrimento de fitas e laudas, incentiva e facilita a adoção de um modelo global de produção radiojornalística. O rádio como um todo caminha nos passos da segmentação e especialização. Para Zuculoto (2012a), os anos 2000 comportaram todos os modelos que fizeram a história da radiofonia nacional.

> Se ligarmos a CBN, estamos ouvindo a nova notícia. Mas se girarmos o dial até a Globo AM e mesmo até a Gaúcha de Porto Alegre, entre outras, ouve-se informações através de noticiosos ainda muito semelhantes ao Esso, pois conservam a fórmula de síntese implantada principalmente pelo Repórter [Esso]. (ZUCULOTO, 2012a, p.166)

Quanto à radiodifusão pública, para a autora, nos anos 2000 chegamos à sua quinta e última fase, marcada pela busca por Sistema Público de Rádio, inclusive com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável por gerir a radiofusão pública.

Se destacamos neste trabalho tantos pormenores da gestão Bucci e seus ideais e estratégias para alcançá-los é por entendermos que estes foram importantes e decisivos inclusive para a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007. Ainda que não apresentem ideias

[20] Foram ao ar na edição do dia 1 de junho de 2005, as reportagens de: Milena Fiori, Carolina Pimentel,Lucas Parente, Bruno Boqui, Irene Lobo, Nelson Mota Gomes, Ivan Richard, Iara Aquino, Mauro Mesquita, Cátia Sartório, Jorge Eduardo Machado.

contraditórias em relação a Radiobrás, os textos da missão e valores da EBC apresentam mudanças relevantes.

> Missão: criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas. [...] Valores: temos compromisso com a comunicação pública. Acreditamos na independência dos conteúdos, na transparência e na gestão participativa. Defendemos os direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania. Valorizamos as pessoas e a diversidade cultural brasileira. Cultivamos a criatividade, a inovação e a sustentabilidade. (EBC, 2012, site)

Na missão, quanto à formação de cidadãos críticos, esta fala parece convergir com o objetivo de "ensinar o que deve ser exigido", afinal, ambas enunciam a formação de um cidadão com pensamento autônomo. E mais uma vez, destacado nos valores, vemos o uso do termo "cidadania".

Mas a diferença-chave é que a EBC é uma tentativa de consolidar a radiodifusão pública, em complementariedade com a estatal e a comercial, conforme prevê o texto da Constituição de 1988. Sua isenção deveria estar assegurada pela presença de um Conselho Curatorial e por financiamento autônomo através de realocação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, pago pelas empresas de telecomunicação. A partir de sua criação, a contratação sistemática de profissionais via concurso público contribuiu significativamente para a profissionalização dos servidores da área de comunicação.

Em 2016, por exemplo, 95% dos funcionários da empresa eram concursados. Mesmo a escolha dos gestores passou a se nortear por critérios mais técnicos. Um dos presidentes da Radiobrás do governo Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, foi o ex-deputado Maurílio Ferreira Lima, empresário da radiodifusão, com longa carreira política e sem formação na área. Entre os governos Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no entanto, ficaram a cargo da Radiobrás e da EBC jornalistas com carreira consolidada em setores da mídia comercial, como: Eugênio Bucci, Teresa Cruvinel, Nelson Breve, Ricardo Melo. Ainda que Bucci tenha uma relação mais próxima com o Partido dos Trabalhadores (PT), tendo assumido a edição da revista *Teoria & Debate* (BOURO, 2010).

Um marco importante para o entendimento dos pressupostos jornalísticos da EBC, foi a publicação do *Manual de Jornalismo da EBC* (EBC, 2013). Ainda que outros manuais do gênero tenham sido publicados por empresas como a Radiobrás e a TV Cultura, o manual da EBC é o primeiro a ser publicado no país por uma empresa de

comunicação pública de abrangência nacional. No documento, a proposta de produzir um jornalismo alternativo à mídia comercial baseia-se em experiências de outros países. “O estudo dos manuais de jornalismo de empresas de comunicação do Brasil (inclusive da antiga Radiobrás), Inglaterra, França, Espanha, Portugal, África do Sul, Canadá, Estados Unidos, Colômbia e Equador foi o ponto de partida do grupo de trabalho.” (EBC, 2013, p.11).

O tema da cidadania está presente no texto do documento que se compromete entre outras coisas, a valorizar os regionalismos, a trazer notícias de interesse público e bem contextualizadas, a agir com imparcialidade na cobertura dos três poderes e a combater o “denuncismo” quando as notícias envolverem processos judiciais. Como produto da EBC Serviços, contratado pela Secretaria de Comunicação Social, entende-se que estes princípios também passariam a nortear, por excelência, a produção de *A Voz do Brasil.*

No Governo Dilma Rousseff (2010 a 2016), o programa mantém muitas das características já adotadas no Governo Lula. Vinheta de abertura, identificação dos locutores e a data e dia da semana da edição. *A Voz do Brasil*, que no período estudado já foi apresentado dos estúdios da Rádio Nacional de Brasília, de 1985 a 2003, e da Rede Nacional de Brasília, agora ganha um estúdio próprio. Os locutores[21], anunciam na abertura que o programa do Poder Executivo pode ser assistido em vídeo ao vivo no site da EBC.

Os repórteres[22] deixam de comunicar sempre o local da apuração ao final da reportagem, mas continuam se identificando. As pautas ainda seguem como critério a relação com o governo. Nota-se fontes não oficiais relatando sua experiência com os programas sociais que estão em pauta nas reportagens. Na edição do dia 6 de maio, por exemplo, na reportagem sobre o Minha Casa Minha Vida, há sonoras da arquiteta Renata Miron e da auxiliar administrativa Daniela Nunes. Já na reportagem sobre a passagem da Tocha Olímpica, o programa escuta a servidora pública Analice Talirico (A VOZ DO BRASIL, 2016b).

Por fim, faz-se um importante marco na história do programa o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a gestão de seu vice, Michel Temer. Marcando o retorno do caráter autoritário da gestão estatal da comunicação, Temer interrompe a gestão

---

[21] Luciano Seixas e Helen Bernardes assumem a locução da edição analisada, dia 6 de maio de 2016.

[22] A título de exemplo, foram ao ar no dia 6 de maio de 2016, as reportagens de: Daniela Almeida, Leonardo Meira, Ricardo Carandina, Jackson Segundo, Rafael Gasparoto e Taíssa Dias.

do então presidente da EBC, Ricardo Melo – iniciada em maio de 2016 e que terminaria em 2020 – intervindo diretamente na empresa, ao nomear para seu lugar o jornalista Laerte Rímoli.

Ainda que com formação na área, Rímoli é um nome de difícil dissociação em relação ao governo por ter sido assessor político do candidato Aécio Neves, quando disputou a presidência pelo PSDB, em 2014. Ricardo Melo até conseguiu voltar para empresa recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas o presidente Temer alterou o texto do estatuto da EBC que previa mandato fixo aos gestores e garantiu o mandato de Rímoli.

De volta à empresa, Laerte promoveu 30 demissões. O Conselho Curador da EBC foi extinto também por decreto de Temer. *A Voz do Brasil* trocou seus locutores, sua vinheta, que usava uma versão remixada da ópera *O Guarani*, voltou a ter como base a versão clássica da ópera. Até o jargão "19 Horas em Brasília", que marcou a abertura de *A Voz do Brasil* por décadas, retornou. A apresentação é assumida por Gláucia Gomes e Aírton Medeiros[23], e continua sendo identificada[24]. As reportagens permanecem se pautando pelo governo, como anuncia o novo slogan do programa "A Voz do Brasil: As notícias do Governo Federal que movimentaram o país no dia de hoje" em detrimento de "A sua voz, a nossa voz, A Voz do Brasil", que estava no ar desde 2003. A data da edição continua a ser narrada pelos locutores, as reportagens permanecem ouvindo mais às fontes oficiais, é excepcionalmente maior a ocorrência de depoimento de cidadãos, como o diretor da SafeNet, Tiago Tavares, e o João – nome fictício da fonte na reportagem sobre o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que foi ao ar dia 18 de maio de 2017. Mas esta participação de cidadãos segue a mesma lógica de antes, não tecer críticas. É aberto um canal de dúvidas para os ouvintes do programa fazerem suas perguntas, através do Pode ser por e-mail. Quando falamos de Internet, é importante salientar que desde que o programa passou a ter contas em redes sociais, foram estabelecidas identidades visuais, no Governo Temer é criada uma nova. Vale ressaltar ainda que estas mudanças que detectamos, foram anunciadas e instauradas a partir do dia 31 de outubro de 2016, sendo que o afastamento de Dilma data de 12 de maio do mesmo ano.

---

[23] Em reportagem da NBr TV Ayrton Medeiros revela que sua estreia é na verdade um retorno ao programa, após 16 anos como seu locutor e 13 anos afastado: https://www.youtube.com/watch?v=oa2JN7KwfjU

[24] Os áudios do programa do Poder Executivo estão disponíveis no site da EBC desde 2009 com a transcrição do programa.

> Estreia hoje (31), com nova roupagem, o programa A Voz do Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Em seu novo formato, o programa de rádio mais antigo do Brasil será mais interativo e próximo do cidadão. Haverá novos quadros, com jornalismo, prestação de serviço e diálogo com os ouvintes. Uma das grandes mudanças será a maior participação da audiência. A ideia é oferecer um programa que lembre menos o formato solene e distante de décadas anteriores e tenha uma linguagem menos formal, mais próxima do cidadão. O programa contará com novos apresentadores - Airton Medeiros e Gláucia Gomes. "A ideia da nova Voz do Brasil é aproximar o cidadão, trazê-lo mais para perto da notícia, da informação. Fazer com que o cidadão interaja com o que fazemos aqui na EBC. A gente não pode estar distante", diz Gláucia à Agência Brasil. (EBC, 2018)

Nos créditos finais, salienta-se que o programa é uma responsabilidade da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) com produção da Empresa Brasil de comunicação. Desde o Governo Sarney apenas a Radiobrás e posteriormente a EBC eram mencionadas nos créditos, ainda que, a Secom já respondesse pela realização do programa. Mas o maior impacto do Governo Temer na *Voz* foi a flexibilização do seu horário de transmissão.

2.2.2 Uma vitória da ABERT

Data de dia 4 de abril de 2018 a sanção presidencial à PL 595/03, que flexibilizou em definitivo o horário de transmissão de *A Voz do Brasil*. O desfecho desta longa história de reivindicações da Associação Brasileira de Empresários de Rádio e TV (ABERT) se deu enquanto o país acompanhava o julgamento do *habeas corpus* do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva no Supremo Tribunal Federal. Mas cerca de quinze anos antes, em 1º de abril em 2003, foi quando a então deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB/AC) propôs o projeto de lei 595/03.

O texto deixava claras três intenções: tornar obrigatória também a veiculação de *A Voz do Brasil* pela televisão; flexibilizar o horário de transmissão entre 19h30 e 00h30 para que fosse mais "factível" a veiculação televisiva do noticiário; e ainda equalizar o espaço dedicado a cada Poder no programa, concedendo 20 minutos a cada – em

contrapartida com a assimétrica divisão: 25 minutos para o Executivo, 30 para o Legislativo e 5 para o Judiciário.

Em 2006, o relatório da Comissão de Ciência Tecnologia e Informática, por onde tramitava o projeto, revela que na ocasião estavam "apensados" ao projeto de lei outros dois. Um deles previa a flexibilização do horário de transmissão do programa pelas rádios, a partir das 19 horas - o PL no. 4250/04 do deputado Ivan Ranzolin (PPB/SC). O outro admitia a alteração do horário de transmissão em caso de excepcionalidades, como grandes catástrofes naturais, e também para alguns casos de transmissões esportivas – o PL no. 5.123/05, do Deputado Medeiros (PL/SP).

O resultado do relatório é um substitutivo que derruba a ideia de transmissão obrigatória pela TV, sob argumento de que para tal já existiam a TV Câmara, TV Senado, TV Justiça e canais da Radiobrás – hoje EBC-, e que derruba ainda a divisão paritária de tempo entre os poderes no programa, sem apresentar argumentos sobre. Restando do texto original apenas o tocante à flexibilização do horário de transmissão pelas rádios, acatando essa ideia presente nos projetos apensados, a comissão propõe a aprovação da flexibilização, mas com restrições ao horário de transmissão. Outro ponto do substitutivo era a possibilidade de veiculação em separado de cada uma das três partes do programa desde que se respeitasse a ordem atual. Ou seja, seria possível intercalar a programação das rádios com os três blocos do programa – lembrando que segundas, quartas e sexta-feiras cada um dos três poderes sede espaço para o Minuto do TCU.

Nesta ocasião, a deputada Mariângela Duarte (PT/SP), que fazia parte da comissão, votou em separado contra o voto do relator, porque entendia que o programa em sua forma original era importante para a população de áreas afastadas dos grandes centros de maneira que qualquer alteração no seu formato deve ser precedida de uma alternativa à sua veiculação. A sugestão de alternativa da deputada era a de que no processo de digitalização da TV, fossem concedidos canais para os poderes da república - a exemplo do que já ocorre com a TV a cabo. Ou seja, para Mariângela, só faria sentido dizer que as TVs dos três poderes substituem a função original de *A Voz do Brasil* se fosse possível acessar esses canais na rede de TV aberta. Este voto veio a ser retirado posteriormente, pela própria parlamentar. Talvez pela complementação de voto do relator da Comissão, José Rocha (PR/BA), que voltou atrás quanto à possibilidade de transmissão em blocos separados, acrescentando ainda a obrigatoriedade das rádios informarem sempre às 19 horas o horário escolhido para retransmissão.

Encurtando este episódio módico na nossa história burocrática, o substitutivo seguiu para o Senado em 2006 e retornou à Câmara em 2010, onde ficou até 2018 sem entrar na ordem do dia ou sem ser apreciado em face do encerramento da sessão.

Quem nos elucidou este fato foi o diretor adjunto de assuntos institucionais da Associação Brasileira de Empresários de Televisão e Rádio (Abert), Murilo Passarinho Mori, que está à frente da assessoria parlamentar da Associação. Por telefone, ele nos explicou que a posição dos presidentes da Câmara em relação ao projeto entre 2010 e 2018 – entre eles Eduardo Cunha (PMDB/RJ), Henrique Alves (PMDB/RN) e Marco Maia (PT/RS) – foram decisivas para o seu destino final. Simpático à causa, foi Rodrigo Maia (DEM/RJ) quem colocou o projeto em votação. Mas antes desta vitória, a Abert teve menores mas não menos importantes conquistas.

Em 2014, a campanha *A Voz Que Eu Quero Ouvir* defendia a pauta da flexibilização ancorada em pesquisa DataFolha, que revelou, entre os ouvintes de rádio, 68% de opiniões favoráveis à flexibilização, e ainda surpreendentes 64% de entrevistados que consideravam o programa como importante fonte de informações das ações e propostas do governo. A Medida Provisória 648/14 foi aprovada legalizando a flexibilização durante a Copa do Mundo de Futebol. A pesquisa Ibope encomendada pela Abert, que monitorou os 30 dias de flexibilização, na Grande São Paulo, registrou que 33% das rádios optaram por flexibilizar o horário de transmissão. Segundo Mori, grande parte das rádios de pequeno porte por questões financeiras não têm programação noturna, encerrando a programação com *A Voz do Brasil*, às sete da noite. Entre as que flexibilizaram o programa, destacaram-se às noticiosas. Estes dados foram usados como argumento para convencer os parlamentares receosos de que a flexibilização prejudicasse o programa onde ele é mais necessário: no interior do país. Mas até hoje esta é uma hipótese, visto que a pesquisa foi feita apenas na Grande São Paulo e que outras pesquisas do gênero não foram realizadas com maior abrangência desde então.

Os anos se passaram, e esta causa permanecia cara aos empresários. Em 2016, a publicação do relatório de atividades da assessoria parlamentar da Associação, referente à 2015, enfatizava: “a flexibilização de A Voz do Brasil é a prioridade da Abert” (ABERT, 2018). Naquele ano, mais uma vez através de medida provisória, permitiu-se a flexibilização para a cobertura dos Jogos Olímpicos de 2016, mas desta vez não houve pesquisa para acompanhar a audiência do meio.

O que vivemos desde o dia 5 de abril de 2018, quando finalmente os empresários conquistaram seu objetivo, é uma grande experiência. Algumas rádios mexeram em suas grades e até inauguraram programas específicos para o horário. Mas dados precisos sobre quantas e quais rádios aderiram à flexibilização, ainda nos carecem. O que chama atenção em toda esta história é o protagonismo da Abert. Os empresários fazem campanhas e encomendam pesquisas para provar seus argumentos pela flexibilização. Já os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o TCU, não parecem se ocupar de qualquer outra atividade que não a produção dos minutos que lhe cabem do programa. Não há iniciativas sólidas para a defesa de *A Voz do Brasil* – não houve uma contra-campanha sobre a flexibilização, por exemplo –; não há a contratação de pesquisas para medir a audiência e a conhecer mais profundamente. Nem ao menos a produção conjunta de reportagens, uniformização da linha editorial, ou ao menos da identidade sonora e vinhetas, enfim, iniciativas mínimas para tornar o programa mais atraente durante sua uma hora de duração.

Na falta de pesquisas sobre a importância do programa para as regiões distantes dos grandes centros, pode-se ressaltar apenas que nas últimas décadas os projetos de lei que o valorizavam foram propostos por parlamentares do Norte do país – a exemplo da já mencionada Perpétua Almeida, do PC do B[25] do Acre, que queria veiculá-lo na TV, e da senadora Marinor Brito, do PSOL[26] do Pará, que em 2011 propôs que *A Voz do Brasil* fosse tombada como patrimônio imaterial.

Cabe ainda lembrar que quando a AVB era produzida por Lourival Fontes - ainda sob os nomes Programa Nacional e Hora do Brasil, entre 1934 e 1942 -, na primeira Era Vargas, o sonho do diretor do DIP - anteriormente DPDC e DNP -, era ter sua própria rádio para colocar no ar 24 horas de propaganda de aspiração fascista. O projeto não convenceu nem aos setores do próprio governo. Atualmente cada Poder tem sua rádio – com exceção do Executivo, talvez, que de canal institucional propriamente conta apenas com a NBr TV – e estas rádios estatais, antigo sonho de Lourival, são o argumento contemporâneo da Abert contra à *Voz*. Já em relação ao horário de veiculação, no governo Vargas pretendia-se a princípio veiculá-lo – que surpresa! – das 21 às 22 horas, como muitas rádios de grandes centros têm feito desde a flexibilização. Mas como na época, o horário mais nobre para anúncios era das 20h30 às 21h30, foram os empresários de rádio paulistas que sugeriram o horário das 19h, argumentando ainda que o ouvinte do campo

---

[25] Partido Comunista do Brasil.
[26] Partido Socialismo e Liberdade.

já estaria na cama às oito da noite. Estas e outras informações estão na obra *O Estado contra os meios de Comunicação*, de José Inácio de Melo Souza (2003).

Podemos assim concluir que *A Voz do Brasil*, entre a queda da Ditadura Militar e os dias atuais, deixou de ser um espaço de comunicação direta entre presidente e cidadãos para se tornar um espaço de divulgação de informações sobre os três poderes. A defesa do conteúdo informativo, por sua vez, é claramente expressa nos documentos que tratam da produção dos 25 minutos dedicados ao Poder Executivo no programa, a partir da gestão de Eugênio Bucci na Radiobrás. No Governo Temer, porém, há o retorno do caráter intervencionista, o que impacta o conteúdo informativo do programa.

2.3 DIÁLOGO COM O JORNALISMO PÚBLICO

Desde o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, mudanças substantivas vêm ocorrendo na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O afastamento do diretor-presidente recém empossado, Ricardo Melo, alterações no texto de seu Estatuto, greves de trabalhadores e programa de aposentadoria incentivada são alguns fatos que corroboram com a ideia de crise defendida por diversos autores, entre profissionais da Casa e intelectuais, na obra *SOCICOM Debate: Crise na EBC* (LOPES, 2016).

Neste contexto, faz-se pertinente investigar não apenas o que está sendo alterado ou criado pelo atual governo, de Michel Temer, mas também entender o que a empresa se propunha a oferecer ao público brasileiro quando foi criada em 2007, no segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva. Mais especificamente, nos interessa compreender que tipo de jornalismo se defendeu, em 2013, no *Manual de Jornalismo da EBC: somente a verdade* (EBC,2013). Ainda que nosso estudo tenha um recorte cronológico anterior à criação da EBC e à publicação deste manual, entendemos pertinente nos pautar em tais pressupostos por eles nos indicarem de maneira mais direta quais as teorias do jornalismo dialogam melhor com o que a empresa busca se pautar. Na busca das bases teóricas – implícitas - de tal manual, ainda em vigor, chegamos às obras de Rosen (2003) e Rothberg (2011).

Ainda na gestão da primeira diretora-presidente, Teresa Cruvinel, foi reunido um grupo de trabalho com jornalistas de diversas plataformas da EBC com a finalidade de desenvolver o Manual de Jornalismo da Casa. Antonio Achilis Alves da Silva, ex-presidente da Associação Brasileira

das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC) e da Fundação TV Minas, foi convidado a coordenar e relatar o processo. O manual traz que a medida em que se dava o trabalho de elaboração do mesmo, entre os profissionais crescia a "a ambição de construção do caráter público dos veículos da EBC" (EBC, 2013, p. 12).

A ideia de que há um diferencial que marca a atuação de um meio público é reforçada neste outro trecho do prefácio da diretora de jornalismo, Nereide Beirão, que presidiu a Comissão que elaborou o documento. "Dentre as especificidades deste Manual, destaco as orientações para abordagem de diversos temas sob a perspectiva de veículo público, as estratégias para a qualidade, os canais de participação da sociedade e o empenho pelo desenvolvimento do uso de tecnologias digitais." (EBC, 2013, p. 12). De maneira que o desenvolvimento do manual teve como ponto de partida o estudo de manuais de jornalismo de empresas de comunicação pública do Brasil e de diversos países[27]. Compreendeu reuniões de profissionais da Casa, interessados no projeto, nas cidades de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro - as redações da TV Brasil, Agência Brasil e Rádios Nacional e MEC. A UNESCO foi colaboradora como sugerido no Conselho Curador da Casa e ainda houve contribuições advindas do Seminário Internacional de Mídias Públicas – Desafios e Oportunidades para o Século 21, que ocorreu 2011, na sede da EBC. Em um segundo momento, princípios e conceitos norteadores foram postados na Internet, abrindo-se um canal para participação popular. O caminho que o documento seguiu após a consulta aberta foi para a Diretoria Executiva, depois para Intranet possibilitando a consulta e participação de todos os servidores, já com as colaborações dos empregados, a minuta retornou a Diretoria Executiva e por foi encaminhada ao Conselho Curador.

Entre os documentos que pautam a obra estão: a Declaração Universal dos Direitos Humanos; o Marco Normativo do Sistema Público de Comunicação - texto da Constituição Federal de 1988; a Lei 11.652/2008 - que institui princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo poder Executivo ou outorgados a demais entidades administradas pelo mesmo e autoriza a criação da Empresa Brasil de Comunicação; o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros; a Convenção de Belém do Pará - Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulheres, e por fim, a Declaração da UNESCO sobre as Mídias.

O que constatamos é que o Manual elenca muitas das premissas comuns a quaisquer veículos que se pretendam jornalísticos e algumas

[27] Estão entre os mencionados pelo documento Inglaterra, França, Espanha, Portugal, África do Sul, Canadá, Estados Unidos, Colômbia e Equador.

que lhe são características e mais semelhantes ao que se entende por jornalismo público. A seguir destacamos o que consideramos uma definição mais genérica enunciada no manual:

> A EBC considera que jornalismo é espaço público por onde são transferidas informações relevantes, com potencial para alterar a realidade, que se sucedem no tempo e no espaço, objeto de interesse da coletividade e abrangidos pelos seus critérios de cobertura. Essas informações têm de ser transmitidas com honestidade, fidelidade, precisão e responsabilidade. (EBC, 2013, p. 21)

Além disso, é tratada a prerrogativa de isenção, imparcialidade, independência e ausência de preconceitos quando na apuração, organização, hierarquização, aferição e difusão dos fatos noticiados. Mas a preocupação com a contextualização e conteúdo analítico, características marcantes do que se defende como jornalismo público, também estão registadas no documento.

Pluralidade, diversidade e liberdade de pensamento são mencionados como direitos dos cidadãos e para tal é dada ênfase no "Regionalismo" - valor também muito caro a produção da BBC, como aponta Rothberg (2011). Tanto que o termo consta no quadro de "valores, objetivos e diretrizes" do manual, junto de "Pluralidade, Imparcialidade, Liberdade e Discernimento, Educação, Idioma, (veto ao) Proselitismo, Debate Público, Inclusão, Inovação, Participação, (rejeição à) Discriminação, Ética e Família" (EBC, 2013).

Em consonância com o que vem sendo debatido enquanto jornalismo público, o documento apresenta a prerrogativa de pautar processos educacionais e compromisso com a cultura de paz e a solidariedade.

> O conteúdo jornalístico da EBC não visa a tutelar ou direcionar a formação da opinião pública. Cumpre o dever de dar as informações necessárias para que os cidadãos formem livremente as próprias opiniões. Trata-se de um direito dos cidadãos. Na sua atividade essencial em mídia pública, o jornalismo da EBC deve abrir espaços e empenhar talentos e criatividade para realizar pautas sobre processos educativos que estimulem a solidariedade e promovam a cultura de paz e de convivência entre as diferenças. (EBC, 2013, p. 27)

Dentre estes valores, entendemos que é importante mencionar ainda quais as justificativas e pressupostos que o manual usa para abordá-

los. Na busca de firmar-se como alternativa aos modelos de coberturas "nacionais" que se focam em notícias sobre os grandes centros de poder político e econômico, o manual defende que: "o regionalismo das pautas, dos sotaques e do idioma é essencial ao jornalismo da EBC. Está nos fundamentos de seus veículos, pelo seu caráter público e pelo acolhimento à diversidade cultural do país" (EBC, 2013, p. 23).

O antipartidarismo, por sua vez, primeiramente tido como prerrogativa de imparcialidade, é abordado como postura necessária ainda quando no tratamento de notícias que abordem denúncias:

> Imparcialidade – os jornalistas, comunicadores e todos aqueles que atuam no processamento da informação que a EBC oferece ao público têm o dever de evitar o partidarismo, a pregação religiosa, o tom promocional e qualquer finalidade propagandística. A informação deve refletir a verdade dos fatos. (EBC, 2013, p. 23)

Quanto a "referenciais e procedimentos" de suas práticas jornalísticas, em seu segundo capítulo, o manual elenca o que entende como: foco "no" e "do" cidadão; compromisso com a qualidade; respeito à privacidade e à imagem pessoal; denúncias e denuncismo; e jornalismo participativo. Entre estes pressupostos, destacamos neste trabalho que, quando aborda o foco "do" cidadão, o manual traz a participação do mesmo no conteúdo produzido pela empresa. Além dos meios passíveis de serem utilizados por qualquer natureza de empresa jornalística - redes sociais, ouvidorias - existe na EBC o Conselho Curador, visto como "o ente institucionalizado para ser a representação da sociedade na EBC" (EBC, 2013, p. 28).

Destacamos, por fim, que no capítulo dedicado a "Orientações para temas e situações específicas", a empresa defende alguns compromissos que reforçariam a ideia de produzir um jornalismo com conteúdo "alternativo". Em relação a temas como Greve, Consumismo e Meio Ambiente (ibidem, p. 52), Movimentos Sociais (ibidem, p.59), Esporte (ibidem, p. 60) e Segurança Pública (ibdem, p. 62), por exemplo, é mencionado o comprometimento de tomar uma postura alternativa ao restante da mídia. O que significaria, no Esporte, por exemplo, para além de uma cobertura mais equilibrada entre esportes olímpicos e paraolímpicos, trazer à tona ainda o esporte amador:

> [...] o esporte que as pessoas praticam – é o verdadeiro esporte amador, que os veículos da EBC devem reportar, analisar e, oportunamente, transmitir, considerando-os como fatores de promoção da saúde, mobilização, integração e

> inclusão social, educação, desenvolvimento humano e lazer. Muito mais diversificada, a prática esportiva amadora expressa elementos regionais e reúne comunidades em todos os cantos do país. Geralmente, não têm patrocinadores ou contam com ajudas pontuais e locais. (EBC, 2013, p. 60)

Assim, acreditamos que na medida em que busca abordagens mais socialmente engajadas e próximas ao cidadão este manual, que embasa a produção do nosso objeto de estudo, está de acordo com que se propõe como jornalismo público. Principalmente por se posicionar de forma alternativa ao jornalismo comercial, perseguindo abordagens e angulações diversas deste tipo de mídia. Apresentando uma crítica e uma proposta de solução para a mesma, não pela sua reforma, mas através de práticas inovadoras de jornalismo com financiamento público.

2.3.1 Engajamento e financiamento público no Jornalismo

O conceito de Jornalismo Público é relativamente recente e está em crescente construção. De origem estadunidense, a expressão significou uma crítica ao jornalismo praticado pelas grandes corporações e tem como princípios básicos, entre outros, o civismo, a participação do público e o engajamento do jornalista. Quando o elencamos neste trabalho, não estamos particularmente interessados na crítica ao jornalismo comercial e sim nas soluções e alternativas elencadas. Porque são estas alternativas que dialogam com os fundamentos encontrados da nossa análise do Manual da EBC (2013).

O conteúdo jornalístico da EBC se encaixaria nessas características pelo que consta no manual da empresa, anunciando a pretensão de não reproduzir as práticas da mídia comercial, em se como uma proposta alternativa:

> Ao se constituir em alternativa para o cidadão, dedica atenção aos fatos habitualmente ausentes na mídia. Quanto aos fatos de cobertura comum aos veículos privados e estatais, a EBC procura acrescentar enfoques diferenciados e/ ou complementares. (EBC, 2013, p. 27)

Assim, acreditamos que o conceito Jornalismo público em nosso trabalho também deve agregar os pressupostos que a Empresa Brasil de Comunicação anuncia em seu manual, ainda que o mesmo não se

denomine como de Jornalismo Público, pois defendemos que ele se enquadra na acepção brasileira do termo.

Para afirmá-lo, apresentamos um breve histórico do conceito, a partir da pesquisa do professor Luiz Martins da Silva, da Universidade de Brasília (UNB), que se dedicou a estudar práticas de Jornalismo Público em nosso país através dos pressupostos de intelectuais dos Estados Unidos. Mas, principalmente, tomamos como base a obra do pesquisador Danilo Rothberg, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que pesquisou o jornalismo da BBC de Londres, entendendo o Jornalismo Público também como aquele produzido pelas empresas geridas diretamente pelo financiamento público, bem como por aquelas que exploram as concessões públicas de radiodifusão.

O conceito de Jornalismo Público, defendido por um movimento de profissionais e intelectuais críticos ao jornalismo comercial, vem sendo desenvolvido há cerca de três décadas nos Estados Unidos, sendo principalmente marcado pela experiência do jornalista David Merritt, no periódico *Wichita Eagle*, da cidade de Wichita, Kansas. O termo foi cunhado num momento de crise do jornalismo, marcadamente com uma postura crítica às eleições estadunidenses de 1988, onde a cobertura teria se pautado pelos ataques e contra-ataques entre candidatos e não pelos temas prioritários para a população.

O pesquisador Mário Mesquita (2003) indica como fatores que desencadearam o movimento: as teorias de “comunitarismo”; a crítica ao ceticismo sistemático do jornalismo em relação a política e os políticos; a crise de credibilidade da imprensa, e os estudos de opinião. Corroborando com esta afirmação, o professor e jornalista Luiz Martins da Silva, pontua:

> Entre outros fatores que contribuíram para o seu surgimento, estava o declínio da leitura de jornais, mas os seus objetivos principais não estavam relacionados a problemas econômicos, mas sociais e comunitários, entre outros, a necessidade de motivar os norte-americanos para o voto, que para eles é facultativo. (SILVA, 2002)

A crítica de autores como Jay Rosen e David Merritt seria a de que o jornalista, pelo ideal de objetividade, teria recorrido a um afastamento excessivo do cidadão, sendo o Jornalismo Público uma alternativa engajada na reconexão do jornalismo com o cidadão e seus interesses.

Sobre objetividade, Rosen (2003b) defende que ela pode ser entendida de cinco formas. O contrato entre jornalistas e entidades patronais seria uma delas, os editores dão aos jornalistas o direito de relatar as notícias de forma independente e, em troca, jornalistas se

comprometem a não introduzir nas matérias suas opiniões políticas. Neste contrato, que o autor denuncia estar falhando, o jornalista ganharia independência abrindo mão da sua voz.

Uma segunda maneira de entender a objetividade, para Rosen (idem), é enquanto uma teoria de como chegar à verdade. Nesta perspectiva que o autor nomeia de "epistemologia dos jornalistas americanos" defende-se que: "se se separarem os fatos dos valores, ou a informação da opinião, ou as notícias dos pontos de vista, conseguir-se-á saber a verdade. Estas separações são a essência da imagem que o jornalismo americano tem de si mesmo" (ROSEN, 2003b, p. 76). Essa epistemologia estaria esgotada por ter sido desacreditada pelas ciências humanas e sociais durante todo o século passado. Ainda que muito presente no jornalismo, esta visão de objetividade vem dando lugar a noção de "equidade".

A ideia de equidade estaria, por sua vez, presente na noção de objetividade enquanto um conjunto de rotinas e procedimentos profissionais. Como exemplo estaria a prática de citar os dois lados de um conflito em uma matéria jornalística. Para Rosen (ibdem), em casos extremos, isto poderia também ser um recurso usado pelo jornalista para não se responsabilizar pela verdade.

A quarta noção elencada pelo autor seria a da objetividade enquanto uma técnica de persuasão, uma estratégia retórica de convencimento. Por fim, a objetividade poderia ser encarada ainda como "um ideal muito nobre e necessário numa democracia" (ROSEN, 2003b, p. 79). De maneira que a busca desinteressada pela verdade se faz importante para que as pessoas possam concordar em algumas questões e discordar de forma construtiva em outras. Sem desconsiderar a importância desta última noção de objetividade para a prática jornalística, Rosen propõe uma definição alternativa.

> A nova definição está a sair das experiências que estamos a ver no universo jornalístico em Charlotte, Wichita e Columbus, Georgia. Segundo a velha teoria, a objetividade advém da imparcialidade e da distância. É-se credível porque não se está envolvido. Não se está interessado, não se tem benefícios diretos. Segundo a nova teoria da objetividade, a credibilidade é alcançada porque se está preocupado, porque se está interessado, porque se se importa com o que se passa na comunidade. E ganha-se credibilidade na comunidade porque se demonstra que tem benefícios caso, por exemplo, a comunidade enfrente seus problemas em vez de fugir ou se esconder. (ROSEN, 2003b, p. 83)

Entre as experiências destacadas por Rosen na afirmação de uma nova noção de objetividade jornalística, está a do jornal *Wichita Eagle*, que em 1990, lançou o *Voter Project*. Através de sondagens utilizando a técnica de grupos focais, o jornal, em consórcio com uma estação de rádio e um operador de TV, identificou quais eram as questões principais que preocupavam os cidadãos. A partir destas questões passou-se a orientar a cobertura da campanha eleitoral, buscando minimizar ataques e contra-ataques de candidatos. Em vez disso, publicou-se artigos aprofundados sobre os temas elencados pelos cidadãos bem como a posição de cada candidato sobre os mesmos. Já em 1992, com o *People Project: Solving It Ourselves,* o mesmo periódico propôs que a população também participasse da proposição de soluções para os problemas da comunidade. Além de identificar os problemas, buscou-se reportar os valores fundamentais das posições em conflito e listar as organizações e instituições envolvidas nestes problemas. O diálogo entre cidadãos e representantes de instituições envolvidas foi incentivado através de "intercâmbios de ideias" promovidos pelo jornal.

Estes projetos e o do também mencionado *Charlotte Observer*, são intimamente ligados com o tema das eleições e com a editoria de política de forma geral, ao que nos parece ser este o foco do movimento do jornalismo público nos Estados Unidos, onde surgiu. As bases filosóficas deste movimento, como enuncia Rosen (2003), estão na noção de democracia de John Dewey e de esfera pública de Jürgen Habermas.

Traquina (2003) explica, no artigo "Jornalismo cívico: reforma ou revolução", que este movimento por mudanças no jornalismo comercial, na década de 1990, ficou conhecido por diferentes nomes: jornalismo comunitário (CRAIG, 1995); jornalismo de serviço público (SHEPARD, 1994); jornalismo público (ROSEN, 2003a; MERRITT, 1997); jornalismo cívico (LAMBETH; CRAIG, 1995). O pesquisador lusitano, por sua vez, escolheu por designar "Jornalismo cívico" o livro que organizou junto a Mário Mesquita com textos de Jay Rosen e outros autores que também utilizam a designação de "jornalismo público".

Na América Latina, a professora Ana Maria Miralles Castellanos (1998), da Universidade Pontifícia Bolivariana, da Colômbia, coaduna com a acepção estadunidense do termo e a justifica também utilizando do conceito de esfera pública de Habermas. Para ela, o jornalismo informativo pressupõe uma esfera pública constituída, sendo que o jornalismo público deve ser aquele que trabalha de forma engajada para a construção da esfera pública.

Nestas acepções, jornalismo público seria sinônimo de jornalismo cívico e jornalismo comunitário. No Brasil, o conceito não

teria sido reivindicado em manuais ou projetos de empresas jornalísticas. A TV Cultura foi a única a utilizá-lo em manual interno.

> De maneira geral, os meios de comunicação de massa brasileiros não se declaram praticantes do jornalismo público, o que revela, senão desconhecimento dessa categoria como um campo específico, pelo menos a inexistência de algo programático, que faça parte de suas políticas editoriais. Uma exceção ocorre por conta da TV Cultura, de São Paulo, que chega a fazer uma distinção entre o jornalismo público e o jornalismo comunitário. (SILVA, 2006, p.14)

Como distinção entre jornalismo público e comunitário, o diretor de jornalismo da emissora, na época, Marco Antônio Coelho Filho, elencava que "jornalismo comunitário mostra o problema e cobra soluções, o jornalismo público mostra como os problemas podem ser tratados pelas políticas públicas" (FILHO apud SILVA, 2006, p.14). Sendo esse mais abrangente pois evidencia o papel do Estado nessas soluções e os serviços por ele realizados como direitos dos cidadãos.

O professor Luiz Martins da Silva, identificou, ainda, em artigo apresentado ao Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de 2002 – publicado posteriormente na obra Jornalismo Público (SILVA, 2006) – algumas categorias de Jornalismo Público no Brasil. Jornalismo público de patrocínio, seria uma delas, como exemplo a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) que incentiva a produção jornalística engajada em assuntos sociais. O Jornalismo de Campanha, por sua vez, refere-se a campanhas educativas não patrocinadas encabeçadas por empresas jornalísticas, como exemplos, destaca as campanhas "Paz no trânsito", "Eu quero paz" e "Preserve Brasília", do Correio Brasiliense. O Jornalismo público institucional seria aquele exemplificado pelo "Guia de Boa Educação Corporativa" publicado anualmente pela Editora Abril. Por fim, o Jornalismo público promocional seria o jornalismo com fins sociais incentivado por prêmios como o Prêmio Ayrton Senna.

O pesquisador Danilo Rothberg, por sua vez, aborda o conceito de jornalismo público por outro viés. Ainda que corrobore com o movimento do jornalismo cívico na ideia de que a prática do jornalismo público não é necessariamente incompatível com a busca do lucro, Rothberg centra seu olhar para o jornalismo produzido através de financiamento público e a partir da exploração de concessões de radiodifusão. Esta é a ideia central de seu livro *Jornalismo Público: informação, cidadania e televisão* (ROTHBERG, 2011), onde estão

publicados os resultados de seu trabalho de pós-doutoramento sobre o telejornalismo da BBC, realizado na Open University, na Inglaterra.

Na obra, o autor faz um estudo de caso utilizando reportagens telejornalísticas da BBC, a proposta é verificar se elas cumprem a missão proposta pela empresa. Para isso ele discute temas como interesse público, mercado e comunicação – título do primeiro capítulo –; jornalismo e pluralidade – no capítulo terceiro –, e traz ainda uma revisão do conceito de jornalismo público em sua acepção estadunidense.

A comparação com o jornalismo da BBC nos é cara neste trabalho pois ela representa uma experiência sólida e longeva para analisar a produção da EBC, que será nosso foco futuro de estudos. Nos propomos a fazê-lo, no entanto, sem desconsiderar as singularidades de cada sistema.

A BBC foi criada em 1922, vindo a ser gerida com financiamento público a partir de 1927. Até 1955, quando nasceu a ITV (Independent Television), monopolizou a oferta de mídia eletrônica no Reino Unido, com emissoras de rádio e TV. Sendo que o mercado comercial de rádio só foi aberto em 1972.

> A ocupação do espectro analógico de televisão do Reino Unido foi, enfim, concluída em 1997, com a chegada do Channel Five, somando-se aos canais BBC 1, BBC 2, ITV 1 e Channel 4. BBC 1 e BBC 2 são emissoras públicas (mantidas com recursos da licença anual). ITV 1, Channel 4 e Channel 5 estão autorizados a operar comercialmente, ainda que sobre regras com o objetivo de fazer que atendam a princípios do interesse coletivo, uma vez que recebem subsídios públicos para cumprir seu papel como integrantes do sistema, respeitando critérios ligados à qualidade e à regionalização da programação. Os subsídios chegam a 430 milhões de libras, quantia correspondente ao valor que esses canais deixaram de pagar pela licença de uso do limitado espectro eletromagnético. (ROTHBERG, 2011, p. 46)

Quando se refere à integração dos canais ao "sistema", o autor quer dizer o *Public Service Broadcasting* (PSB). Outras emissoras foram criadas posteriormente, mas já utilizando de concessões do sinal digital. Sem a intenção de apontar quais os canais compõem o sistema, mencionamos a trajetória de instituição de algumas emissoras para apontar que, diferentemente do Brasil, há no Reino Unido a convicção de que não apenas o serviço público de comunicação deve produzir conteúdo

de qualidade e com foco estrito no interesse público, mas também os canais privados por explorarem concessões públicas.

Para regular a qualidade da programação dos canais do PSB, bem como avaliar a adequação do subsídio cobrado dos cidadãos para o financiamento das emissoras públicas, foi instituído, em 2003, o *Office of Communications* (Ofcom). O órgão tem suas funções definidas por lei, mas é composto por especialistas que devem agir de forma independente do governo.

> O Ofcom emite boletins quinzenais com listas das reclamações recebidas de telespectadores, organizações etc. e informações sobre os procedimentos de apuração de responsabilidades. Se julgadas procedentes pelo órgão, as queixas são apuradas detalhadamente. (ROTHBERG, 2011, p. 48)

Mais especificamente sobre o jornalismo da BBC, quando propõe seu estudo de caso, Rothberg o faz a partir da noção de pluralidade, considerando *framing* ou enquandramento, enquanto perspectiva teórica. O autor menciona estudos que relacionam o acesso a notícias abrangentes ao engajamento do público. O baixo comparecimento de eleitores nas urnas, por exemplo, em países onde o voto não é obrigatório, é apontado por estudiosos também como consequência do jornalismo de enquadramentos de jogo, estratégico e episódico.

Para analisar as reportagens da BBC, Rothberg também elenca algumas teorias da notícia e da imprensa a partir de Schudson (2000). Sobre o ideal de objetividade, pontua três perspectivas elencadas pelo autor. A primeira delas defende que por serem empresas capitalistas, os meios de comunicação tendem a defender os interesses das elites. Esta perspectiva é tomada com cautela visto que essa relação não se dá de forma tão automática e excludente de reações contra-hegemônicas. A segunda perspectiva seria a de que as notícias são como são conforme a conduta dos profissionais de jornalismo e suas fontes. A terceira perspectiva se baseia nos Estudos Culturais, a partir do pressuposto de que fatores culturais seja do profissional do jornalismo, seja da sociedade que lhe cerca, influenciam a produção das notícias de maneira que grupos minoritários sejam costumeiramente esteriotipados.

O equilíbrio é outro valor importante para Rothberg. No que tange à cobertura política, ele critica o que Blumler e Gurevitch (1995) chamaram de “modelo adversarial”, que marcaria a relação entre políticos e jornalistas. Sem desconsiderar a importância de apurar as informações

trazidas por fontes políticas e vigiar a atuação dos agentes públicos, o autor defende que o excesso deste tipo de postura pode levar a deliberada apatia e desinteresse político. Esta seria uma postura que não abrange "uma visão apurada sobre problemas e dificuldades inerentes ao desenvolvimento das políticas públicas, nem sugere que possa ser conveniente dar o devido reconhecimento aos acertos, se e quando eles ocorrem" (ROTHBERG, 2011, p.76). Mas se a exaltação de aliados políticos não é uma característica da mídia comercial, seu apoio aos mesmos, pondera o autor, ocorre quando é dada menos atenção a seus erros e aos críticos.

Neste contexto, o jornalismo da BBC, que não depende de anunciantes e interesses comerciais e tem a pluralidade em seus princípios bem como a avaliação constante de suas produções, pelo público e por especialistas, teria mais recursos para produzir jornalismo com objetividade e garantia da pluralidade.

Além disso, o autor defende que a teoria liberal acerca da objetividade, segundo a qual ela estaria garantida pelas empresas jornalísticas sem a intervenção do Estado, foi elaborada antes da concentração dos meios e do advento da radiodifusão. Ao contrário de um jornal impresso, o radiojornalismo e o telejornalismo fazem uso de um bem público – o espectro eletromagnético – o que reforça a premissa de que atuem com vistas ao interesse público.

Após esta discussão teórica, a conclusão do autor, sobre seu estudo de caso do telejornalismo da BBC, é a de que a empresa realiza na prática o jornalismo plural e equilibrado a que se propõe, de forma engajada e com foco na cidadania, podendo assim ser considerado como jornalismo público. Ainda que o termo pareça redundante, Rothberg salienta que nem todo jornalismo é público, uma vez que a prática de muitos meios impõe um distanciamento entre o jornalismo e os interesses do público ao qual ele se dirige. O que não impediria, porém, a mídia comercial, tais quais as inciativas estadunidenses já mencionadas, de realizá-lo. Entretanto, ele reconhece também que o jornalismo público está a ser praticado no âmbito do sistema público (emissoras financiadas diretamente por recursos públicos ou que exploram concessões) quando e se forem adotas pluralidade e equilíbrio como valores editoriais.

Para este estudo, sistematizamos e refletimos sobre o conceito de Jornalismo Público através das obras de Luiz Martins Silva (2006) e Danilo Rothberg (2011). Silva o apresenta a partir do movimento crítico estadunidense, dos anos 1990, encabeçado por autores como Jay Rosen e David Merrit. Sem ignorar esta perspectiva, Rothberg também expõe o

caso da BBC de Londres como o jornalismo público praticado com financiamento público e através de concessões de radiodifusão.

A análise do *Manual de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação* (EBC, 2013) nos permitiu identificar suficientes congruências entre os pressupostos e práticas que se defendem no documento e as noções de Jornalismo Público, aqui evidenciadas e sistematizadas. Além de contar com esta natureza de financiamento, apresenta ainda como seus valores a busca de conteúdo plural, isento, analítico e acima de tudo com foco no cidadão e na promoção do civismo. Ou seja, o manual da EBC, ao defender seu engajamento com o cidadão e a promoção da cidadania – buscando pautas e angulações alternativas – expõe uma crítica ao jornalismo comercial e se propõe a suprir possíveis lacunas do mesmo, sendo o jornalismo da Casa uma proposta complementar.

A premissa de trazer conteúdo analítico e contextualizado, a importância de valorizar regionalismos em detrimento da cultura globalizada, a intenção de pautar processos educacionais e o compromisso com a paz são algumas características do jornalismo da EBC que corroboram com a preceitos do Jornalismo Público. A ruptura com padrões comerciais fica nítida quando o jornalismo esportivo se propõe a tratar do futebol amador, amplamente praticado no país, mas sem o apelo do vultuoso número de anunciantes que patrocinam futebol profissional.

Mas principalmente, o jornalismo da EBC se adequa a ambas as acepções de jornalismo público aqui elencadas quando traz como “referenciais e procedimentos” a busca do jornalismo participativo, quando se propõe a fazer um jornalismo com foco “no” e “do” cidadão, garantindo esta participação através de redes sociais e ouvidorias e, principalmente, do Conselho Curador, ente representativo da sociedade institucionalizado na EBC.

***

Neste capítulo nos dedicamos a pontuar marcos de rupturas e permanências na trajetória histórica de *A Voz do Brasil*, desde a sua criação em 1935 até os dias atuais, buscando destaques, com foco especialmente no período de redemocratização do país, para investigação maior acerca da natureza jornalística do programa. A legislação brasileira de radiodifusão e as pesquisas de Lilian Perosa (1995), Lia Calabre (2006) e a obra autobiográfica de Eugênio Bucci (2008) foram algumas das nossas principais referências nesta pesquisa documental, que proporcionou revisão e sistematização histórica acerca do tema.

As influências nazi-fascistas na criação de *A Voz do Brasil* (PEROSA, 1995), sobretudo no modelo propagandístico, parecem ressoar ainda na sua versão contemporânea. Se Bucci (2008) defendia que o programa deveria trazer também as notícias negativas, essa ideia parece ter sido completamente abandonada pelo governo Temer. Atualmente o programa não apenas divulga ações governamentais, mas também defende projetos do governo ainda em trâmite no Congresso – como caso da Reforma da Previdência. De maneira que a principal permanência entre o programa atual e o da década de 1935 é o excessivo intervencionismo dos governos na produção do programa. Não se pode negar, contudo, que a partir do fim da Ditadura Militar, e mais fortemente quando se deu a reabertura política após 1985, houve uma busca e valorização gradual do conteúdo informativo. Esta tendência veio se consolidando com a criação de um espaço alternativo para o diálogo direto do presidente com a população – o *Conversas ao pé do Rádio,* posteriormente chamado *Café com o presidente*.

Quando houve a reformulação do programa na gestão de Bucci na Radiobrás e a instituição do sistema público de comunicação, com a criação da EBC, a defesa do conteúdo jornalístico em *A Voz do Brasi*l fica evidente em documentos oficiais. Neste caminho, a concessão de espaço no programa para o Poder Legislativo, e 1946, e para o Poder Judiciário e Tribunal de Contas da União, em 1996, fez com *que A Voz do Brasil*, que na sua criação era toda dedicada ao poder Executivo e à figura do presidente, passasse noticiar informações sobre os três poderes. Assim, os três poderes contam hoje com um canal de comunicação diário com a população através da própria radiodifusão comercial, entre às 19 e 22 horas, na transmissão em cadeia obrigatória de *A Voz do Brasil.*

3 ANÁLISE DO CONTEÚDO JORNALISTICO EM MOMENTOS DE CRISE

A trajetória da adoção de linguagem e formatos radiojornalísticos em *A Voz do Brasil*, tema sobre o qual discorremos nos capítulos anteriores, não raramente foi vista com suspeita e desacreditada em diversos trabalhos (BARROS, 2015; SILVA, SANTOS, 2008; FRANCO, FERNANDES, 2014). Partimos do pressuposto, no entanto, de que as diversas reformas editoriais, que transcorreram entre 1985 e 2017, possibilitaram sim que o programa desenvolvesse conteúdos que podemos considerar como radiojornalísticos, visto o reconhecimento que o trabalho de profissionais da AVB chegaram a conquistar. Como a já mencionada Carolina Pimentel, ganhadora do prêmio Prêmio Especial Categoria Extra-Regional, de mídia eletrônica, concedido pelo Banco do Nordeste. O que nos instiga a realizar esta pesquisa é o que Benetti Machado e Moreira (2005) apontam como um desafio para o jornalista público, dar notícias negativas sobre os órgãos em que trabalham.

Assim, buscamos analisar a cobertura - ou não - de *A Voz do Brasil* de pautas que geraram crise política para os governos de turno. Através da revista *Veja*, semanal da Editora Abril, de abrangência nacional, buscamos detectar as datas em que grandes escândalos de corrupção ou outros fatos geradores de crise foram noticiados. As capas da revista nos permitiram assim localizar em que semanas ou meses determinados assuntos foram mais noticiados, de maneira que uma segunda pesquisa, agora nas capas dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, nos permitiu refinar a busca para localizar os dias exatamente em que determinados assuntos vieram à tona na imprensa nacional.

A partir destas referências cronológicas, solicitamos então um total de 103 áudios à Central de Pesquisa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a fim de localizar o noticiamento ou não das pautas selecionadas. A lista completa das datas e das pautas encontra-se entre os Apêndices. Tomamos o cuidado de buscar datas em que não apenas possíveis denúncias tenham vindo à tona, mas também aquelas em que o governo sofreu um impacto mais direto com as mesmas, seja com prestação de depoimentos de membros do governo, demissões, e no caso excepcional de Fernando Collor e Dilma Rousseff, elegemos o processo de *impeachment.*

Uma vez feita a escuta geral dos áudios e seleção das reportagens analisadas, empenhamo-nos em sua transcrição. Em algumas edições, optamos por transcrever as matérias analisadas e ainda descrever a edição a partir das retrancas das reportagens e do formato do programa, de tal

maneira foi possível observar características mais gerais, sobre as quais já dissertamos no capítulo anterior.

Em Anexos, é possível encontrar a transcrição das reportagens analisadas e, em algumas datas, uma descrição das edições como um todo. Alguns casos fugiram a esta regra, por exemplo nas edições analisadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). Como o programa não reportou as investigações sobre denúncias de corrupção nos leilões de privatização e nem outras pautas negativas ao governo, não transcrevemos nenhuma reportagem, no entanto, apresentamos uma descrição completa de todas as cinco edições, a partir da retranca de cada matéria.

Já nas edições dos governos Dilma Rousseff (2011 a 2016) e Michel Temer (2016 a 2018), não foi preciso realizar o trabalho de transcrição e descrição, uma vez que o roteiro dos programas a partir de 2009 está disponível no site da EBC. Nossos anexos então são compostos das transcrições das reportagens analisadas, bem como descrição de cerca de duas edições por Governo; das tabelas que elaboramos para a análise - com as sete categorias elencadas, e das capas dos jornais que foram parâmetro do valor-notícia do programa em relação a pautas que representam crise política.

Em nossa análise, buscamos não ser taxativos em relação ao critério que nos levou a cada edição. Por exemplo, no governo de José Sarney (1985 a 1990) buscamos, sobretudo, reportagens acerca do caso de corrupção na BR Distribuidora, mas quando percebemos que o programa trouxe pautas negativas para o governo e que repercutiram na imprensa - aumento no preço de produtos, reajuste de 60% para o funcionalismo público, rumores sobre o Pacto Social e o Plano de Verão – optamos por incluir tais reportagens em nossa análise. Então é recorrente que analisemos também outras sortes de notícias negativas, em outro exemplo, a reativação da usina de Angra I durante o governo de Itamar Franco (1992 a 1994).

Por outro lado, quando não encontramos reportagens sobre as pautas selecionadas ou quaisquer pautas negativas, optamos por analisar esta situação através da categoria “omissão”. Como já mencionado, esta omissão foi deliberada quando buscamos notícias acerca das investigações sobre fraudes nos leilões de privatização, durante o Governo FHC, e em certa medida no Governo Temer, quando o vazamento da gravação de conversa entre o presidente e o empresário Joesley Batista. Neste último caso, o programa noticia o tema no dia seguinte à sua ocorrência, ou seja, sem atualidade, e o caso é abordado apenas no pronunciamento de Temer, sem que uma reportagem sobre o fato. Em ambos os casos, enquanto os jornais divulgaram que denúncias

eram investigadas contra o governo e seus membros, o programa omitiu-se optando por pautas positivas.

Assim discorremos sobre nossa análise a seguir, percorrendo cada categoria entre as sete elencadas – valor-notícia; enlace; atualidade; linguagem jornalística; pluralidade das fontes; apuração e estratégias de edição - e tratando dos casos em que entendemos que o programa não teve como valor-notícia as pautas que selecionamos com a categoria "omissão".

3.1 VALOR-NOTÍCIA

Quanto ao Governo Sarney, selecionamos as edições a serem analisadas de maneira a detectar a cobertura ou não do caso de corrupção na BR Distribuidora. Uma vez em posse dos áudios solicitados, ao fazermos nossa escuta e seleção de reportagens para análise, entendemos que outras notícias do programa também mereciam destaque uma vez que também eram negativas para o Governo e por seguirem o mesmo valor-notícia da *Folha* e do *Estado de São Paulo*. Por exemplo, no dia 15 de dezembro de 1988, nem o programa nem as capas dos periódicos que selecionamos a título de comparação, elencaram notícias sobre o caso BR Distribuidora. No entanto, o programa e os periódicos trataram do Pacto Nacional. Além disso, duas pautas do programa foram capa dos jornais no dia seguinte. São elas o aumento da tarifa das passagens aéreas, entre outros produtos, e o reajuste salarial de 60% para o funcionalismo público, que o presidente havia enviado para aprovação do Congresso.

No dia 16 de dezembro de 1988, o caso BR Distribuidora vem à tona, no entanto, enquanto as capas de jornal estampam a demissão de funcionário investigado, o programa trata apenas a transferência do general que na ocasião presidia a BR, omite-se assim a demissão do funcionário. Já o Plano de Verão – noticiado em ambos os jornais neste dia - é mencionado em *A Voz do Brasil* para ser desmentido.

No dia 19 de dezembro, do mesmo ano, noticia-se a saída do presidente da Petrobrás, mas mais uma vez o programa não relaciona tal questão com a investigação de corrupção na estatal, pelo contrário, esmera-se em tratar o caso como coincidência. Em 20 de dezembro, reporta-se o pedido de demissão do ministro de Minas e Energia – o que estamparia as capas de jornais no dia seguinte -, mais uma vez, não se relaciona este fato ao caso em investigação.

No dia 21 de dezembro, o programa traz o nome do novo ministro da pasta de Minas e Energia e noticia ainda que o dossiê decorrente de sindicância interna na BR Distribuidora havia sido entregue à Polícia Federal. Percebe-se assim que há relativa congruência entre os critérios

de noticiabilidade do programa e em relação à *Folha de São Paulo* e ao *Estado de São Paulo*, quanto ao caso BR Distribuidora e ainda sobre o Plano Verão e o aumento de tarifas e salários. Mas como melhor discorreremos ao falarmos da categoria "apuração", a angulação, a escolha das fontes e até a omissão determinadas informações que estamparam capas, são alguns diferenciais. Sobre o caso BR Distribuidora, a reportagem mais longa, entre os dias analisados, foi a do dia 21 de dezembro de cerca de 4 minutos. Das quatro edições em que o tema foi noticiado, em três delas as reportagens foram anunciadas nas chamadas, e sempre que o fato foi notícia, foi destacado em reportagens com sonora.

Quanto ao Governo Collor, buscamos analisar seus cinco últimos dias de Governo, com foco nas reportagens que tangenciassem de alguma forma o processo de impeachment. Do dia 28 de setembro ao 2 de outubro de 1992, as chamadas do programa trouxeram esse assunto. A congruência com os jornais é grande no sentido de ambos se dedicarem a notícias com angulação no processo contra Collor e nas articulações do novo governo, o do vice Itamar Franco. A agenda de Itamar é acompanhada pelo programa tanto quanto a do presidente Collor em seus últimos dias - o que não se repete na cobertura de *A Voz do Brasil* no Governo Dilma, como mostraremos mais adiante.

No dia 28 de setembro, por exemplo, véspera da votação do impeachment na Câmara, o programa destacava o otimismo do governo na votação e também reportava a visita de governadores e do líder do PMDB ao vice Itamar Franco. No dia seguinte, com o impeachment já aprovado na Câmara, o programa anuncia a derrota de Collor e dá a chamada para um pronunciamento dele à nação, que não chega a ocorrer. Quanto à Itamar, aborda-se a expectativa em relação ao seu possível governo – ainda havia a votação no Senado, marcada para o dia 30 de setembro. Desta forma a edição mantém-se congruente com os jornais do dia que também destacam ambos aspectos.

Na sexta-feira, 30 de setembro de 1992, o impeachment passou pelo Senado e foi aprovado. Enquanto os jornais estampam a queda histórica de Collor, no primeiro impeachment da nossa República, o programa aborda a posse de Itamar e o destino de Collor. Além disso, há uma reportagem sobre o depoimento de membros do governo - envolvidos na investigação contra Paulo Cézar Farias - na Polícia Federal. Entre 30 de setembro e 2 de outubro, o tema fica mais presente no programa, merecendo entre quatro e cinco reportagens que abordam em aspectos gerais: a saída de Collor, o governo Itamar e o ritual burocrático do processo de impeachment. Esta é uma das coberturas em que

entendemos haver mais congruência entre os critérios do programa e da imprensa comercial.

No Governo de Itamar Franco, o caso da CPI do Orçamento e as reformas ministeriais foram destaque entre as notícias que geraram crise política. Da edição de 12 de maio de 1993, foi notícia o depoimento do ministro Eliseu Resende no Senado, a respeito de empréstimos ao governo peruano. A notícia estava entre as chamadas do dia, e ocupou cerca de 4 minutos do programa – na época, com meia hora de edição - com reportagem ao vivo. No dia 17 do mesmo mês, é destaque nas chamadas a posição de Itamar em relação a uma entrevista do então líder do PSDB na Câmara, José Serra, que criticou o presidente e suas decisões sobre o corpo ministerial. No dia seguinte, o ministro Henrique Hargreaves pede trégua aos jornalistas devido a especulações sobre intrigas entre ministros, no mesmo em dia em a *Folha* publica a manchete "Cúpula do PSDB passa a criticar o governo" (FOLHA, 1993, p. 1).

Já no mês de dezembro daquele mesmo ano – 1993 -, o programa passa a cobrir a CPI do Orçamento. No dia 21, noticia-se o caso duas vezes, com reportagem sobre o depoimento do deputado Messias Góes (PFL) e sobre o esquema do deputado João Alves (PPR). As siglas dos deputados não são mencionadas, de maneira que não fica evidente a relação da base aliada do governo - no caso do PFL - com o esquema. Mas neste dia o critério de noticiabilidade do programa se afina com a capa dos periódicos na reportagem sobre a posse da ministra dos Transportes, que acaba dando informações mais amplas sobre a reforma ministerial e sobre a recusa da empresária Cosette Alves, que assumiria ministério.

No dia 23 de dezembro o programa destaca o depoimento do deputado Ibsen Pinheiro na CPI do Orçamento, com chamada para a reportagem. Mais uma vez não há menção à legenda, neste caso, do mesmo partido do presidente. Por fim, também se noticia o conflito entre Itamar e Orestes Quércia, que era investigado por sua evolução patrimonial. Há uma troca de críticas entre Quércia e Itamar - na época muito questionado pela escolha do corpo ministerial - e o programa se dedica a reportar a tentativa de Quércia de marcar uma audiência com o presidente para lhe prestar explicações. Destas cinco edições, destacamos que tanto no caso de José Serra quanto no caso de Orestes Quércia o critério de noticiabilidade foi de grande personalismo. As reportagens em si eram pouco inteligíveis para quem não estava a par dos conflitos, salienta-se a opinião do presidente que se defende de críticas que não ficam claras para o ouvinte.

No Governo Lula, buscamos selecionar a cobertura do caso do Mensalão. No entanto, nos áudios selecionados há um maior destaque

para o que veio a ser a CPI dos Correios, que é um caso anterior e que também conta com envolvimento do presidente do PTB à época Roberto Jefferson - quem denunciou o caso do Mensalão. Então acabamos assim por destacar mais a cobertura da CPI dos Correios, sem nos furtar da edição do programa correspondente ao dia em que o Mensalão foi capa da Folha de São Paulo. Em 1º de junho de 2005, noticia-se manifestação dos funcionários dos Correios indignados com a descoberta de casos de corrupção na empresa, em uma reportagem de pouco mais de um minuto e sem presença nas chamadas. Já no dia 3 de junho, do mesmo ano, o caso dos Correios volta à tona, mas em uma reportagem que tem como angulação a realização do 4º Fórum Global contra a Corrupção. No dia 6 de junho, quando o caso do Mensalão é capa da *Folha*, o programa traz na chamada a opinião no ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, que nega as denúncias. Mas no seguimento da reportagem, são explicitadas as acusações publicadas pelo jornal, o que não é tão usual em nossa análise. Nos exemplos recém mencionados das críticas entre Itamar Franco e José Serra ou Orestes Quércia, as críticas sofridas pelo presidente não são explicitadas, apenas o contra-argumento. Já no caso BR Distribuidora, algumas demissões não são mencionadas mesmo quando o programa reportou desdobramentos da investigação.

No dia 7 de junho de 2005, a demissão da diretoria dos Correios é destaque nas chamadas de abertura. Bem como o Fórum Mundial de Combate à Corrupção. É interessante notar que por mais que a data do evento deva ter fatalmente coincidido com as denúncias envolvendo o governo, o programa por duas vezes utiliza dele como angulação para as reportagens sobre as investigações, o que pode passar a impressão de que o governo está agindo para combater o problema. No dia 16 de junho do mesmo ano, José Dirceu pede demissão do cargo de ministro da Casa Civil. Na ocasião, o programa relaciona o fato com o depoimento de um agente da ABIN sobre a investigação do caso de corrupção dos Correios. Já a *Folha* relaciona a queda de Dirceu ao Mensalão. A demissão de Dirceu foi destacada como a principal notícia do dia no programa.

No Governo Dilma, buscamos, a exemplo do Governo Collor, analisar a cobertura do processo de impeachment na eminência de seu afastamento. Frisamos que há singularidades que diferem os processos sofridos por Collor e por Dilma. Por exemplo, no caso Collor em uma só semana as duas casas legislativas votaram a aprovação do processo. Já no impeachment de Dilma, a Câmara votou pela abertura em abril e o Senado só se reuniu em maio para votar a questão. Então, em seus últimos cinco dias de Governo, já se sabia que a votação ia para o Senado. Algo que é recorrente nas edições que analisamos - entre 5 e 11 de maio de 2016 - é que o tema do impeachment vem à tona durante reportagens sobre outros

temas, notadamente em reportagens sobre inaugurações em que a presidenta acaba discursando sobre sua situação. Também teve valor-notícia para o programa as entrevistas que a presidenta concedeu sobre o tema para a mídia estrangeira. Isto ocorre por exemplo no dia 5 de maio, quando se noticia a inauguração de Belo Monte e a entrevista que Dilma concedeu à BBC. No dia seguinte - 6 de maio - é mencionado o teor da entrevista de Dilma à venezuelana Telesur. Em nenhuma das edições a agenda de Temer ou seu governo tiveram valor-notícia, nem mesmo seu nome fora mencionado no programa. Assim como no Governo Collor, houve algumas reportagens dedicadas a parte burocrática do processo do impeachment.

3.2 ENLACE

Com esta categoria buscamos entender se e como informações de outros meios são mencionados no programa. Inspiradas no trabalho de Santos (2015), interessa-nos investigar se ao reportar fatos geradores de crise política o programa menciona informações da mídia para confrontá-las - de modo a se aproximar da propaganda tática - ou se para dar maior contexto às notícias. Nas edições analisadas no Governo Sarney, houve apenas um caso de enlace, e não relacionado ao caso BR Distribuidora. Destacamos ainda assim que quando o “Pacote de Verão” foi notícia em *O Estado de São Paulo*, no dia 16 de dezembro de 1988, o programa desmentiu tal informação, sem mencionar diretamente o jornal. No entanto, a referência fica clara uma vez que o ministro Maílson Nóbrega usa o termo utilizado pelo periódico para desmentir a informação, que também foi dada pela *Folha de São Paulo*, mas mencionando o plano de maneira mais genérica como “medidas antiinflação”. Ou seja, o enlace nesse caso não visa dar maior contexto a um fato e sim desmenti-lo.

No Governo Collor, das cinco edições analisadas, também há apenas uma ocorrência de enlace e no mesmo sentido mencionado anteriormente. Desta vez, a notícia buscava desmentir um jornal paulista sobre o estado de saúde do então presidente Fernando Collor.

> LOC: O Gabinete Militar da presidência da República informou hoje em nota oficial que nunca prestou atendimento médico ao presidente Collor e que jamais o viu em estado depressivo. LOC F: A nota foi assinada pelo subchefe executivo do gabinete militar, Coronel Marco Antônio Costa e desmente notícias de um jornal de

São Paulo, segundo as quais o presidente Collor teria tido várias crises de depressão desde a sua posse. (A VOZ DO BRASIL, 1992d, transcrição da autora)

Já no Governo de Itamar Franco há maior ocorrência de enlace, três casos em cinco edições analisadas. Todos com a finalidade de desmentir as notícias publicadas nos meios. Por exemplo, os jornais publicaram a opinião de José Serra, então líder do PSDB na Câmara, que intimava o presidente a realizar uma reforma ministerial e compor uma equipe de notáveis. Nesta ocasião o fato é mencionado para contextualizar a opinião do presidente que se defende de Serra, sem que a reportagem exponha o contexto em que tais críticas foram feitas - crise ministerial com o depoimento de Eliseu Resende no Senado.

Em outro momento, o ministro Henrique Hargreaves é quem menciona vagamente a imprensa para criticá-la diretamente.

Repórter Bete Veloso: O ministro criticou duramente a imprensa por estar publicando o que chamou de mentiras a respeito do Ministério e pediu uma trégua aos jornalistas.
Ministro Henrique Hargreaves: O que eu acho sinceramente é o seguinte, que deveria haver espaço, vamos chamar o pessoal da imprensa e dizer: vamos fazer uma trégua pra deixar o povo trabalhar. Por que? Eu acho o seguinte, o noticiário é uma coisa desejável, noticiário. Eu acho que não é bom pra ninguém, que não sei o que pode ajudar o país ou a própria administração do país, esse jogo de ficar botando declarações na boca dos outros. O jogo de ficar botando que o fulano fala de fulano, que o siclano fala de siclano… Do que tange a mim, ao meu respeito, por exemplo, tudo o que se diz que eu falei em *off* pra alguém é mentira. Que eu não falei com ninguém, eu não falo com ninguém a coisa de ninguém. (A VOZ DO BRASIL, 1993c, transcrição da autora)

Do conteúdo analisado, este não é o único caso em que não se buscou apenas desmentir a informação jornalística, mas também se desqualificou o trabalho dos profissionais da área. No dia 23 de dezembro, ocorre situação semelhante, mas desta vez com Orestes Quércia. A publicação de críticas de Quércia sobre Itamar na imprensa é mencionada para contextualizar a opinião pessoal de Itamar sobre Quércia.

Repórter Alessandra Anselmo: O presidente Itamar Franco recebeu hoje uma nova carta do ex-

governador Orestes Quércia. Onde ele desmente as acusações publicadas na imprensa contra o presidente e atribuídas ao governador. Na carta, Orestes Quércia diz que está sofrendo uma perseguição da imprensa, que utiliza insinuações, truques jornalísticos e acusações falsas numa campanha contra ele. E se coloca à disposição do presidente Itamar Franco, para no próximo dia 5 de janeiro, dar esclarecimento sobre a evolução patrimonial dele, Orestes Quércia, ao presidente. O presidente Itamar Franco respondeu ao ex-governador dizendo que não era necessário responder à última carta de Orestes Quércia. Segundo o porta-voz da presidência da República, Francisco Backer, o presidente Itamar Franco disse que a presidência da República não é cartório para dar certidão a ninguém e que a Receita Federal só realiza investigações à pedido da Procuradoria Geral da República. O presidente disse ainda que no dia 16 de fevereiro deste ano, quando o ex-governador Orestes Quércia esteve no Palácio do Planalto pela última vez, o ministro da Fazenda não era Fernando Henrique Cardoso. Do Palácio do Planalto, Alessandra Anselmo. (A VOZ DO BRASIL, 1993e, transcrição da autora)

Faz-se notável o personalismo que o programa adquire nestes casos, sendo palco para troca de acusações entre o presidente e figuras de relevante proeminência política. E, em ambas as reportagens, é difícil entender o contexto da troca de farpas, caso não se tenha acesso a outros meios de informação. Serra, por exemplo, teceu sua crítica diante da ocasião em que o ministro Eliseu Resende havia prestado depoimento no Senado, mas no programa não são exploradas as razões da opinião de Serra. O mesmo ocorre quando Hargreaves critica a imprensa e denuncia a má prática do jornalismo, ficamos sem entender a que caso ele se refere. No caso de Quércia é ainda mais confuso, para quem não soubesse que o governador era questionado pelo aumento exponencial de seu patrimônio, não fica compreensível o trecho sobre a Receita Federal, menos ainda a menção sobre o ministro da Fazenda.

No Governo Lula, há dois casos de enlace, um sobre o caso do Mensalão e outro sobre a CPI dos Correios. Ainda que a angulação seja bem governista, no dia 6 de junho de 2005, data em que veio à tona o caso do Mensalão, a *Folha de São Paulo* é citada com uma riqueza de detalhes

que possibilitam ao ouvinte compreender o caso que é desmentido pelas demais fontes.

> Repórter: As denúncias feitas pelo deputado do PTB, Roberto Jefferson ao jornal *Folha de São Paulo* que existia um esquema de mesadas no Congresso Nacional, para que deputados do PP – do Partido Progressista – e do Partido Liberal – PL – votassem a favor do Governo foram negadas pelo ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo. Para ele, não há nenhuma acusação que relacione o pagamento a parlamentares por parte do Governo.”
> […]
> “Lucas Seixas: A denúncia de que o Partido dos Trabalhadores teria feito pagamento mensal a parlamentares é do presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson. As declarações dele foram publicadas hoje no jornal *Folha de São Paulo.*
> Luiz Fara: Na entrevista, Roberto Jefferson disse que tomou conhecimento do suposto pagamento chamado de “mensalão”, em 2003. Ele afirmou que o pagamento era de 30 mil reais, feito pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, a deputados do PP – Partido Progressista – e do PL – Partido Liberal.
> Lucas Seixas: Roberto Jefferson também disse ao jornal que autoridades do Governo teriam sido alertadas sobre o pagamento. Ele afirmou que conversou sobre o assunto com o presidente Lula em janeiro deste ano, e que depois disso o mensalão teria acabado.
> [...]
> Lucas Seixas: Também podem ser convocados membros do Governo Federal, que de acordo com a denúncia de Roberto Jefferson, saberiam da existência do mensalão.
> [...]
> Lucas Seixas: Um dos membros do Governo disse que Roberto Jefferson, ou melhor, um dos membros do Governo que Roberto Jefferson disse ter alertado é o ministro Antônio Palloci. (A VOZ DO BRASIL, 2005c, transcrição da autora)

Já em 7 de junho, é mencionado que no dia 15 de maio daquele ano veio à tona na imprensa o suposto caso de corrupção nos Correios. Ainda que de maneira difusa - sem explicitar um meio de comunicação - o enlace neste caso foi apenas utilizado para contextualizar um fato reportado pelo programa, a demissão de toda a Diretoria dos Correios.

Este é um dos raros casos em nossa análise em que o enlace não é um recurso para desmentir notícias que depõem contra o governo.

Nas edições analisadas sobre o impeachment de Dilma, há um caso interessante de enlace. Aproveitando-se das entrevistas concedidas pela presidenta a veículos jornalísticos internacionais, o programa fez das entrevistas um "gancho" para tratar do tema. Ou seja, o conteúdo das entrevistas de Dilma à BBC - no dia 5 de maio de 2016 - e à Telesur - no dia 6 de maio de 2016 - tiveram por si só um valor-notícia. De maneira que nas edições analisadas, não há nenhuma ocorrência de enlace em que as informações da imprensa sejam desmentidas.

3.3 ATUALIDADE, PLURALIDADE DAS FONTES E REDAÇÃO RADIOJORNALÍSTICA

Reunimos a descrição destas três categorias neste mesmo subtítulo porque elas constituem categorias nas quais constatamos muitas tendências dos sete Governos, não necessitando um relato em detalhe caso à caso.

Em "Atualidade", buscamos detectar como o programa pautou os momentos de crise dos governos, se de maneira minimamente sincronizada com os demais meios, ou se na retaguarda, pautando questões negativas apenas quando elas já eram notícia amplamente divulgada.

Em todos os casos analisados, quando o programa teve as pautas negativas como valor-notícia, tais pautas foram noticiadas nos mesmos dias ou em dias aproximados - no caso dos finais de semana em que não vai ao ar *A Voz do Brasil* - das datas em que tais pautas saíram na imprensa nacional. Salientamos uma exceção, a edição do dia 18 de maio de 2017, quando o presidente Michel Temer resolve se pronunciar oficialmente à nação sobre um fato que foi notícia no dia anterior. Ou seja, quando todos os meios jornalísticos pautaram o vazamento da gravação da conversa entre Temer e Joesley Batista, *A Voz do Brasil* ignorou a pauta. No dia seguinte, ela veio à tona com sonora de Michel Temer. Este foi o único caso em que o programa não agiu de maneira a ignorar a pauta por completo ou noticiá-la junto aos demais meios.

Já com a categoria "Pluralidade de Fontes", buscamos analisar quem são as fontes ouvidas pelo programa quando as pautas são crises do Governo. Como fontes entendemos aquelas que foram ouvidas pelo programa, com sonoras, aquelas cujas falas são mencionadas indiretamente, pelos repórteres, e também documentos, estudos e até

reportagens mencionados enquanto origem de informações trazidas pelo programa.

No Governo Sarney, das cinco edições analisadas, não há menção a fontes não-oficiais, ou seja, cidadãos, órgãos e especialistas não ligados ao Estado. A maior parte das fontes oficiais - ministros, o próprio presidente - é ouvida em sonoras nas reportagens. Destaca-se, na edição do dia 21 de dezembro, que na reportagem sobre a entrega à Polícia Federal do dossiê elaborado em sindicância interna na BR Distribuidora, é ouvido pela reportagem o coordenador de comunicação social da Polícia Federal, Paulo Marra. Ainda que seja uma fonte oficial, neste caso, Marra não é uma fonte que tem em relação à pauta o mesmo interesse do governo. Ao contrário, ele representa a entidade que na ocasião investiga fatos que o podem comprometer.

No Governo Collor, mantém-se a tendência de recorrer apenas às fontes oficiais nas reportagens sobre o processo de impeachment. No entanto, é relevante ressaltar que, ainda que restritos às fontes oficiais, os repórteres escutaram uma gama maior de "personagens" envolvidas no processo. Por exemplo, o vice Itamar Franco e os deputados que votaram pela cassação, e os futuros ministros de Itamar - como veremos adiante, isto não se repete no Governo Dilma.

No Governo de Itamar Franco, as fontes oficiais permanecem sendo as mais ouvidas em pautas sobre crises políticas. Um caso pontual que julgamos relevante destacar foi o da edição do dia 12 de maio de 1993, quando o presidente do Presidente do Fórum de Tecnologia da Universidade do Rio de Janeiro, "Spinguelli", é a única fonte ouvida sobre o tema da reativação da Usina de Angra I, após o acidente de 1988. Spinguelli questiona o Governo, reivindica avaliação e até assessoria internacional para que seja comprovada a capacidade de reativar a usina. Mesmo sendo uma fonte oficial, ele não fala em nome do governo e tece críticas a sua atuação.

No Governo Lula é quando temos a ocorrência de fontes não-oficiais sendo ouvidas sobre pautas de crise. No dia 1 de junho de 2005, o presidente do sindicato dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Moisés Leme, comenta o protesto da categoria contra os casos de corrupção na empresa. Já no dia 6 de junho, a *Folha de São Paulo* é a fonte sobre as denúncias de Roberto Jefferson acerca do esquema de propina do Mensalão. No dia 16 de junho, o advogado do agente da ABIN cujo depoimento deflagrou na saída de Dirceu do Ministério, é ouvido pelo programa. Ou seja, nota-se três casos, em cinco edições, de fontes não relacionadas ao Governo falando sobre casos negativos para o mesmo.

No Governo Dilma, nas edições analisadas, não há fontes não-oficiais que sejam ouvidas nas reportagens sobre o processo de impeachment. E mesmo entre as possíveis fontes oficiais envolvidas na questão, não são ouvidos parlamentares da oposição e o vice-presidente, Michel Temer.

Por fim, com “Redação Radiojornalística”, buscamos averiguar se o programa segue preceitos mínimos da linguagem jornalística - mais especificamente radiojornalística. Assim nos debruçamos sobre os textos em áudio em busca de frases em ordem direta, linguagem coloquial, não adjetivada e tom de locução sóbrio. A sobriedade nos foi um ponto alertado pelo trabalho de Santos (2015), que na simulação de jornalismo dentro da campanha eleitoral de 2014, percebeu que os repórteres das propagandas falavam o texto das notícias de maneira otimista, mais afinados com a postura de apresentadores de um comercial. Tal postura não seria a ideal para a prática do radiojornalismo, por isso se fez importante olhar este aspecto em nosso estudo.

De maneira geral, entendemos que não há grande ruptura entre a linguagem adotada pelo programa em cada governo. Todos seguem uma linguagem burocrática ao tratar dos assuntos que foram analisados - fatos geradores de crise política. Ou seja, quanto à coloquialidade, o programa mantém seu tom oficialesco. Sublinhamos alguns exemplos no Governo Collor:

> Além disso, o presidente garantiu que não vai haver retaliações a seus adversários políticos, mas que pretende recompor sua base de apoio com uma reforma ministerial após a votação de amanhã no Congresso.[...]
> O ministro Sidney Sanchez não descarta a possibilidade do governo impetrar no Supremo Tribunal Federal outro mandado de segurança contra a tramitação do eventual processo de impedimento do Senado Federal. (A VOZ DO BRASIL, 1992a, transcrição da autora)

Os verbos retaliar e impetrar não estão presentes na linguagem coloquial em nosso país e assim podem gerar estranhamento ou até comprometer o entendimento de alguns ouvintes. Poderíamos destacar exemplos como este em todos os governos, mas não julgamos necessário esmiuçar cada caso. Muitos dos apontamentos que já apresentamos adiante na categoria “estratégias de edição” decorrem também do uso de linguagem pouco coloquial, de maneira a comprometer o entendimento dos temas abordados.

A ordem direta nas frases é adotada por todos de maneira geral - ou seja, há presença de frases em ordem indireta mas elas não são uma característica da linguagem do programa. A adjetivação não foi verificada em nenhuma das reportagens analisadas, e em todas as ocasiões o tom de voz dos repórteres permaneceu compatível com o texto radiojornalístico, sóbrio e claro.

3.4 APURAÇÃO

Com esta categoria buscamos aprofundar a análise já proporcionada pela categoria "Pluralidade de Fontes", uma vez que esta já nos indica informações pertinentes sobre como o programa apurou as pautas reportadas. Já detectamos que ele o faz marcadamente através de fontes oficiais, são as autoridades a voz do programa. Aqui tentamos localizar se nas reportagens há o debate do contraditório e se os repórteres questionam os dados trazidos pelas fontes, seja confrontando-os com outros dados, seja através de perguntas que demandem esclarecimentos às fontes.

No Governo Sarney, nas edições analisadas, temos de maneira geral pouco espaço para o debate do contraditório. Em 15 de dezembro 1988, por exemplo, quando se reporta a reunião do Ministro Ronaldo Costa Couto, sobre o Pacto Social, a notícia apenas ouve o ministro. Nenhum industrial é entrevistado, nenhum economista comenta o andamento do Pacto Social. O único ângulo é o do ministro, obviamente otimista em relação ao Pacto. Costa Couto, por sua vez, não é questionado de maneira menos complacente pelos repórteres em nenhum momento. O mesmo ocorre na reportagem sobre o aumento nas passagens aéreas, leite e tarifas telefônicas, a repórter presta as informações sem nem sequer apontar as causas do aumento, e não há qualquer questionamento sobre a necessidade do mesmo.

Na edição do dia 16 de dezembro, na reportagem em que o ministro Maílson Nóbrega desmente o Plano de Verão, a matéria não busca confrontar o ministro com as fontes dos jornais que noticiaram tal Plano. Já é de se imaginar então que na reportagem sobre a fala do presidente no programa *Conversas ao Pé do Rádio*, nada além do que a reprodução de sua palestra é abordado. Neste dia ainda, quando se reporta a transferência do general Albérico Barroso, da BR Distribuidora para a Petrofértil, a postura dos repórteres permanece complacente em relação a única fonte ouvida, o presidente da Petrobrás à época, Armando Guedes.

Em 19 de dezembro, quando Armando Guedes deixa a presidência da Petrobrás, apenas ele é ouvido pela reportagem e nenhum questionamento à sua versão dos fatos é feito - mesmo ele defendendo

que sua saída não tem relação com o caso de corrupção da BR Distribuidora. Isse padrão se repete no dia seguinte, 20 de dezembro, quando o demissionário é Aureliano Chaves, o ministro de Minas e Energia que deixa o Governo após dez anos. Em nenhum momento sua saída é relacionada ao caso BR. No dia 21, reporta-se o nome do novo ministro de Minas e Energia, Íris Resende, sua posse é noticiada com tom oficialesco, no entanto, logo na sequência vai ao ar reportagem sobre o dossiê resultante da sindicância interna da BR Distribuidora à Polícia Federal. Assim, a posse do novo ministro fica sutilmente relacionada ao escândalo nesta edição do programa.

Nas edições do Governo Collor, entendemos haver um caso mais equilibrado na apuração do impeachment. Ainda que os repórteres permaneçam pouco questionadores em relação às fontes - marcadamente oficiais - há mais riqueza de angulação sobre o tema. Por exemplo, no dia 28 de setembro de 1992, o programa noticia a confiança de Collor na votação da Câmara e também a agenda de Itamar, que recebeu governadores e o presidente do PMDB. Ou seja, o ouvinte tem indícios de que por mais confiante que esteja o presidente e o seu porta-voz, lideranças importantes do país já se articulam com o vice-presidente. No dia seguinte, quando há a cobertura ao vivo da votação na Câmara, vão ao ar os votos de três deputados favoráveis ao impeachment:

> Repórter Antônio Carlos Silva: Prossegue aqui no plenário da Câmara a votação do pedido de impedimento do presidente da República. Mas o pedido de afastamento do presidente Collor já foi aprovado. Os trezentos e trinta e seis votos necessários à aprovação foram alcançados. O deputado responsável pelo voto número 336 é do bloco do governo e do PFL de Minas Gerais, Paulo Romano. A votação está sendo acompanhada com atenção pelos parlamentares e convidados que estão nas galerias. Vamos acompanhar um pouco da votação.
> Deputado Tarcísio Delgado: Respondo sim ao meu país, eu voto sim.
> Presidente da Câmara Ibsen Pinheiro: Tarcísio Delgado, SIM, número 396.
> Deputado Arno Margarinos: (inaudível), sr. presidente, pelo Brasil, pelo Rio Grande, pela moralidade, por orientação do meu partido, do seu presidente Paulo Maluff, meu voto é sim.
> Presidente da Câmara Ibsen Pinheiro: Arno Margarinos, SIM, número 397. Teresa Jucá.

> Deputada Teresa Jucá: Sr. presidente, pela dignidade, pelo estado de Roraima, pelo país e pelos meus filhos, meu voto é sim.
> Presidente da Câmara Ibsen Pinheiro: Teresa Jucá, sim, 398.
> Repórter Antônio Carlos Silva: Portanto, 398 votos a favor do processo de impeachment do presidente da República, dado agora pela deputada Teresa Jucá que é do PDS de Roraima. Mais detalhes desta sessão com a repórter Bete Veloso. (A VOZ DO BRASIL, 1992b, transcrição da autora)

Para além disso, também é realizada reportagem sobre a movimentação de manifestantes em frente à Câmara e sobre a expectativa em relação ao vice-presidente Itamar Franco. É questionável, por exemplo, que a repórter que cobria esta pauta em frente à Câmara e não entrevistou nenhum cidadão presente. Mas, de todo modo, o programa não deixou de dar as informações mais essenciais sobre o tema, ainda quando elas não eram de interesse ou em benefício de Fernando Collor. No dia 30 de setembro, entendemos que a edição como um todo possui equilíbrio, entre pautar os desafios do novo governo e a saída do velho. Garante voz a Collor e a Itamar em um momento que poderia ser delicado para os profissionais do programa, uma vez que o afastamento já havia sido aprovado em votação no Senado, mas Collor permanecia em exercício até Itamar tomar posse - o ocorreu no dia 2 de outubro do mesmo ano. Outra questão importante que não deixou de ser pautada é o depoimento de membros do governo à Polícia Federal.

No dia 1 de outubro, entendemos que mais uma vez que a edição como um todo possui equilíbrio, entre pautar os desafios do novo governo e a saída do velho. Garante voz a Collor e a Itamar, aos ministros que saem e aos que entram no Governo. Inclusive a cobertura do programa segue as mesmas pautas tratadas na capa da Folha no mesmo dia, guardadas algumas singularidades na angulação.

No dia 2 de outubro, quando Collor recebe a notificação do Senado sobre a abertura do processo e quando começam a contar os 180 dias de seu afastamento, o programa segue a mesma linha de cobertura, pautando sua despedida, a posse de Itamar, a burocracia do processo de impeachment e a movimentação nos ministérios entre quem sai e quem fica. Mas agora prepondera a apresentação da nova equipe ministerial, com reportagens que trazem os currículos resumidos de cada ministro.

No Governo Itamar, na edição do dia 12 de maio, destacamos a reportagem sobre o depoimento do ministro Eliseu Resende no Senado sobre empréstimo ao Peru, de forma geral a angulação é bem favorável

ao governo. Não se debruça sobre quaisquer acusações que estão sendo investigadas contra Eliseu, e o ministro é a única fonte ouvida pela reportagem. Já na matéria sobre Angra I, há um caso raro em que o desequilíbrio na apuração é em prejuízo do governo, que é cobrado por especialistas em Física. No dia 17 de maio, quando o presidente rebate as críticas de José Serra, publicadas na imprensa, o jornal em que foram publicadas as declarações não é citado, e o deputado não é ouvido, de maneira que se dá apenas a perspectiva presidencial do conflito. Fato similar ocorre em 18 de maio, quando o ministro Hargreaves critica o trabalho da imprensa, a reportagem não indica qual repórter ou veículo é alvo de suas críticas, ou quaisquer informação que o possa contradizer.

Já nas edições dos dias 21 e 23 de dezembro, o programa cobre a CPI do Orçamento. No dia 21, nenhum dos investigados pela CPI é ouvido pelo programa. E ainda, quando é noticiada a posse da ministra dos transportes, aproveita-se para mencionar a carta de desistência de Cosette Alves - cotada para o Ministério da Indústria - como um fato de menor importância.

No dia 23, quando a CPI do Orçamento volta à pauta, entendemos que há maior equilíbrio na reportagem que trata do depoimento do deputado Ibsen Pinheiro, por serem abordas opiniões diversas entre os parlamentares:

> LOC F: O depoimento do deputado Ibsen Pinheiro na CPI do Orçamento dividiu as opiniões dos parlamentares.
> Repórter Antônio Carlos Silva: O depoimento mais esperado da CPI do Orçamento durou oito horas. Depois de explicações sobre movimentação bancária e evolução patrimonial, o depoimento do ex-presidente da Câmara, o deputado Ibsen Pinheiro, dividiu as opiniões. Alguns parlamentares, como o senador Garibaldi Alves Filho, da Sub-Comissão de Subvenções Sociais, entenderam que o deputado Ibsen Pinheiro deu explicações razoáveis às perguntas. Outros mais cautelosos querem esperar as informações que o ex-presidente da Câmara prometeu à CPI para emitir opinião. Neste grupo está o senador Francisco Rollemberg. Deputados da Sub-Comissão de Bancos, que forneceram dados para a maioria das perguntas, não ficaram satisfeitos. Para o deputado Aloizio Mercadante, o deputado Ibsen Pinheiro não explicou, por exemplo, de onde vieram 15 milhões de cruzeiros que serviram de entrada da compra de um apartamento, em

> novembro de 90, após o bloqueio dos cruzados e depois de uma campanha eleitoral, que o deputado Ibsen Pinheiro pagou com recursos próprios e que, segundo o deputado Aloizio Mercadante, foi feito em uma época em que a renda do ex-presidente da Câmara era incompatível. Já o relator, deputado Roberto Magalhães considerou este depoimento o mais difícil, e sem entrar no mérito das respostas do ex-presidente da Câmara, disse apenas que o depoimento acrescentou à CPI. Mas afirmou que algumas questões ficaram pendentes. Do Congresso Nacional, Antônio Carlos Silva. (A VOZ DO BRASIL, 1993e, transcrição da autora)

Ainda na edição do dia 23 de dezembro, apresenta-se reportagem sobre o conflito entre Quércia e Itamar. Ainda que sejam destacadas informações da carta de Quércia ao presidente, na qual o ex-governador de São Paulo se diz perseguido pela imprensa, a notícia de maneira geral é muito parcial para o presidente. Sua versão dos fatos é que dá o ponto final.

Já no Governo Lula, entendemos que há o mínimo de equilíbrio na reportagem do dia 1 de junho, sobre os protestos de funcionários dos Correios contra os casos de corrupção na empresa, uma vez que são fontes o presidente do sindicato da categoria e a assessoria de imprensa da empresa. No entanto, nota-se que a posição do sindicalista não é de todo crítica ao governo, defendendo que a corrupção nos Correios é anterior ao mandato de Lula.

Em 3 de junho de 2005, mais uma vez o caso dos Correios é mencionado, mas desta vez indiretamente, na pauta sobre o 4o. Fórum Global contra a Corrupção, ocasião em que os funcionários acusados de práticas ilícitas não são ouvidos. No dia 6 do mesmo mês, quando o caso do Mensalão vem à tona, o tema é tratado a partir do ângulo do ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, que nega as acusações. Ainda assim a reportagem não deixa de explorar o teor das denúncias - citando de maneira explícita trechos da entrevista de Roberto Jefferson à *Folha de São Paulo*. E ainda dá voz aos acusados por Jefferson, ao presidente da Câmara e ao líder da oposição no Senado. Por estas razões, entendemos que mesmo sem entrevistar Roberto Jefferson e trazendo o tema a partir da posição do ministro Aldo Rebelo, a reportagem buscou uma postura equilibrada.

No dia 7 de junho, mais uma vez há uma mescla entre as pautas do Fórum contra a Corrupção e o caso dos Correios, o que pode gerar um entendimento de comprometimento do governo com o combate à

corrupção. Mas, por outro lado, mais uma vez, menciona-se a movimentação da oposição no Congresso, que se articulava para a criação de uma CPI dos Correios. Já no dia 16 de junho, quando pede demissão o ministro José Dirceu, faz-se notório que o advogado de defesa do agente da Abin, cujo depoimento deflagrou a saída do ministro, foi ouvido pelo programa. Com certeza a reportagem pesa mais para o discurso de despedida de Dirceu, no entanto, no contexto geral desta análise, em que são raras as fontes não-oficiais e o debate do contraditório, este caso é uma exceção.

No Governo Dilma, de maneira geral a carência do debate do contraditório é a tônica da cobertura sobre o impeachment. No dia 5 de maio, por exemplo, ouvimos apenas a opinião do advogado geral da União, Eduardo José Cardoso e da própria presidenta Dilma Rousseff, que discursa sobre sua situação na inauguração de Belo Monte e em entrevista à BBC. Esta tendência segue durante toda a cobertura, no dia 6 de maio, são fontes apenas os senadores petistas Gleisi Hoffmann e Humberto Costa e a presidenta. No dia 9 de maio, outra vez é ouvido o senador Humberto Costa, o advogado geral da União, Eduardo José Cardoso, e a presidenta. Neste dia também é mencionada indiretamente a posição do presidente interino da Câmara Waldir Maranhão, que tentou anular a cessão de votação do impeachment - do dia 17 de abril - quando assumiu o posto de Eduardo Cunha - presidente da Câmara afastado da função pelo STF. No dia 10 de maio, defendem o mandato da presidenta - além dela mesma e do advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo -, o ministro da Comunicação Social, Edinho Silva, o secretário-geral da OEA, Luis Almagro Lemes e a representante de Mulheres Indígenas do CNDM, Rosimeire Maria Teles.

No dia 11 de maio, quando o programa cobre a sessão de votação ao vivo no Senado, a falta de pluralidade na cobertura a faz tomar contornos quase irrealistas. Entre as fontes ouvidas nas reportagens que antecederam a tomada ao vivo, estão a senadora Vanessa Grazziotin (PC do B) e os senadores Lindberg Farias e Jorge Viana (PT) e Randolfe Rodrigues (Rede Solidariedade). Já a reportagem de Gabriela Noronha tratava da recusa do ministro Teori Zavascki quanto ao pedido da Advocacia-Geral da União para anular o processo de impedimento contra a Presidenta Dilma Rousseff.

Diretamente do Senado, Ricardo Carandina atualizou os dados da reportagens anteriores e trouxe ainda a fala do então líder do governo no Senado, senador Humberto Costa. Ao simplesmente não elencar opiniões favoráveis ao processo, ao não consultar nenhum dos 55 senadores que votaram pelo impeachment, o programa deixou de noticiar o elemento contraditório da pauta, causando inclusive uma distorção

grande da realidade ao dar voz apenas à opinião daqueles que representavam minoria na disputa.

Quanto aos cidadãos, mencionados no projeto de reformulação do programa na gestão de Bucci e elemento central até no bordão de abertura - "Está no ar a sua voz, a nossa voz, A Voz do Brasil" - não são consultados neste caso e em nenhum dos analisados.

3.5 ESTRATÉGIAS DE EDIÇÃO

Com esta categoria buscamos analisar quais as estratégias de edição foram buscadas para que as notícias sejam reportadas com a maior clareza para a gama imensa e plural de ouvintes do programa em todo o país. Nos preocupamos especificamente com a inteligibilidade das informações para o ouvinte que não dispusesse de outras fontes de informação sobre os casos, e com a didática, uma vez que boa parte dos temas reportados nesta análise não são de domínio geral da população.

Assim sendo, no Governo de José Sarney, a didática em todas as reportagens analisadas não é um ponto forte. Todas as reportagens podem ser consideradas inteligíveis, se as entendermos como no gênero informativo. Mas quando consideramos a enorme gama de ouvintes do programa, falta traduzir algumas informações.

Por exemplo, no dia 16 de dezembro de 1988, quando o ministro Maílson da Nóbrega trata de desmentir o Plano de Verão, ele defende a "desindexação da economia", uma informação que não é melhor abordada pela reportagem e que entendemos necessitar de explicação para que os ouvintes que não tenham domínio de temas econômicos possam compreender o que está sendo dito. O mesmo observamos também nesta edição quando se reporta a transferência do presidente da BR Distribuidora para a Petrofértil, trazendo informações sobre a apuração das denúncias de corrupção na estatal.

> Repórter Alana Gandra: Será encaminhado à Polícia Federal o relatório para abertura de inquérito com vistas a apuração das responsabilidades geradoras nos fatos nele contidos e noticiados pela imprensa. A presidência da BR Distribuidora será exercida pelo Diretor de Transporte da Petrobrás, Maximiano da Fonseca. Para a diretoria temporária foram indicados Maurício Alvarenga, vice-presidente, Jânio Sartori, José Franchini e Carlos Alberto Nunes Freire de

> Matos. As diretorias das holdings e subsidiárias terão trinta dias para apresentar a relação dos bancos com os quais operam devendo ser realizada uma auditoria, por auditores independentes, sobre as movimentações bancárias do sistema Petrobrás. Armando Guedes frisou que as decisões foram tomadas pelo conselho, por unanimidade. Do Rio de Janeiro, Alana Gandra. (A VOZ DO BRASIL, 1988b, transcrição da autora)

Além de começar com frase em ordem indireta, a repórter não explica para o ouvinte o que é um inquérito e ainda segue com um linguajar confuso ao mencionar "responsabilidades geradoras nos fatos nele contidos". Ao falar sobre as holdings e subsidiárias, entendemos que também seria importante explicar o que é uma holding e uma empresa subsidiária e quais delas é que devem apresentar a relação dos bancos com os quais operam. Este padrão de reportagem se mantém nas demais edições desta análise, como melhor expomos em Anexo.

Sobre o Governo Collor, na cobertura do impeachment nas edições analisadas, entendemos que o gênero jornalismo informativo (FERRARETTO, 2001) se mantém. Ou seja, sobrepõem-se as notícias duras, pouco se dedica a dar um contexto histórico e político do impeachment, mecanismo constitucional que era na ocasião utilizado pela primeira vez.

Também não são retomados os fatos que geraram o processo de impeachment. Nesse sentido, fica pouco inteligível até quando na edição de 30 de setembro de 1992, é reportado que membros do governo depõem na Polícia Federal, um sobre o caso de Paulo César Farias, outro pelo processo de privatização da VASP. É interessante notar como que a reportagem não retoma as acusações contra Paulo César Farias, mas traz algum contexto sobre o leilão da VASP, que coincidentemente ou não, não é um caso que envolve o Governo Federal como um todo, apenas o ex-secretário executivo do Ministério da Economia.

> LOC F: O ex-secretário particular do presidente Fernando Collor, Cláudio Vieira, está depondo na Polícia Federal em Brasília.
> LOC: O depoimento começou às duas da tarde e ainda não terminou. Ele está sendo ouvido pelo delegado Paulo Lacerda, responsável

> pelo inquérito que apura denúncias contra o empresário Paulo Cezar Farias.
> LOC F: Cláudio Vieira já havia sido convocado pela Polícia Federal duas vezes, e só hoje resolveu atender.
> LOC: Pela manhã o delegado Paulo Lacerda ouviu o empresário Naum Turner.
> LOC F: O ex-secretário executivo do ministério da economia, Eduardo Teixeira, foi indiciado hoje pela polícia federal em São Paulo no inquérito que apura a privatização da Vasp.
> Repórter Vilma Tilmann.: O depoimento na sede da superintendência da Polícia Federal durou aproximadamente cinco horas. Eduardo Teixeira, ex-secretário executivo do ministério da economia, foi ouvido pelo delegado José Osmar Neto, que dirige as investigações que apura o contrato de refinanciamento da dívida da VASP, em torno de duzentos e oitenta e seis milhões de dólares. Eduardo Teixeira foi indiciado pelo artigo 23 da Lei 7492, por crime do colarinho branco e pode pegar uma pena de um a quatro anos de prisão. Em seu depoimento, o ex-secretário executivo do ministério da economia ressaltou que quem vendou a VASP foi o Governo do Estado de São Paulo para o Consórcio do empresário Vagner Canhedo. De São Paulo, Vilma Tilmann. (A VOZ DO BRASIL, 1992c, trancrição da autora)

Avançando para o Governo Itamar, nota-se que o gênero informativo se mantém, o que compromete uma maior contextualização das pautas como um todo - e não só das reportagens em momentos de crise. Mas nestes momentos, especificamente nos casos de enlace que já destacamos anteriormente, a falta de contexto sobre as desavenças do presidente e do descontentamento de Hargreaves com a postura da imprensa comprometem a inteligibilidade das reportagens. O ouvinte sem acesso aos meios impressos não tem nem como compreender exatamente a que estão reagindo Itamar Franco e Henrique Hargreaves.

No Governo Lula, destacamos as edições de 3 e 7 de junho de 2005, quando notícias sobre corrupção nos Correios são dadas junto a reportagem sobre o 4o. Fórum Global contra a Corrupção, de maneira difusa, não fica nítido se se trata de duas ou de uma só reportagem. Ainda que o evento tenha fatalmente ocorrido durante as investigações na estatal, noticiar os dois fatos conjuntamente é uma estratégia deliberada que pode gerar o entendimento de que o governo está em posição de vanguarda no combate à corrupção.

De maneira geral, destacamos que assim como nos governos anteriores, a linguagem permanece um tanto burocrática e termos que carecem de explicação não a tem. Por exemplo na edição do dia 7 de junho não se explica o que é uma "sindicância interna" e o que significa "corrupção passiva e fraude em licitação".

> Lucas Seixas: A Polícia Federal abriu inquérito para apurar as denúncias. Maurício Marinho foi indiciado por crime de corrupção passiva e fraude em licitação.
> Luís Fara: Os Correios também abriram uma sindicância interna para apurar as denúncias. Cinco funcionários do órgão de fiscalização da estatal têm até o dia 16 de junho para concluir seus trabalhos. (A VOZ DO BRASIL, 2005d, transcrição da autora)

No Governo Dilma, ainda que como já mencionado, não haja o debate do contraditório através das fontes - deliberadamente governistas - na edição do dia 5 de maio de 2016, o programa entra na questão do crime de responsabilidade fiscal - mérito discutido pelo advogado-geral da União Eduardo José Cardozo. Assim, a cobertura sobre o impeachment se torna mais inteligível ao ouvinte do programa. Isto não se repete ao longo dos dias, quando mais afinado com gênero informativo, o impeachment vem à tona sem se voltar para as acusações sobre as quais a presidenta é investigada. De maneira geral, informações de contexto fazem ainda mais falta na edição do dia 9 de maio de 2016, quando não se explica como e por que o deputado Eduardo Cunha deixou de ser presidente da Câmara, passando a ocupar seu cargo Waldir Maranhão, que sem sucesso tenta frear o processo de impeachment contra a presidenta.

3.6 OMISSÃO

De maneira geral, as coberturas analisadas possuem lacunas, no sentido de omitirem informações que são dadas por outros meios, de se restringirem a fontes oficiais ou em casos mais extremos, por não noticiarem determinadas pautas deliberadamente. Como exemplos de omissão parcial, podemos mencionar uma vez mais a cobertura sobre o caso BR Distribuidora no Governo Sarney. Se no dia 16 de dezembro de 1988, as capas dos jornais mencionavam a demissão de suspeitos, *A Voz do Brasil* apenas reporta a transferência do presidente da BR para a Petrofértil. No dia 21 de dezembro de 1988, os jornais trazem as contradições do depoimento do empresário Eid Mansur no caso BR, enquanto que o programa apenas aborda a entrega do dossiê apurado em sindicância interna à PF. Ou seja, o programa tem uma angulação muito própria sobre o caso, ao que nos parece, apenas focado no impacto da investigação sob funcionários do alto escalão da estatal.

Podemos relembrar ainda a falta do debate do contraditório durante o Governo Itamar - mais notadamente nas coberturas em que são rebatidas críticas publicadas em jornais sem que se esclareça que críticas e que jornais são estes. No Governo Dilma, por exemplo, a cobertura do caso do impeachment ignorou a oposição e a formação do Governo de Michel Temer, seu vice não é sequer mencionado nas edições analisadas.

Mas a omissão do programa em relação a pautas sobre fatos geradores de crise foi ainda mais evidente durante a cobertura das investigações sobre as fraudes nos leilões de privatização, no Governo FHC, em maio de 2002. E ainda quando veio à tona a gravação da conversa entre Michel Temer e o empresário Joesley Batista, em 17 de maio de 2017.

Entre os dias 8 e 14 de maio de 2002, as investigações sobre Ricardo Sérgio, ex-presidente do Banco do Brasil que era acusado de favorecer empresas com empréstimos usados depois nos leilões das privatizações - de forma a uma empresa pegar empréstimo do BB e usá-lo para comprar estatais em leilão - foi capa da *Folha de São Paulo* por três dias deste período - 8, 10 e 11 de maio. Já a prática de descapitalização das estatais através de uma política agressiva de distribuição de dividendos foi capa da edição de domingo - 12 de maio. Ou seja, em sete dias, o tema foi capa em quatro. Mas neste mesmo período nenhuma das edições do programa o tema foi pautado. O valor-notícia nas capas da *Folha* só coincidiu neste meio tempo com os destaques do programa em pautas positivas, como a avaliação otimista de FHC sobre o resultado do Censo 2000, noticiada pela AVB no dia 8 e pela *Folha* no dia 9. E ainda sobre a posição favorável do presidente sobre a união civil de casais homossexuais, o que foi destaque do programa, no dia 13 de maio, e manchete da *Folha*, no dia 14. De maneira que

deliberadamente o programa não entendeu que havia valor-notícia nas investigações sobre fraude nos leilões de privatização de estatais.

Já no caso de Michel Temer, o programa noticia o caso com um dia de atraso e sem qualquer espaço para o debate do contraditório. Não se busca contextualizar o teor da gravação, as acusações que pesam sobre o empresário Joesley Batista, apenas no dia seguinte o presidente nega a veracidade das gravações e reitera que não renunciará. O programa não ouve nenhuma outra fonte sobre o tema e o assunto que permanece em pauta nos jornais não sendo mais mencionado no programa. Segue a íntegra do que foi ao ar a respeito.

> Presidente Michel Temer: A revelação de conversa gravada clandestinamente trouxe de volta o fantasma de crise política, de proporção ainda não dimensionada. Portanto, todo um imenso esforço de retirar o país de sua maior recessão pode se tornar inútil. E nós não podemos jogar no lixo da história tanto trabalho feito em prol do país.
>
> Gláucia: Temer também defende investigação rápida e diz que continua na presidência da República.
>
> Presidente Michel Temer: Não renunciarei. Repito, não renunciarei. Sei o que fiz e sei da correção dos meus atos. Exijo investigação plena e muito rápida, para os esclarecimentos ao povo brasileiro.
>
> [...]
>
> Aírton: O presidente Michel Temer fez uma declaração aos brasileiros hoje à tarde.
>
> Gláucia: Temer falou de notícias da imprensa sobre investigações envolvendo o seu nome. O presidente pediu acesso aos documentos e gravações ao Supremo Tribunal Federal e negou qualquer participação em crimes.
>
> Aírton: Na declaração o presidente afirma que não jogará fora os avanços conquistados durante o seu governo.
>
> Presidente Michel Temer: Quero deixar muito claro, dizendo que o meu governo viveu, nesta semana, seu melhor e seu pior momento. Os indicadores de queda da inflação, os números, que retomam o crescimento da economia, e os dados de geração de empregos, criaram esperança de dias melhores, o otimismo retornava e as reformas avançavam no Congresso Nacional. Ontem, contudo, a revelação de conversa gravada clandestinamente trouxe de volta o fantasma de

> crise política, de proporção ainda não dimensionada. Portanto, todo um imenso esforço de retirar o país de sua maior recessão pode se tornar inútil. E nós não podemos jogar no lixo da história tanto trabalho feito em prol do país. Ouvi realmente o relato de um empresário, que, por ter relações com o ex-deputado, auxiliava a família do ex-parlamentar. Não solicitei que isso acontecesse e somente tive conhecimento desse fato nessa conversa, pedida pelo empresário. Repito e ressalto: Em nenhum momento autorizei que pagassem a quem quer que seja para ficar calado. Não comprei o silêncio de ninguém, por uma razão singelíssima. Exata e precisamente porque não temo nenhuma delação. Não preciso de cargo público nem de foro especial. Nada tenho a esconder, sempre honrei meu nome, na universidade, na vida pública, na vida profissional, nos meus escritos, nos meus trabalhos, e nunca autorizei, por isso mesmo, que utilizassem meu nome indevidamente. E, por isso, quero registrar enfaticamente, a investigação pedida pelo Supremo Tribunal Federal será território onde surgirão todas as explicações. E, no Supremo, demonstrarei não ter nenhum envolvimento com esses fatos. Não renunciarei. Repito, não renunciarei. Sei o que fiz e sei da correção dos meus atos. Exijo investigação plena e muito rápida, para os esclarecimentos ao povo brasileiro. Essa situação de dubiedade e de dúvida não pode persistir por muito tempo. Se foram rápidas nas gravações clandestinas, não podem tardar nas investigações e na solução respeitantemente a essas investigações. Tanto esforço e dificuldades superadas, meu único compromisso, meus senhores, minhas senhoras, é com o Brasil, e é só este compromisso que me guiará. (EBC, 2017)

Destacamos os momentos em que o programa aborda o assunto para frisar o quanto ele se ocupou da pauta sem revelar, no entanto, informações precisas sobre o caso. Ao se optar pelo pronunciamento presidencial sem um trabalho de reportagem que abordasse o assunto, o programa não noticia o caso a partir de critérios jornalísticos.

Nesta análise podemos apontar algumas conclusões sobre o jornalismo praticado por *A Voz do Brasil* em momentos de crise política. Primeiro notamos que no período estudado o valor-notícia do programa coincide com os demais meios na maior parte dos casos analisados. Quanto ao enlace, este recurso quando é utilizado, quase que sempre é para que o governo desminta informações publicadas na imprensa. Quanto à "atualidade", pudemos observar que tirando os casos de omissão deliberada ou noticiamento em atraso, o programa noticia as pautas acerca das crises políticas junto aos demais meios. Já no quesito "pluralidade de fontes", quando a notícia é sobre crises políticas, praticamente só foram ouvidas fontes oficiais - destacando-se a rara exceção da cobertura da corrupção nos Correios, em 2005, quando foram ouvidos um presidente de sindicato e o advogado de um funcionário investigados. Em "Apuração" buscamos analisar se o programa trouxe o debate do contraditório e qual era a postura dos repórteres em relação às fontes, o que podemos concluir é que são raros os casos em que a angulação não é completamente governista - entre os quais destacamos a cobertura do impeachment de Collor, em 1992, e a dos casos de corrupção nos Correios e Mensalão, em 2005. De maneira geral, os repórteres têm uma postura pouco questionadora diante das fontes, não confrontando suas informações nem durante a entrevista, nem na edição final das reportagens.

Nas "estratégias de edição", buscamos analisar se as reportagens noticiam os fatos de maneira inteligível para quem não tem outras fontes de acesso à informação, e se os assuntos mais complexos foram reportados de maneira didática. De forma geral, o programa reportou os temas de maneira inteligível, mas houve momentos em que a omissão de determinadas informações a respeito da qual eventuais fontes opinavam prejudicou a inteligibilidade da informação. A preocupação com a didática na exposição das informações também foi rara em momentos de crise política.

Sobre a linguagem radiojornalística, entendemos que há de maneira geral o emprego de alguns dos pressupostos mínimos do texto para rádio, como a ordem direta das frases, a não adjetivação, a locução sóbria. No entanto, quanto à coloquialidade, de maneira geral o programa não se adequa, recorrendo sempre a termos técnicos, pouco compreensíveis.

A omissão, presente de maneira mais ou menos deliberada conforme a cobertura, também é uma constante quando *A Voz do Brasil* reportou - ou não - crises políticas.

Dado este panorama, concluímos que há muitos avanços que merecem destaque na cobertura jornalística do programa sobre crise

política, no entanto, não é possível afirmar que se consolidou um padrão na cobertura desta natureza de pauta. O que observamos é que isto varia de acordo com cada governo de turno, alguns foram mais personalistas, com destaque para as reportagens do Governo Itamar e Dilma; outros mais imparciais - ou ao menos mais congruentes com os demais meios - como nas coberturas analisadas nos Governos Collor e Lula. E alguns momentos omitiram-se mais ou menos informações, destacando-se pela omissão total o Governo de Fernando Henrique Cardoso a respeito das investigações sobre fraudes nos leilões de privatização de estatais.

CONCLUSÕES

Neste trabalho, propomo-nos a estudar o jornalismo de *A Voz do Brasil*, referente ao Poder Executivo, em momentos de crises políticas, entre 1985 e 2017. Nosso objetivo geral foi verificar se o programa estava seguindo as linhas editorias de cunho jornalístico que foram apresentadas pelas equipes gestoras e de produção, principalmente a partir de 2003. Chegamos à conclusão de que não há um padrão de cobertura em nossa análise. O afinamento do conteúdo do programa com o que entendemos como um conteúdo jornalístico nos parece variar mais de acordo com os governos de turno que com os projetos editoriais, ainda que os mesmos tenham revelado seu impacto. Afinal, há casos em que se nota a busca por equilíbrio, e a omissão de temas geradores de crise só foi completa em dois dos sete governos analisados.

Nosso primeiro objetivo específico era compreender e sistematizar o histórico da adoção de linguagens e formatos radiojornalísticos pelo programa, de sua criação até os dias atuais, em comparação com a produção noticiosa no meio rádio e trajetória do sistema público de radiodifusão.

Vimos que *A Voz do Brasil*, entre a sua criação em 1934 e o período de redemocratização política a partir de 1985, deixou de ser um espaço exclusivo do Poder Executivo, introduzindo espaço também para notícias sobre Congresso Nacional. Neste meio tempo, também se adotou a locução feminina e uma maior influência da linguagem do radiojornalismo, bem como notícias de caráter não-oficial. Procurou-se adquirir uma linguagem objetiva – em especial na Ditadura Militar – o que não garantiu, no entanto, que o caráter propagandístico fosse eliminado, até porque as pautas negativas eram deliberadamente ignoradas (PEROSA, 1995).

Entre os aspectos mais gerais das transformações que o programa sofreu em seu formato, entre 1985 e 2017 destacamos que a vinheta e a identidade sonora mudaram diversas vezes nos últimos 30 anos. No Governo Sarney, a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, toma o lugar do Hino da Independência, que foi a identidade sonora do programa durante a Ditadura. Durante os governos Collor e Itamar, entre 1990 e 1994, *Aquarela do Brasil*, de Toquinho, passa a ser executada nas vinhetas. Desde o Governo FHC, *O Guarani* está de volta, mas entre 2003 e 2016, era executado em uma releitura com atabaques, guitarra elétrica, entre outros instrumentos. Desde 2016, voltamos a escutar a versão clássica da ópera anunciando o início do programa.

Outra característica que mudou diversas vezes neste meio tempo foi o modo com se convencionou narrar o horário. Durante os Governos

Sarney, FHC e Temer, na abertura adotou-se “Em Brasília, dezenove horas” - sendo que, durante o transcorrer do programa, no entanto, durante o Governo FHC, optou-se pela forma coloquial “sete da noite”. Já nos demais governos, a forma coloquial de narrar o horário foi a utilizada.

Ainda sobre a prestação de serviços, observa-se a previsão do tempo para todas as regiões do país, nos Governos de Sarney e FHC. A locução permanece em revezamento de vozes masculina e feminina – com exceção dos governos Sarney e Lula, com dois narradores. A identificação dos locutores começa a partir de 2003, já os repórteres se identificaram e reportaram o local de apuração, durante todo o período de 1985 a 2017.

O critério de noticiabilidade das pautas permanece sendo a relação direta delas com o governo, tal relação também marca a angulação dada às notícias, como já havíamos observado nos governos anteriores. Os intervalos para spots marcaram o ritmo do programa, em blocos, até o Governo FHC. A partir de então, as reportagens seguem sem interrupções.

Outro objetivo específico desta pesquisa era produzir uma análise do conteúdo jornalístico do programa *A Voz do Brasil,* referente ao Poder Executivo, com foco em reportagens sobre assuntos que são negativos para os governos de turno, a partir das categorias: valor-notícia, enlace, atualidade, apuração, estratégias de edição, redação radiojornalística e omissão. Assim, pudemos chegar a alguns apontamentos principais. Sobre valor-notícia do programa, percebemos, na maior parte dos casos de crise em análise, que ele coincide com os demais meios. Em cinco, dos sete governos estudados, notamos que as pautas de crise política estavam presentes no programa.

Já o recurso do enlace, notamos que é utilizado apenas para desmentir informações publicadas na imprensa em quase todas as coberturas que estudamos, salvo o caso do Mensalão, no dia 6 de junho de 2005. Quanto à atualidade, pudemos observar que tirando os casos de omissão deliberada ou noticiamento em atraso - nos governos FHC e Temer -, o programa noticia as pautas acerca das crises políticas junto aos demais meios. Já quanto à pluralidade de fontes, quando a notícia é sobre crise política, praticamente inexiste, já que o programa opta por praticamente só entrevistar fontes oficiais - destacando-se a rara exceção da cobertura da corrupção nos Correios, em 2005, quando foram ouvidos um presidente de sindicato e o advogado de um funcionário investigado.

Na apuração, podemos concluir que são raros os casos em que a angulação não é complemente governista - entre as exceções destacamos a cobertura do impeachment de Collor, em 1992, e a dos casos de corrupção nos Correios e Mensalão, em 2005. E, em todos os casos

analisados, os repórteres tiveram uma postura pouco questionadora diante das fontes, não confrontando suas informações nem durante a entrevista, nem na edição final das reportagens.

O programa até reportou os temas de maneira inteligível, quando consideramos o gênero do jornalismo informativo.

> Retrata o fato com o mínimo de detalhes necessários à sua compreensão como notícia. Por se adaptar às necessidades de concisão do texto radiofônico, é o gênero preponderante no noticiário. Aparece também, na maioria dos boletins, embora estes tendam, pela adição da impressão pessoal do repórter, a invadir o terreno do jornalismo interpretativo. (FERRARETTO, 2001, p.201)

Mas houve momentos em que a omissão de determinadas informações a respeito das quais eventuais fontes opinavam tornaram as notícias incompreensíveis para quem não estivesse acesso a outros noticiários. Outro momento delicado para a inteligibilidade foram as suítes, principalmente na cobertura dos dois casos de impeachment – Collor e Dilma. Entendemos que ao não se retomar a cada edição algumas informações básicas sobre o caso, como o crime pelo qual eram acusados os presidentes, não se tomou a postura mais recomendável nestes casos.

> Em jornalismo, suíte é a continuidade dada à cobertura de um fato que se desenvolve por vários dias. A cada notícia sobre este acontecimento, busca-se o novo sem deixar de situar o ouvinte a respeito do que ocorreu anteriormente. (FERRARETTO, 2001, p. 226)

Sobre a linguagem radiojornalística, entendemos que houve congruência com alguns dos pressupostos mínimos do texto para rádio, como a ordem direta das frases, a não adjetivação, a locução sóbria. Mas a coloquialidade não foi alcançada, uma vez que se recorreu deliberadamente a termos técnicos, pouco compreensíveis.

A omissão, por fim, presente de maneira mais ou menos deliberada em algumas coberturas também foi uma constante em nossa análise. Chamou atenção ainda o caso da cobertura da CPI do Orçamento, durante o Governo Itamar, em que o partido dos parlamentares citados ou entrevistados não foi mencionado, omissão que afeta também a compreensão da pauta. A menção a este dado é tão característica na cobertura jornalística que os manuais até indicam a melhor forma de fazê-lo. “A referência a cargos de políticos segue a regra geral. Apenas o

partido deve ser colocado antes do nome da primeira vez em que a pessoa for citada" (FERRARETTO, 2001, p. 214).

Dado este panorama, concluímos que há muitos avanços que merecem destaque na cobertura jornalística do programa sobre temas que despertaram crises políticas. No entanto, não é possível afirmar que se consolidou um padrão apuração desta natureza de pauta. O que observamos é que isso varia de acordo com cada governo de turno, alguns são foram mais personalistas, outros mais imparciais, alguns omitiram mais ou menos informações e outros parecem ter buscado uma cobertura mais equilibrada.

Neste contexto, destacamos ainda a importância da defesa da Empresa Brasil de Comunicação enquanto uma empresa pública de Radiodifusão. A sua criação visava justamente o estabelecimento deste marco, em detrimento da Radiodifusão Estatal, para a qual fora criada a Radiobrás, em 1975. Isto possibilitou muitos avanços, seja na contratação de pessoal profissionalizado, seja na elaboração de Manuais de Jornalismo para pautar boas práticas na Casa.

No entanto, a composição do seu Conselho Curador nunca foi uma questão bem resolvida, de maneira que sua independência editorial em relação ao Governo – característica maior da radiodifusão pública – não foi alcançada, e pior, quando houve troca de gestão, entre governos Dilma e Temer, houve retrocessos, que entendemos se refletirem no programa.

Se consideramos que, a partir de 2003 (BUCCI, 2008), *A Voz do Brasil* buscou em seus projetos editoriais uma aproximação com o que entendemos como jornalismo público (ROSEN, 2003; RORHBERG. 2011), o que notamos em nossa análise é que de forma geral, o programa ou se aproximou do gênero do jornalismo informativo (FERRARETO, 2001) ou adotou uma cobertura enviesada das questões.

As duas coberturas que entendemos mais ter chegado perto do jornalismo informativo foram a do impeachment de Collor, em 1992, e a do Mensalão e CPI dos Correios, em 2005. Ainda assim, nestes casos, se houve algum diálogo com a noção de jornalismo público foi a partir da acepção de Rothberg (2011), ou seja, pelo financiamento público com relativa independência editorial. Talvez seja mais seguro assumirmos que em nenhum caso há efetiva independência editorial, mas que nestes dois episódios há uma maior independência em relação aos demais. Já a noção de engajamento e civismo, acreditamos que não foram adotadas nestas coberturas por ignorarem o cidadão enquanto fonte – mesmo em casos óbvios como a reportagem sobre os manifestantes que acompanhavam a votação do impeachment de Collor na Câmara, quando nenhum cidadão é entrevistado pela repórter que apura as informações no local.

Na maior parte dos casos estudados, sejam antes ou depois de reformas editoriais destacadas e da criação da EBC, entendemos que as crises políticas não foram noticiadas de maneira congruente com os critérios jornalísticos elencados nas categorias de análise. Verificou-se, assim o mesmo que apontaram Benetti Machado e Moreira (2005), que os jornalistas públicos, neste caso os do programa *A Voz do Brasil*, muitas vezes deixam de dar notícias que são negativas para o órgão em que trabalham.

Este quadro é preocupante se considerarmos que o meio rádio dispõe de cada vez menos espaço para conteúdo noticioso (SANT'ANNA, 2004) e ainda que existem áreas imensas do país que podemos considerar como "desertos de rádio e TV"[28]. Há pouco tempo tivemos acesso ao Atlas da Notícia, estudo do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) com a agência de jornalismo de dados Volt Data Lab. Onde podemos observar que mesmo não sendo tão discrepante a diferença entre o número de pessoas que têm acesso a fontes de notícias locais impressas ou de Internet, 65 milhões, em comparação com as que têm acesso a notícias locais em rádio e TV, 75 milhões, a abrangência territorial dos meios locais de rádio e TV são muito superiores. Principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Esta pesquisa reforça o quanto que *A Voz do Brasil*, com seus méritos e deméritos, ainda é uma fonte garantida de conteúdo informativo para milhares de ouvintes brasileiros, cujo perfil não conhecemos também pela carência de pesquisas da audiência do programa. Sendo que outro dado ainda desconhecido é o impacto da flexibilização de seu horário, fato recente – desde abril de 2018.

Se buscamos responder sobre o jornalismo que o programa faz na cobertura de crises políticas, nos últimos 30 anos, ficaram no ar muitas outras questões para pesquisas futuras. Uma delas seria justamente um estudo que vá na contramão do que propomos neste trabalho – que aborde quais são as notícias que o programa dá e que não são destaque nos demais meios. Matos (2002) já apontava que pautas positivas, como o fim do racionamento de energia elétrica em 2002, não tiveram valor-notícia para a *Folha de São Paulo*, mas foi destacada no programa. Em nossa pesquisa, chamou-nos atenção ainda as informações que são repassadas aos municípios através da AVB, a exemplo de *spots* sobre o recadastramento rural, sobre o repasse de verbas da Educação, entre outros.

---

[28] Como bem explora a reportagem da *Folha de São Paulo*: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/50-milhoes-vivem-em-deserto-de-radio-e-tv-locais-no-brasil.shtml

Buscamos, com nosso estudo sobre o programa, contribuir para a escrita da História da Imprensa em nosso país. Entendemos que a adoção de linguagens e profissionais de radiojornalismo pela *A Voz do Brasil* é apenas um dos aspectos que merecem destaque neste programa, que pela sua própria longevidade e abrangência se faz uma característica singular do rádio brasileiro. E pretendemos ainda que os resultados desta pesquisa contribuam para que gestores, produtores e sociedade reflitam sobre o papel de *A Voz*, seus potenciais, suas limitações. Acreditamos na promoção da cidadania através do acesso à informação - lema de uma das reformas editoriais do programa. E acreditamos ainda que o meio rádio permanece com um potencial ímpar de levar informações a regiões do país onde ela é escassa.

Se é *A Voz do Brasil* a melhor forma de fazê-lo, cabe o debate. Mas enquanto não se encara a necessidade de regulamentação da mídia, de ampliação das concessões de rádios comunitárias e do aumento da abrangência de rádios públicas, *A Voz do Brasil* é uma importante fonte de informações para muitos brasileiros. Desta maneira, defendemos que o programa serviria mais ao interesse público se adotasse enfoque menos governista e mais afinado com o que se defende como jornalismo público. Ou seja, engajado na promoção da cidadania (ROSEN, 2003), e com independência editorial, ainda que produzido com financiamento do Estado (ROTHBERG, 2011). E para isso não seria necessário ignorar de todo o seu passado, uma vez que esta detecta também exemplos que vão nesta direção.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, Problemas E Práticas**, n.o 48, 2005, pp. 53-65.

AGUIAR. Leonel Azevedo. Entretenimento: valor-notícia fundamental. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** Ano V - n. 1 pp. 13 - 23 jan./ jun. 2008

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

___________ **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

___________**Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: O Estado de S. Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999

A VOZ DO BRASIL. **Edição de 15 de dezembro de 1988**. Brasília: Radiobrás, p1988a. Arquivo MP3 [30 minutos].

__________________. **Edição de 16 de dezembro de 1988**. Brasília: Radiobrás, p1988b. Arquivo MP3 [30 minutos].

___________________. **Edição de 19 de dezembro de 1988**. Brasília: Radiobrás, p1988c. Arquivo MP3 [30 minutos].

__________________. **Edição de 20 de dezembro de 1988**. Brasília: Radiobrás, p1988d. Arquivo MP3 [30 minutos].

___________________. **Edição de 21 de dezembro de 1988**. Brasília: Radiobrás, p1988e. Arquivo MP3 [30 minutos].

___________________. **Edição de 28 de setembro de 1992**. Brasília: Radiobrás, p1992a. Arquivo MP3 [30 minutos].

___________________. **Edição de 29 de setembro de 1992**. Brasília: Radiobrás, p1992b. Arquivo MP3 [30 minutos].

____________________. **Edição de 30 de setembro de 1992**. Brasília: Radiobrás, p1992c. Arquivo MP3 [30 minutos].

____________________. **Edição de 1 de outubro de 1992**. Brasília: Radiobrás, p1992d. Arquivo MP3 [30 minutos].

____________________. **Edição de 2 de outubro de 1992**. Brasília: Radiobrás, p1992e. Arquivo MP3 [30 minutos].

____________________. **Edição de 12 de maio de 1993**. Brasília: Radiobrás, p1993a. Arquivo MP3 [30 minutos].

____________________. **Edição de 17 de maio de 1993**. Brasília: Radiobrás, p1993b. Arquivo MP3 [30 minutos].

____________________. **Edição de 18 de maio de 1993**. Brasília: Radiobrás, p1993c. Arquivo MP3 [30 minutos].

____________________. **Edição de 21 de dezembro de 1993**. Brasília: Radiobrás, p1993d. Arquivo MP3 [30 minutos].

____________________. **Edição de 23 de dezembro de 1993**. Brasília: Radiobrás, p1993e. Arquivo MP3 [30 minutos].

____________________. **Edição de 8 de maio de 2002**. Brasília: Radiobrás, p2002a. Arquivo MP3 [25 minutos].

____________________. **Edição de 9 de maio de 2002**. Brasília: Radiobrás, p2002b. Arquivo MP3 [25 minutos].

____________________. **Edição de 10 de maio de 2002**. Brasília: Radiobrás, p2002c. Arquivo MP3 [25 minutos].

____________________. **Edição de 13 de maio de 2002**. Brasília: Radiobrás, p2002d. Arquivo MP3 [25 minutos].

____________________. **Edição de 14 de maio de 2002**. Brasília: Radiobrás, p2002e. Arquivo MP3 [25 minutos].

____________________. **Edição de 1 de junho de 2005**. Brasília: Radiobrás, p2005a. Arquivo MP3 [25 minutos].

____________________. **Edição de 3 de junho de 2005**. Brasília: Radiobrás, p2005b. Arquivo MP3 [25 minutos].

____________________. **Edição de 6 de junho de 2005**. Brasília: Radiobrás, p2005c. Arquivo MP3 [25 minutos].

____________________. **Edição de 7 de junho de 2005**. Brasília: Radiobrás, p2005d. Arquivo MP3 [25 minutos].

____________________. **Edição de 16 de junho de 2005**. Brasília: Radiobrás, p2005e. Arquivo MP3 [25 minutos].

____________________. **Edição de 5 de maio de 2016**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016a. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/ > Acesso: fev. 2018.

____________________. **Edição de 6 de maio de 2016**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016b. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/ > Acesso: fev. 2018.

____________________. **Edição de 9 de maio de 2016**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016c. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/ > Acesso: fev. 2018.

____________________. **Edição de 10 de maio de 2016**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016d. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/ > Acesso: fev. 2018.

____________________. **Edição de 11 de maio de 2016**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2016c. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/ > Acesso: fev. 2018.

____________________. **Edição de 17 de maio de 2017**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017a. Arquivo MP3 [30 minutos]. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/ > Acesso: fev. 2018.

___________________. **Edição de 18 de maio de 2017**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017b. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/ > Acesso: fev. 2018.

___________________. **Edição de 19 de maio de 2017**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017c. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/ > Acesso: fev. 2018.

___________________. **Edição de 22 de maio de 2017**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017d Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/ > Acesso: fev. 2018.

___________________. **Edição de 23 de maio de 2017**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, p2017e. Arquivo MP3 [25 minutos]. Disponível em: <http://redenacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil/ > Acesso: fev. de 2018.

BARBOSA, Marialva. Senhores da memória. In: **Intercom -** Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 18, n. 2 (1995)

____________. Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história. In.: BRAGANÇA, Anibal; MOREIRA, Sonia Virgínia. (orgs). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005. p. 102- 111.

________. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História.In.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. (orgs).**Comunicação e História: interfaces e novas abordagens.** Rio de Janeiro: Mauad X, Globo Universidade, 2008.

_________. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013 389 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009

BARROS, Renato. **Voz do Brasil: proposta de jornalismo de interesse do cidadão que virou peça de relações públicas do governo.** 2015. 144p. Dissertação (Mestrado) Faculdade Cásper Líbero, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Comunicação. São Paulo, 2015.

BAUER, Martin W.; GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENETTI, Marcia. **O jornalismo como gênero discursivo.** Galáxia (São Paulo), nº. 14. 2008

BENETTI, M.; MOREIRA,F.B. Jornalismo e informação de interesse público. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 27, 2005, p. 117-124.

BOJUNGA, Claudio. **Roquette-Pinto — o corpo a corpo com o Brasil.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão:** seguido de a influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro. Zahar. 1997.

BUORO, C. M. Eugênio Bucci: um pensador do jornalismo em defesa do direito à Informação. **Bibliocom** ano 2, #07, janeira a abril de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/bibliocom/sete/pdf/cibele-buoro.pdf >

BRANDÃO. P. E. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE. Jorge. **Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. DECRETO Nº 21.111, DE 1º DE MARÇO DE 1932.Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 4/3/1932, Página 3914 (Publicação Original. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html . Acesso em: 23 de julho de 2018.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História social da Mídia: de Gutenberg à Internet.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2016.

BRITISH Broadcasting Company <http://www.bbc.co.uk/historyofthebbc/resources/in-depth/reith_1.shtml> Acesso em: 5 out. 2012.

BUCCI. E. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito a informação no primeiro governo Lula**. Rio de Janeiro: Record, 2008

BUMLER, J. G.; GUREVITCH, M. **The crises of Public Communication**. Londres: Routledge, 1995.

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional. Sua estrutura. Seu conteúdo ideológico.** Versão para Ebooks Libris e PDF fevereiro de 2005. Disponível em <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-ooks/Francisco%20Campos- 1.pdf>

CAPELATO, Maria Helena Rolin. **Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo.** Campinas: Papirus, 1998.

CARVALHO, J. M. **Cidadania do Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

__________A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CASTELLANOS, Ana María Miralles. EL PERIODISMO CIVICO COMO COMUNICACION POLITICA. **Nómadas** (Col), núm. 9, septiembre, 1998, pp. 61-72 Universidad Central Bogotá, Colombia. Disponível em: < >

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das _reformas> 24 set. 2012.

CRAIG, David. **Communitarian Journalism(s): Clearing the Conceptual Landscape**. Comunicação apresentada ao Congresso da Association for Education in Journalism and Mass Comunication. Agosto 1995.

CUNHA, Magda.; HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio Brasileiro: Episódios e Personagens.** Porto Alegre, 2003.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

DUARTE, Jorge Antonio Menna. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

__________. Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007

EBC Serviços: <www.ebc.com.br> Acessos em:18 nov. 2012; 23 jul. de 2018.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Somente a verdade: manual de jornalismo da EBC**. Brasília, 2013, 144p.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

FEYERABEND, P. **Contra o método**. São Paulo: Unesp, 2011.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio:** o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997

FILHO, A. G. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

FILHO, Laurindo. Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia In: LOPES, Ruy Sardinha. SOCICOM DEBATE - A comunicação pública em questão: crise na EBC. São Paulo, SOCICOM,

2016. Disponível em <http://www.socicom.org.br/files/SOCICOM_EBC_baixar.pdf >

FILHO, Paulo Celestino da Costa. Jornalismo Público: por uma nova relação com os públicos. **Organicom**. v.4, 124-141, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO < https://acervo.folha.com.br/index.do > Acesso em: 23 jul 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

___________ **A ordem do discurso.** 19.ed. São Paulo: Loyola, 2009. 79p.

FRANCO, Enio Fachin; FERNANDES, Carla Montuori. O uso da "A Voz Do Brasil" como mecanismo político-partidário na construção da candidatura de Dilma Rousseff. **Revista Temática**. Ano X, n. 02 – Fevereiro/2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Ângela de Castro Gomes. **A invenção do trabalhismo**. RJ: Vértice, 1988.

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e Política – tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1997.

____________O jornalismo no rádio atual: o ouvinte interfere? In: FERRARETO, L. A.; KLÖCKNER (org). **E o rádio?: novos horizontes midiáticos**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010. 646 p.

____________**O Rádio em teses e dissertações dos PPGs em comunicação brasileiros (2002-2012).** In.: ZUCULOTO, Valci; LOPEZ, Debora; KISCHINHEVSKY, Marcelo (Orgs). **Estudos Radiofônicos no Brasil -** 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom. São Paulo: INTERCOM, 2016. E-book Coleção GP'S : grupos de pesquisa; vol. 22. p. 95-104. Disponível em < >

KLÖCKNER, Luciano. A síntese noticiosa 75 anos depois de O Repórter Esso: um modelo que permanece. In.: ZUCULOTO, Valci; LOPEZ, Debora; KISCHINHEVSKY, Marcelo (Orgs). **Estudos Radiofônicos no Brasil -** 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom. São Paulo: INTERCOM, 2016. E-book Coleção GP'S : grupos de pesquisa; vol. 22. p. 370-386.

JINKINGS, I. **Por Que Gritamos Golpe?** Para Entender o Impeachment e a Crise Política no Brasil. São Paulo. Boitempo Editorial. 2016

KINZO, Maria D'Alva G.. **Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985.** Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2004, vol.19, n.54 [cited 2014-03-04], pp. 23-40 .

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, pp. 17-68

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

LAMBETH, E. B.; CRAIG, D. Civic Journalism as Research. **Newspaper Research Journal**. V. 18. no 2. 1995

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação: Formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

LOPES, Ruy Sardinha. SOCICOM DEBATE **-A comunicação pública em questão: crise na EBC. S**ão Paulo, SOCICOM, 2016. Disponível em < >

LUCA, Tania Regina de. **A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso.** In: Revista Brasileira de História. Vol. 31. Nº 61. São Paulo, 2011.

MARTÍN B., Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997. 356 p

MATOS. L. L. **Voz do Brasil: Do Estado Novo ao século XXI. 2001**. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2001

MATOS, M. H. G. de. Comunicação Política e Comunicação Pública. REVISTA ORGANICOM. Comunicação Pública e Governamental. São Paulo: ABRACORP/USP, Ano 3, No.4, 2006

MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do Rádio: textos e contextos.** Florianópolis: Insular, 2005.

___________**O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992

MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V. (org). **Teorias do Rádio: textos e contextos.** Florianópolis: Insular, 2008.

MERRITT, D. **Public Journalism and Public Life: Why Telling the News Is Not Enough.** New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates. 1997**.**

MIOLA. Edna. Representações do Jornalismo sobre a radiodifusão pública: o debate em torno da criação da Empresa Brasil de Comunicação Pública. **Revista Compolítica**, n.2, v.1. ed, set-out de 2011

MORIN, E. **Ciência com Consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MOTA, F. M. M. **Análise Cívica do Jornalismo: uma proposta de categorias para avaliação de produtos jornalísticos**. 2014. 124p. Dissertação (Mestrado) Universidade do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura, Educação e Linguagens. Vitória da Conquista, 2014.

MUSTAFÁ, I. **Uso do rádio pelos governos ditatoriais de Getúlio Vargas (Brasil) e António de Oliveira Salazar (Portugal) nos anos de 1930 – 1945**. 2014. 312 p. Tese (Doutorado) **-** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Porto Alegre, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. “Fontes audiovisuais: a história depois do papel”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** 3a ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 235-290

NUCCI, Celso. **Manual de Jornalismo da Radiobrás**. Brasília. Editora Radiobrás, 2006.

PLANALTO Federal <www.planalto.gov.br> Acesso em: 4 set. 2012.

PEROSA, L. M. F. De L. **A Hora do Clique: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República**. São Paulo: Annablume: ECA-USP. 1995.

PONTES, F. S. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

REIS, D. A. F. **Ditadura E Democracia No Brasil**. Do Golpe De 1964 À Constituição De 1988. Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

RIOUX, Jean Pierre. "Entre história e jornalismo". In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, pp. 119-126

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea: Estudos Neolatinos.** vol.7 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2005. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1517-106X2005000200010

ROSEN, Jay. **Getting the connections right: Public Journalism and troubles in the press.**Twentieth Century Foundation, 1996, 100p.

__________ **Tornar a vida pública mais pública: Sobre a responsabilidade política dos intelectuais dos media**. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. Jornalismo Cívico. Lisboa. Livros Horizonte, 2003a

__________**Para além da objetividade**. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. Jornalismo Cívico. Lisboa. Livros Horizonte, 2003b

ROTHBERG. Danilo. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SANT’ANNA, F. Radiojornalismo no Brasil: um jornalismo sem jornalistas. **Líbero** - Ano XI - no 22 - Dez 2008.

SANTOS, Ébida Rosa dos. **A apropriação do jornalismo na propaganda eleitoral de rádio:** a campanha presidencial de 2014. 2015. 164 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PJOR0070-D.pdf>

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHEPARD, A. C. The gospel of public journalism. **American Journalism Review**. Sep 1994. pp 29-34.

SILVA, Juremir Machado da. **1964: golpe midiático-civil-militar.** Porto Alegre: Sulina, 2014

SILVA. L. P. B. **A Voz do Brasil, a voz da cidadania no rádio: um estudo sobre o programa (2003 a 2012).** 2012. Monografia (Graduação em História). Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 2012.

____________A Voz que não se calou: as mudanças no programa A Voz do Brasil a partir do governo Lula. 2014. Relatório de Projeto Experimental de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo). Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131050 15>

SILVA, Luciana Paula Bonetti; ZUCULOTO, Valci Regina. O jornalismo público como categoria de análise para A Voz do Brasil. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2017, Caxias do Sul. Anais. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-1416-1.pdf

SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo público:** três textos básicos. Brasília, DF: Casa das Musas, 2006.

SILVA, Valquíria Guimarães; SANTOS, Nádia. **Em Brasília, dezenove horas: o governo na pauta do programa A Voz do Brasil**. In: XXXI

CONGRESSO Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008 Disponível em: <>

SINGER, André V. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo.** Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 85, p. 83-99, 2009.

SOUZA. J. I. de M. **O Estado contra os meios de Comunicação (1889-1945).** São Paulo, Annablume Fapesp: 2003.

TARGINO, Maria das Graças. **Jornalismo cidadão:** informa ou deforma? . Brasília, DF: IBICT, UNESCO, 2009.

TOTA, A. P. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mario. **Jornalismo cívico.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

TRAQUINA, N. (org). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Florianópolis: Insular. 2012.

O ESTADO DE SÃO PAULO < https://acervo.estadao.com.br/ > Acesso em: 23 jul de 2018.

VEJA < https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions > Acesso em: 17 fev de 2018.

VIEIRA, A. M.; COUTINHO, M. **Participação e autonomia relativa no Conselho Curador da EBC.** Comunicação e Sociedade, vol. 30, 2016, pp. 187 – 204

WEBER, Maria Helena. Comunicação Organizacional, a síntese. Relações Públicas, a gestão estratégica. **Organicom.** São Paulo, Ano 6, Números 10/11, pp 71-75. Disponível em: http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista1 0-11/70.pdf

ZAOUAL, Hassan,; THIOLLENT, Michel. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003. 120 p.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A Programação de rádios públicas brasileiras.** Florianópolis: Insular, 2012

_______ **No ar:** a história da notícia de rádio no Brasil. Florianópolis: Insular, 2012.

_______**Raízes e transformações no modelo de notícias para o rádio.** In: MOREIRA, Sônia Virgínia (Org.). **70 anos de radiojornalismo no Brasil**, 1941-2011. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 43-58.

_________. O rádio público no Brasil: resgate histórico e transformações contemporâneas das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Madalena; PRATA, Nair (org.). **Rádio em Portugal e no Brasil: trajetórias e cenários.** Braga, Portugal: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2015. p. 65-82.

________. A história do campo acadêmico do rádio no Brasil: registros referenciais para uma proposta de roteiro de percurso. In.: ZUCULOTO, Valci; LOPEZ, Debora; KISCHINHEVSKY, Marcelo (Orgs). **Estudos Radiofônicos no Brasil -** 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom. São Paulo: INTERCOM, 2016. E-book Coleção GP'S : grupos de pesquisa; vol. 22. p. 26-47.